

Sander Rudnik

**O CÉU QUE MERECEMOS!?**  
**UMA ARTICULAÇÃO ENTRE A GRAÇA DIVINA E O JUÍZO**  
**ESCATOLÓGICO NA PERSPECTIVA DO MÉRITO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
submetido ao Curso de Teologia da  
Faculdade Católica de Santa Catarina  
para a obtenção do Grau de Bacharel  
em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Pe. Vitor Galdino  
Feller.

Florianópolis  
2021

Rudnik, Sander

O céu que merecemos!? Uma articulação entre a graça divina e o juízo escatológico na perspectiva do mérito /

Sander Rudnik; Orientador: Vitor Galdino Feller;

Florianópolis, SC, 2021.

93 p.

TCC (Graduação - Teologia) - Faculdade Católica de Santa Catarina.

Inclui referências:

1. Mérito 2. Graça Sobrenatural 3. Juízo Escatológico 4. Homo Viator. II. Título

Sander Rudnik

**O CÉU QUE MERECEMOS!?**  
**UMA ARTICULAÇÃO ENTRE A GRAÇA DIVINA E O JUÍZO**  
**ESCATOLÓGICO NA PERSPECTIVA DO MÉRITO.**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de **Bacharel em Teologia** e aprovado em sua forma final pelo Curso de Teologia da FACASC.

Florianópolis, 09 de agosto de 2021.

---

Prof. Dr. Pe. Rafael Aléx Lima da Silva  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Pe. Vitor Galdino Feller  
Faculdade Católica de Santa Catarina  
Orientador

---

Prof. Dr. Pe. Ademir Eing  
Faculdade Católica de Santa Catarina  
Avaliador

---

Dr. Pe. Thiago De Moliner Eufrásio  
Avaliador



A Deus que, na sua divina providência, conduziu-me até aqui, em sinal de profunda gratidão.  
À bem-aventurada Virgem Maria, Patrona da Boa morte, com filial devoção.



Eis que venho sem demora e trarei a recompensa:  
pagarei cada um o que merecem suas obras  
[Ap 22,20].  
(Antífona das II Vésperas do I Domingo do Advento)





## RESUMO

O presente trabalho busca a articulação entre a participação do *homo viator* na vida da graça sobrenatural e o juízo escatológico particular de sua alma. Neste intento, faz-se mister considerar a doutrina do mérito e de sua prática, ao qual regula os referidos temas do trabalho. Assim, procura-se situar os atos meritórios na participação da graça divina, em suas condições necessárias; tratar do juízo particular imediato da alma após a morte, em decorrência do mérito lucrado em tempo oportuno; e evidenciar a prática cristã, conduzida pelos atos meritórios, como garantia do bom juízo da alma e da recompensa eterna.

**Palavras-chave:** Mérito. Graça sobrenatural. Juízo escatológico. *Homo viator*.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AG – *Ad Gentes*

CIC – Catecismo da Igreja Católica

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Comp. Teol. Asc. Mist. – Compêndio de Teologia Ascética e Mística  
conc. – Concessão

De Verit. – *De Veritate*

DH – Denzinger - Hünermann

e. g. – *exempla gratia*

GS – *Gaudium et Spes*

i. e. – *ist est*

ID – *Indulgentiarium Doctrina*

LG – *Lumen Gentium*

loc. cit. – Local citado

MI – Manual de Indulgências

p. cit. – Página citada

PD – *Placuit Deo*

Sacr. Theol. Sum. – *Sacrae Theologiae Summa*

Sum. Theol. – *Summa Theologiae*

Sum. Theol. Suppl. - *Summa Theologiae Supplementum*

SS – *Spe Salvi*



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>1 O MÉRITO NA PARTICIPAÇÃO DA VIDA DIVINA PELA GRAÇA</b> .....	<b>17</b>
1.1 A PARTICIPAÇÃO NA VIDA DIVINA .....	17
1.1.1 Natureza e graça.....	17
1.1.2 Dom <i>criado</i> e <i>incriado</i> .....	19
1.2 A INCORPORAÇÃO A JESUS CRISTO .....	21
1.2.1 A <i>justificação</i> .....	22
1.2.2 A <i>vida cristã</i> e o <i>influxo da graça</i> .....	24
1.2.3 O <i>influxo da graça: o modo operante e cooperante</i> .....	26
1.3 OS ATOS MERITÓRIOS .....	28
1.3.1 A <i>natureza do mérito</i> .....	28
1.3.1.1 O aumento da <i>graça</i> e da <i>glória</i> .....	31
1.3.2 As <i>condições necessárias para lucrar o mérito</i> .....	33
1.3.2.1 As condições do <i>sujeito</i> .....	33
1.3.2.2 As condições do <i>ato</i> .....	35
1.3.3 <i>Outras questões ligadas ao mérito</i> .....	36
1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	37
<b>2 O MÉRITO DOS ATOS HUMANOS FRENTE AO JUÍZO PARTICULAR</b> .....	<b>39</b>
2.1 <i>AD INTRA IVDICII: A MORTE</i> .....	39
2.1.1 A <i>morte como estado definitivo</i> .....	40
2.1.1.1 A influência do <i>pecado</i> e o <i>demérito</i> .....	42
2.1.1.2 Jesus, o <i>Homem final</i> .....	44
2.1.1.3 A <i>vida do homem</i> e seus atos de <i>morte</i> ou de <i>mortificação</i> .....	45
2.1.2 <i>Para além da morte</i> .....	48
2.1.2.1 O <i>esforço da escatologia</i> .....	50
2.2 O MÉRITO NO JUÍZO DA ALMA .....	52
2.2.1 A <i>alma em relação ao mérito</i> .....	52
2.2.2 O <i>juízo em relação ao mérito da alma</i> .....	55
2.3 <i>AD EXTRA IVDICII: O RESULTADO</i> .....	60
2.3.1 <i>Céu, purgatório e inferno</i> .....	60
2.3.2 <i>Outras questões ligadas ao mérito e ao juízo</i> .....	64
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	65
<b>3 OS ATOS MERITÓRIOS COMO FRUTOS DO PRÓPRIO JUÍZO NA VIDA DA GRAÇA</b> .....	<b>69</b>
3.1 O <i>AMOR, CULTIVO SOBRENATURAL DO MÉRITO</i> .....	69

<b>3.1.1 O cultivo da vida interior sobrenatural .....</b>	<b>72</b>
<b>3.1.2 A caridade, indústria da vida eterna .....</b>	<b>75</b>
<b>3.2 O CAMINHO DE PERFEIÇÃO NA VIDA DA GRAÇA .....</b>	<b>77</b>
<b>3.2.1 A elevação da prática sobrenatural .....</b>	<b>80</b>
<b>3.3 O GOZO ETERNO DA ALMA PELA CHANCELA DO JUÍZO .</b>	<b>84</b>
<b>3.3.1 O gozo, antegozo ou a <i>desgraça</i> da alma .....</b>	<b>86</b>
<b>3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>89</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>91</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>93</b>

## INTRODUÇÃO

Gostaríamos de tratar, nestas páginas que seguem, da vida sobrenatural do homem peregrino em sua vida presente, e com respeito ao julgamento particular futuro, no instante em que sua alma se separa do seu corpo. Reunimos, pois, dois temas principais da teologia, a saber: a graça e a escatologia, dos quais habituamos este trabalho.

Não obstante, o fio principal deste enredo traçado é a doutrina do mérito, e sob esta responsabilidade os assuntos propostos que se nos pretendem a articulação. Ocupam-se, pois, estas páginas de como se dá a prática meritória de vida eterna, e de que maneira a vida terrena assim influencia tal estado definitivo do *homo viator*, i. e., o cristão que peregrina para o céu.

Num primeiro momento, situamos a doutrina do mérito dentro do organismo sobrenatural da graça. Considerando a antropologia sobrenatural do homem, desenvolvemos o influxo da graça na natureza humana, como dom sobrenatural revelado em Jesus Cristo Redentor, que nos incorpora numa nova vida pelo Batismo. Desse modo, evidenciamos que, inseridos nesta peregrinação para a glória celestial, somos chamados a cooperar na graça com atos meritórios, dignos de recompensa eterna, por vontade de Deus mesmo, que é fonte destes atos sobrenaturais. E assim explanamos sobre a natureza do mérito e as condições necessárias para lucrá-lo.

Num segundo momento, discorremos sobre o mérito dos atos humanos frente ao juízo particular da alma. Considerado a morte natural como fim da vida terrena, evidenciamos que ali se finda o tempo de merecer, bem como dos atos de morte e mortificação em Cristo. Subsistindo em seu aspecto pessoal, situamos o juízo particular imediato da alma, apresentado dentro das realidades dos novíssimos. Assim, evidenciamos como se relacionam o assunto do mérito e do juízo intimamente, apresentando o resultado desse processo ao qual a alma está sujeita, e que incorre no seu estado definitivo de recompensa celeste ou de recusa e condenação.

Num terceiro momento, então, apontamos para a prática cristã do *homo viator*, em que os atos meritórios lucram não só a bem-aventurança como a graça do bom juízo após a morte. Considerado a caridade como obra de cultivo sobrenatural do mérito, evidenciamos que esse caminho só produz frutos por uma união mística a Nosso Senhor Jesus Cristo, que impulsiona as obras e nos eleva à vida sobrenatural. Apontamos que o juízo já se faz implícito nesta dinâmica de progresso na vida espiritual, e que sua chancela provém daquilo que se cultivou em tempo oportuno.

Estas páginas são escritas em constante preocupação para com uma correta abordagem teológica, pois queremos trazer à tona os elementos da fé católica apostólica romana, muitas vezes cometidos de silêncio nas instruções à vida devota, ou então do sentido autêntico no apostolado. Não é de nossa pretensão esgotar o assunto, obviamente, mas reverberar aquilo que é a doutrina mística teológica da Igreja, até os tempos atuais.

Ademais, queremos alcançar um brilho de luz ao leitor, para que possa tomar consciência da extensão de suas responsabilidades enquanto peregrino rumo ao céu, buscando instrução neste caminho para o qual já se ordena o julgamento de sua alma. Pretendemos, sobretudo, favorecer uma ideia elevada do fim último e sobrenatural para o qual nos ordenamos, e que valorizemos a vida da graça na qual participamos, correspondendo ativamente em busca do ideal de perfeição cristã, lucrando atos meritórios de recompensa eterna. Enfim, que este trabalho possa produzir um bem que dure eternamente para aquele que lê.



## 1 O MÉRITO NA PARTICIPAÇÃO DA VIDA DIVINA PELA GRAÇA

Queremos explicar, neste capítulo, o correto entendimento dos atos humanos como meritórios. Para isso, convém adentrarmos naquilo que é a doutrina do próprio mérito. Isto será possível situando tal ambiente doutrinário, a saber: a participação humana na graça divina. Por isso, pontuaremos algumas questões em relação à graça, tendo como fio condutor e último os atos meritórios, que se nos interessa.

### 1.1 A PARTICIPAÇÃO NA VIDA DIVINA

A relação do homem com Deus consiste em *ser* semelhante a Ele, a fim de vê-Lo tal como Ele é.<sup>1</sup> Isto não pode ser outra coisa do que uma vida voltada à graça divina, porque a “[...] a graça de Deus é a vida eterna”,<sup>2</sup> afirma São Paulo. Essa verdadeira vida de filhos de Deus está imbuída de uma incorporação a um organismo maior que a própria natureza humana. É deste ponto que o presente trabalho ganha impulso, i. e., de uma antropologia sobrenatural do homem.<sup>3</sup>

#### 1.1.1 Natureza e graça

Conforme o homem ontologicamente está orientado ao Ser Absoluto, convém pontuar a *natureza* e a *graça*. A primeira, porque o homem se compõe essencialmente de matéria e espírito, corpo e alma,<sup>4</sup> que intimamente se unem para formar uma única natureza,<sup>5</sup> que é

---

<sup>1</sup> BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002; 1Jo 3,2.

<sup>2</sup> Rom 6,23.

<sup>3</sup> O presente trabalho pressupõe os elementos da Antropologia Fundamental, i. e., do homem criado à *imagem e semelhança de Deus* (concepção antropológica do Antigo Testamento), em que se fundamenta o chamado *estado de graça original* do homem. Do mesmo modo, a Antropologia Teológica Especial, i. e., da concepção *de homem salvo e redimido por Jesus Cristo*, que é a concepção do homem cristão, revelada no Novo Testamento. A partir dessas concepções, importa uma terceira: a Antropologia Sobrenatural, que basicamente é uma leitura cristã daquele(a) que é batizado(a), possuindo a vida da graça e a salvação (FERNÁNDEZ, Aurelio. **Teología dogmática**: curso fundamental de la fe católica. Madri: Biblioteca de Autores Cristianos, 2009. p. 568). É nesse ambiente que se desenvolve nossa argumentação.

<sup>4</sup> Empregamos o termo *alma* como a forma do corpo. Confirma nota 158, em que nos detemos melhor ao assunto.

<sup>5</sup> TANQUEREY, Adolphe. **Compêndio de Teologia Ascética e Mística**. Trad. Dalton César Zimmermann. Campinas: Ecclesiae, 2018. p. 74; Comp. Teol.

*peçoal*.<sup>6</sup> É a realização pessoal, buscada pelo homem como um fim, que o eleva à plenitude do ser. Quanto à referida graça, o homem sabe de sua condição de criatura, no entanto, criatura diferente das demais, pois assume a consciência de que pode transcender a sua natureza em Deus, participando da vida divina íntima e sobrenatural, e essa participação confere-lhe a plena realização pessoal.<sup>7</sup> Portanto, pode-se pensar uma elevação do homem a um estado sobrenatural, ao *modus* de uma junção daquilo que se *é* com aquilo que se *pode ser* como pessoa.

Convém saber que não há contradição entre natureza humana e graça divina: *A graça pressupõe a natureza*.<sup>8</sup> Assim sendo, há certa harmonia entre a graça e a natureza humana, pois “[...] o sobrenatural, de si, não inclui nada de operações fora do agir da natureza.”<sup>9</sup> Também não há negação de que Deus se faz presente na sua criação,<sup>10</sup> comunicando a sua essência (o *Ser*) ou seu poder (a sujeição das criaturas), pois “[...] nele vivemos, nos movemos e existimos.”<sup>11</sup>

Quanto ao mérito, nesta questão entre natureza e graça, pede-nos adentrar no modo como a graça opera na natureza humana. Pois, se o mérito está situado na vida da graça e, se a graça pressupõe a natureza, deve o mérito também a pressupor. Santo Tomás de Aquino, doutor

Asc. Mist. 52-53. RODRIGUES, Afonso. **Psicologia da graça**. São Paulo: Companhia de Jesus, 1983. p. 12.

<sup>6</sup> Ao usar o termo *peçoal* (humana), tem-se em mente aquilo que é próprio de cada um por seus atos (pessoais), e também aquilo que remonta a transcendência, além do espaço e tempo terrestres. O termo *homem* designa mais à questão do gênero e natureza humana, como geral a todos. Consideremos isto como o principal: o homem se realiza em Deus, como pessoa (humana).

<sup>7</sup> RODRIGUES, 1983, p. 14.

<sup>8</sup> *Gratia praesupponit naturam* (tradução livre). Esse axioma teológico é relevante, porque, nas palavras de Ratzinger, “[...] ser cristão não significa nenhum rompimento com a natureza, mas a sua elevação e complementação.” (RATZINGER, Joseph. **Dogma e anúncio**. Trad. Antônio Steffen. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2008. p. 114.). Pode-se consultar também: TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Tomo I. Trad. Aldo Vannucchi et al. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2016a. p. 150; Sum. Theol. I,q.1,a.8.; p. 165; Sum. Theol. I,q.2,a.2. TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Tomo IV. Trad. Aldo Vannucchi et al. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2015c. p. 627; Sum. Theol. IV,q.99,a.2. p. 627.

<sup>9</sup> RODRIGUES, 1983, p. 24.

<sup>10</sup> Porque todas as coisas estão n’Ele, de tal modo que a natureza está para Deus Criador.

<sup>11</sup> At 17,28. FERNÁNDEZ, 2009, p. 245.

comum da Igreja, assim escreve: “[...] da mesma forma em que o bem da natureza é dado ao homem sem nenhum mérito precedente, é porque este mérito está orientado à natureza.”<sup>12</sup>

### 1.1.2 Dom criado e incriado

Do que fora descrito sobre a presença de Deus no homem, pela graça, também se pode chamar de presença natural, i. e., um *dom criado* (*gratis data*), ou então como uma presença dinâmica junto ao homem – criatura, *dado de graça* às almas.<sup>13</sup> Essa presença é *gratis data* “[...] devido a livre iniciativa de Deus, que não era obrigado a criar o homem, ordenando-o à vida divina”,<sup>14</sup> mas assim o fez. Nesse aspecto, não se pode traçar como mérito, porque “[...] a potência natural da criatura não se estende para além das perfeições naturais dadas.<sup>15</sup> Por isso, “[...] uma criatura não pode produzir nenhuma obra sobrenaturalmente.”<sup>16</sup> Também porque o homem é criado por graça, “[...] a partir do nada, e não a partir dos méritos”.<sup>17</sup>

Faz-se mister, então, redigir a graça como *dom incriado* (*gratum faciens*), i. e., como graça *não criada* na alma, mas existente só em

---

<sup>12</sup> “Sed etiam ipsum bonum naturae datur homini absque merito praecedenti: quia natura praesupponit ad meritum.” (TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 875; Sum. Theol. IV,q.111,a1., tradução e ênfase nosso).

<sup>13</sup> TOMÁS DE AQUINO. **A graça**. Quaestiones disputatae De Veritate: questão 27. Trad. Paulo Faitanin e Bernardo Veiga. São Paulo: EDIPRO, 2016d. p. 39; De Verit. q27,a1.

<sup>14</sup> KUNRATH, Pedro A. A situação do homem pecador e a necessidade da graça: relação natureza e graça. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 38, n. 161, p. 348-359, set./dez. 2008, p. 358.

<sup>15</sup> As graças gratuitas (*gratis data*) não devem ser confundidas com os dons gratuitos do Espírito Santo. Haja vista que toda graça sobrenatural é um dom gratuito, a finalidade das graças gratuitas (que são presença natural) é o esclarecimento, edificação e santificação do próximo, e não para o crescimento santificante da alma do fiel que a opera. Elas não transformam a natureza de quem a recebe e, como dom sobrenatural gratuito, atuam de forma extraordinária, miraculosa naquele que possui a graça santificante (de que falaremos) (LOMBAERDE, 2015, p. 14-15.). Como diz Tanqueray: “A graça santificante vale mais que o poder de *fazer milagres* que Deus concede aos santos.” (TANQUEREY, Adolphe. **Para formar almas santas**. Trad. Cristina Hulshof. 2 ed. São Paulo: Cultor de Livros, 2019. p. 117, grifo do autor).

<sup>16</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2016d, p. 65; De Verit. q.27,a3.

<sup>17</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 870; Sum. Theol. IV,q.110,a2.

Deus,<sup>18</sup> e que nos torna agradáveis a Ele.<sup>19</sup> Esta graça é adquirida pela adesão da fé na revelação.<sup>20</sup> Aqui se percebe um modo mais íntimo e superior àquela atmosfera natural do qual se insere o homem, num dom *sobrenatural* que é revelado ao homem na história, do Verbo encarnado em Jesus Cristo.<sup>21</sup>

Diferente da graça dada de modo natural, a *gratum faciens* influencia na resposta pessoal do homem a Deus, e essa resposta já se encontra implícita na natureza humana,<sup>22</sup> uma vez que “[...] a *preparação do homem* para acolher a graça [sobrenatural] é já uma obra da graça.”<sup>23</sup>

Essa resposta é de fé, e não anula a opção consciente e livre do homem responder a Deus, “[...] movido e determinado pessoalmente desde dentro[,] e não levado por cegos impulsos interiores ou por mera coação externa”.<sup>24</sup> Essa integridade lhe é própria, e não da graça, porque a mesma graça preserva a personalidade do homem.<sup>25</sup> Isso se entende melhor ponderando a participação na vida divina, por meio da incorporação a Jesus Cristo.

Antes disso, convém salientar que o aspecto sobrenatural da graça, dada ao homem mediante a fé, não sobrepõe nenhuma dívida para com Deus. Uma vez que a *gratum faciens* “[...] aperfeiçoa formalmente o homem e lhe faz digno de vida eterna,”<sup>26</sup> não o coloca em débito, mas o torna agradável, ordenado ao Sumo Bem. Isto porque foge das condições humanas, é um acréscimo em sua natureza.<sup>27</sup> Assim sendo, o

<sup>18</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2016d, p. 40; De Verit. q27, a1.

<sup>19</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 876; Sum. Theol. IV,q.111,a1.

<sup>20</sup> FERNÁNDEZ, 2009, p. 570-571.

<sup>21</sup> TANQUEREY, 2019, p. 91.

<sup>22</sup> KUNRATH, 2008, p. 358.

<sup>23</sup> CATECISMO da Igreja Católica. Ed. típica vaticana. São Paulo: Loyola, 2000. p. 527; CIC 2001, grifo presente no próprio texto. (Em citação direta, conservou-se a ortografia original do texto).

<sup>24</sup> CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. Constituição pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo hoje. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1967a. p. 557; GS 17.

<sup>25</sup> TANQUEREY, 2018, p. 76; Comp. Teol. Asc. Mist. 59b.

<sup>26</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2016d, p. 1000; De Verit. q27,a5.

<sup>27</sup> Assim fala o doutor comum da Igreja: “[...] dicendum quod gratia, secundum quod gratis datur, excludit *rationem debiti*.” (“[...] visto que a graça, sendo nos dada gratuitamente, exclui a nossa razão de dívida.” TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 876; Sum. Theol. IV,q.111,a1, tradução nossa.). Isto porque o dom

mérito não é uma condição, haja vista ser também gratuidade de Deus. Contudo, a fé é uma condição, pois impulsiona o ato livre de crer, admitindo o influxo da graça sobrenatural no homem.<sup>28</sup>

## 1.2 A INCORPORAÇÃO A JESUS CRISTO

Ao passo que a graça é uma participação na vida divina, como um dom adquirido na alma, ela é uma participação na vida trinitária, em Cristo. Assim define o Catecismo da Igreja Católica:

Pelo Batismo, o cristão tem parte na graça de Cristo, cabeça da Igreja. Como *filho adotivo*, pode doravante chamar a Deus de *Pai*, em união com o Filho único. Recebe a vida do Espírito, que nele infunde a caridade e forma a Igreja.<sup>29</sup>

Aqui se percebe que esse dom gratuito é adquirido no Batismo, que “[...] introduz o batizado em um novo ordenamento do *ser* (não de sua *essência*, pois a graça não destrói a natureza, mas a eleva).”<sup>30</sup> Essa nova ordem é um *organismo sobrenatural* maior que si, que é o efeito da redenção em Cristo, mediante os sacramentos.<sup>31</sup> Na pessoa d’Ele, a obra de Deus Pai é justificada, pela ação do Espírito Santo.<sup>32</sup> Esse

sobrenatural edifica o homem, o eleva em suas potências naturais, o torna agradável a Deus (TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 877; Sum. Theol. IV,q.111,a1.).

<sup>28</sup> TANQUERREY, 2018, p. 470-471; Comp. Teol. Asc. Mist. 1170. Aqui, não negamos que o ato de fé é, já, primeira graça, e nem que a graça é excludente. (Pode-se conferir isto em: TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 929; Sum. Theol. IV,q.114,a6. Também em: DENZINGER, Heinrich. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. Atual. Johan Konings; Prep. Peter Hünermann e Helmut Hoping. 3. ed. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2015. p. 572; DH 2622).

<sup>29</sup> CATECISMO..., 2000, p. 527; CIC 1997-1998, os grifos são próprios do texto.

<sup>30</sup> “[...] la cual introduce al bautizado en un nuevo orden de *ser* (no de *esencia*, dado que la gracia no destruye la naturaleza, sino que la eleva).” (FERNÁNDEZ, 2009, p. 311, tradução nossa, grifos do autor.).

<sup>31</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, Reginald. **As três idades da vida interior**. Tomo I. São Paulo: Cultor de Livros, 2018a. p. 131. CHAUTARD, Dom Jean-Baptiste. **A alma de todo apostolado**. 2. ed. São Paulo: Cultor de Livros, 2017. p. 22-23.

<sup>32</sup> CATECISMO..., 2000, p. 526; CIC 1994.

organismo se faz visível ao homem na Igreja fundada por Cristo, onde comunica a todos a verdade e a graça pelo Espírito.<sup>33</sup> E também infunde a caridade, que é o “[...] vínculo da perfeição (Cl 3,14) e a forma de todas as virtudes [humanas]”<sup>34</sup>.

Cabe tratar dessa justiça gratuita de Deus, para que se possa ter presente Cristo como fonte de todos os méritos diante de Deus, pois “Se alguém está em Cristo, é nova criatura. [...] Tudo isto vem de Deus, que nos reconciliou consigo por Cristo”.<sup>35</sup>

### 1.2.1 A justificação

Ainda em estado de *justiça original*, i. e., o estado de santidade que desfrutava o homem no paraíso, a graça era um dom integral ao homem.<sup>36</sup> Deste modo, ele permanecia na intimidade divina sem morrer e nem sofrer.<sup>37</sup> Com o pecado original *originante*, este dom da integridade fora perdido, e o pecado rendeu o castigo da privação da justiça original, descontinuando na história do homem o estado de santidade.<sup>38</sup> Consequentemente, o homem rompeu com a intimidade divina paradisíaca, perdendo os dons preternaturais<sup>39</sup> da integridade e perfeição (imortalidade do corpo, ciência infusa e imunidade da

---

<sup>33</sup> CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. Constituição dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1967b. p. 110; LG 8. Embora o aspecto eclesiológico não seja o fio condutor do trabalho, sabemos que é a Igreja a contentora dos sacramentos, logo, é a realidade visível deste imenso organismo da graça que opera no homem, desde o Batismo. Nas palavras de L. J. Callens: “A corrente vital que nelas [nas almas] circula [...] não é outra coisa senão a vida divina da graça, pura emanção do amor de Deus em cada um dos batizados, [...] partilhada por todos os que aceitam e dela querem viver.” (CALLENS, L. J. **O mistério da nossa conformidade a Cristo**. Lorena: Cléofas, 2014. p. 33.).

<sup>34</sup> CATECISMO..., 2000, p. 494; CIC 1844.

<sup>35</sup> 2Cor 5,17-18. CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. Decreto *Ad Gentes* sobre a atividade missionária da Igreja. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1967c. p. 447-448; AG 11.

<sup>36</sup> TANQUEREY, 2018, p. 79; Comp. Teol. Asc. Mist.70.

<sup>37</sup> TANQUEREY, 2018, p. 76; Comp. Teol. Asc. Mist. 61. Entenda-se aqui imortalidade corporal. Sobre isso, falaremos no próximo capítulo.

<sup>38</sup> DENZINGER, 2015, p. 140; DH 371. p. 398; 1512.

<sup>39</sup> *Preternatural* é aquilo que ultrapassa as exigências de determinada natureza, que se separa do plano natural (nota nossa).

concupiscência).<sup>40</sup> Também os dons sobrenaturais da graça e das virtudes infusas foram privados dele até a vinda de Cristo,<sup>41</sup> que então salva o homem desse débil estado.<sup>42</sup> A sagrada doutrina trata disso como *justificação*.

Uma vez que o homem por si só não conseguiria salvar-se, Jesus Cristo veio em seu auxílio: “[...] pelo caminho de verdadeira Encarnação, veio para fazer os homens participantes da natureza divina”.<sup>43</sup> Ele revestiu-se da natureza humana e, sem a condição do pecado original,<sup>44</sup> agiu na história do mundo, solidarizando-se com o homem, resgatando-o do pecado original *originado*, por meio da redenção na cruz.<sup>45</sup> Agora, por incorporação a Jesus Cristo, o homem consegue ser *enxertado* no organismo sobrenatural da graça.<sup>46</sup> Assim, a justificação evidencia que, pelos méritos de Cristo, o homem pode participar da vida divina,<sup>47</sup> sob a ação do Espírito Santo pela graça santificante.<sup>48</sup> Em uma palavra, pode-se afirmar que o homem é *deificado*.<sup>49</sup>

Neste enxerto divino, o homem é elevado em sua condição a realizar “[...] não mais apenas frutos naturais, mas frutos sobrenaturais, atos meritórios que merecem para nós a vida eterna.”<sup>50</sup> Isto porque “Cristo nos prepara a vida eterna, assim como nos dá a graça de merecê-la.”<sup>51</sup> Em última análise, é o começo da eternidade na pessoa batizada,<sup>52</sup>

---

<sup>40</sup> FERNÁNDEZ, 2009, p. 557.

<sup>41</sup> TANQUEREY, 2018, p. 77; Comp. Teol. Asc. Mist. 66.

<sup>42</sup> CATECISMO..., 2000, p. 107-108.117; CIC 375-376.410-411. POZO, Juan F. **A vida da graça**. São Paulo: Diel, 1997. p. 24-26.

<sup>43</sup> CONCÍLIO..., 1967c. p. 434; AG 3. Confirma também: DENZINGER, 2015, p. 400-401; DH 1521-1523.

<sup>44</sup> TANQUEREY, 2018, p. 81; Comp. Teol. Asc. Mist. 77-78.

<sup>45</sup> MARMION, Columba. **Jesus Cristo, vida da alma**. São Paulo: Cultor de Livros, 2017. p. 69-72.

<sup>46</sup> TANQUEREY, 2019, p. 104. SANTOS, Manoel A. **Curso sobre direção espiritual**: elementos para a acompanhamento espiritual. São Paulo: Cultor de Livros, 2019. p. 114.

<sup>47</sup> BOYER, Carolus. **De Verbo incarnato**. 2 ed. Roma: Pontifícia Universidade Gregoriana, 1952a. p. 352.

<sup>48</sup> TANQUEREY, 2018, p. 84; Comp. Teol. Asc. Mist. 88.

<sup>49</sup> GONZÁLEZ ARINTERO, Juan. **A evolução mística e o desenvolvimento e vitalidade da Igreja**. Trad. José E. Câmara. Rio de Janeiro: CDB, 2019. p. 115.

<sup>50</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018a, p. 59.

<sup>51</sup> “Christum nobis vitam aeternam, et gratias ad illam quomodocumque praeparantes meruisse.” (BOYER, 1952a, p. 346, tradução nossa.).

pois “[...] quem não nascer da água e do Espírito não pode entrar no Reino de Deus.”<sup>53</sup> Cabe, então, redigir sobre essa graça merecida para assim traçar os seus frutos.

### 1.2.2 A vida cristã e o influxo da graça

Por meio da fé e pelo Batismo, unido à Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo, o Espírito Santo faz o homem partícipe da graça divina santificante.<sup>54</sup> Esse dom sobrenatural é

[...] propriamente a justificação do homem pecador (*gratia justificationis*), ou graça que torna o homem agradável a Deus (*gratia gratum faciens*), ou ainda graça santificante. [...] É preciso, pois, um dom habitual que, depois de ter curado a natureza, *a leve também até o fazer cumprir as obras que merecem a vida eterna; pois isso ultrapassa o poder da natureza.*<sup>55</sup>

Essa elevação do homem a Deus, que se dá sobrenaturalmente, é o caminho do cristão que peregrina neste mundo, como *viator*, i. e., caminhante, ativo na resposta a tamanho amor divino.<sup>56</sup> Essa resposta de fé, em estado de graça divina, se mostra pelas boas obras: “[...] cada vez que fizestes[,] a [...] a mim fizestes”.<sup>57</sup> Contudo, é pelos sacramentos

<sup>52</sup> TANQUEREY, 2019, p. 92.

<sup>53</sup> Jo 3,5.

<sup>54</sup> CATECISMO..., 2000, p. 532; CIC 2017.

<sup>55</sup> GROSSI, Vitorino.; SESBOÛÉ, Bernard. **Graça e justificação:** do testemunho da Escritura ao fim da Idade Média. In: SESBOÛÉ, Bernard (Dir.) *et al.* **O homem e sua salvação.** Tomo II, séculos V-XVII. São Paulo: Loyola, 2003. p. 229-274. p. cit. 272, grifos do autor. (Col. História dos Dogmas, n. 2)).

<sup>56</sup> *Homo viator, spe erectus* (O homem peregrino se firma na esperança – tradução nossa). Papa Francisco, numa Audiência Geral, assim fala: “*Homo viator, spe erectus*, diziam os antigos. Ao longo do caminho, a promessa de Jesus *Eu estou convosco* leva-nos a estar de pé, erguidos, com esperança, convictos de que o bom Deus já age para realizar aquilo que humanamente parece impossível, porque a âncora está na praia do céu.” (FRANCISCO. **Audiência Geral.** Vaticano, 6 abr. 2017, grifos do autor. Não paginado. Disponível em: <[http://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2017/documents/papa-francesco\\_20170426\\_udienzagenerale.html](http://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2017/documents/papa-francesco_20170426_udienzagenerale.html)>. Acesso em 21 set. 2020.).

<sup>57</sup> Mt 25,40.



que o homem cresce em graça e perfeição, porque são *ex opere operato*, i. e., “[...] como causas instrumentais da graça, sendo sempre Deus, evidentemente a *causa principal* e, na pessoa de Jesus, a *meritória*.”<sup>58</sup> Daí que pode o homem cooperar com a graça santificante sobrenaturalmente, considerando também o elemento da caridade.<sup>59</sup>

A respeito disso, faz-se importante falar das disposições da pessoa nas diversas e sucessivas situações da própria vida, desde o nascer até o morrer, em que a vida da graça se faz. Porque incorporado a Cristo e à sua obra de salvação (Igreja), a vida sacramental é instrumento – real e eficiente – para a atuação da graça.<sup>60</sup> Por isso, a pessoa é configurada a Cristo com efeitos particulares ao que pode assimilar, em diferentes etapas da sua realização como pessoa. Assim sendo, imprime um *caráter indelével*<sup>61</sup> pelos sacramentos do Batismo, Confirmação e Ordem,<sup>62</sup> como também a coloca num estado de vida (Matrimônio), que é comunitário, eclesial. Também confere à pessoa alimento e fortalecimento necessário, por meio da Eucaristia, bem como remedia e incrementa a vida da graça pela Reconciliação e prepara para a boa morte com a Unção dos Enfermos.<sup>63</sup> Podemos nomear tal percurso como *graça sacramental* na vida da pessoa, em vista da sua realização pela conformidade a Cristo, que é a vida cristã caritativa.

Uma vez que a graça dos sacramentos é santificante (*gratum faciens*),<sup>64</sup> convém adentrar no modo como o influxo da graça ocorre no homem.

---

<sup>58</sup> TANQUEREY, 2018, p. 146; Comp. Teol. Asc. Mist. 249, grifo do autor. Confira também em: DENZINGER, 2015. p. 416; DH 1606. Convém lembrar que o valor do sacramento não depende da dignidade ou da santidade humanas, mas sim da instituição de Cristo e, portanto, é eficaz pela obra operada (MARMION, 2017, p. 92), pelo poder e promessa de Deus (CATECISMO..., 2000, p. 317-318; CIC 1127-1129.).

<sup>59</sup> CATECISMO..., 2000, p. 527; CIC 1997-1998.

<sup>60</sup> MARMION, 2017, p. 93. CONCÍLIO..., 1967c, p. 438; AG 5.

<sup>61</sup> CATECISMO..., 2000, p. 316; CIC 1121.

<sup>62</sup> DENZINGER, 2015, p. 416; DH 1609.

<sup>63</sup> MARMION, 2017, p. 94-95. Não serão abordadas as graças específicas em ação pelos sacramentos.

<sup>64</sup> Diferente dos sacramentais, que são eficazes *ex opere operantis* — pela ação daquele cristão que opera, e que se dispõem a uma melhor vivência da fé (Confira em: CATECISMO..., 2000, p. 317-318; CIC 1127-1129).

### 1.2.3 O influxo da graça: o modo operante e cooperante

A graça santificante é um *modus operandi* entendido como *habitual*,<sup>65</sup> i. e., um elemento acrescentado em nossa alma, que a transforma.<sup>66</sup> Por isso, os sacramentos enquadram-se neste *modus*, proporcionando o caráter indelével e um estado de vida. Mas há também outro *modus*, que é o da graça *atual* i.e., dum movimento impresso por Deus,<sup>67</sup> sem que confira caráter indelével, e sim que faça a alma agir pontualmente, ocasional e contextualmente em vista do bem do próximo.<sup>68</sup>

Esses dois *modi operandi* da graça comportam uma distinção importante para entender a origem dos atos meritórios, que é o *modus cooperantis*. Assim escreve o doutor comum da Igreja: “[...] a graça habitual, enquanto cura a alma ou a justifica, ou a torna agradável a Deus, diz-se graça *operante*. Mas, enquanto é princípio da obra meritória, que também procede do livre arbítrio, diz-se graça *cooperante*.”<sup>69</sup>

Como dom *habitual*, emanam virtudes infusas e os dons do Espírito Santo, que “[...] sobrenaturalizam nossas *potências naturais*, e nos dão o poder imediato de fazer *atos meritórios* de vida eterna.”<sup>70</sup> Aqui se percebe a graça operando no homem, de modo a transformar a substância da alma pelos dons do Espírito, assim como potencializando as virtudes infusas nas faculdades humanas,<sup>71</sup> excedendo a sua proporção natural.<sup>72</sup> Daqui, as obras se tornam sobrenaturais e, portanto,

<sup>65</sup> CATECISMO..., 2000, p. 527; CIC 2000.

<sup>66</sup> “*Per quod natura humana corrupta sanetur.*” (“Pela qual a natureza humana, corrompida, é curada.” (TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 861; Sum. Theol. IV,q.109,a9, tradução e grifo nosso.).

<sup>67</sup> *Auxilio gratiae ut a Deo moveatur* (TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 862; Sum. Theol. IV,q.109,a9.).

<sup>68</sup> LOMBAERDE, Júlio Maria de. **A contemplação sobrenatural**. Pequeno tratado prático elaborado segundo Santa Tereza, São João da Cruz, Santo Tomás e São Francisco de Sales. Itapevi: Nebli, 2015. p. 13.

<sup>69</sup> “[...] *habitualis gratia*, in quantum animam sanat vel iustificat, sive gratam Deo facit, dicitur *gratia operans*: in quantum vero est principium operis meritorii, quod etiam ex libero arbítrio procedit, dicitur *cooperans*.” (TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 879; Sum. Theol. IV,q.111,a2, o texto traduzido pertence à obra, já os grifos são nosso.).

<sup>70</sup> TANQUEREY, 2019, p. 105, grifos do autor.

<sup>71</sup> LOMBAERDE, 2015, p. 13.

<sup>72</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 862; Sum. Theol. IV,q.109,a9.

de cooperação à mesma graça, como meritórias, ou princípio mesmo do mérito.<sup>73</sup>

Como dom *atual*, emanam graças que “[...] iluminam nossa inteligência, fortalecem nossa vontade, nos comunicam energias muito além de nossas próprias forças”,<sup>74</sup> para assim se realizar *atos deiformes*: “[...] atos que não são puramente humanos, mas que, embora sejam nossos, são também de Deus”,<sup>75</sup> movidos por Ele a fim de uma ação correta.<sup>76</sup> Aqui se percebe um similar movimento em relação aos atos meritórios, pois nossa alma é movida e se move, coopera. Contudo, este movimento está agregado às potências da alma humana que, por si só não possuem mérito, porque movidas por Deus mesmo.<sup>77</sup>

Destarte, nem um ato natural pode ser feito sem a graça habitual ou atual, que são fonte de inspiração e sustento dos atos realizados, caracterizando-os como próprios, pessoais e, portanto, meritórios.<sup>78</sup> Da cooperação do homem por meio da graça santificante (habitual e atual), provém então os atos meritórios, ou sobrenaturais:

Divinizada a nossa substância pela graça habitual, divinizadas nossas potências pelas virtudes sobrenaturais, podemos, com o influxo da graça atual, fazer obras *sobrenaturais, deiformes e meritórias* de vida eterna.<sup>79</sup>

---

<sup>73</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 919; Sum. Theol. IV, q.114.

<sup>74</sup> TANQUEREY, 2019, p. 105.

<sup>75</sup> TANQUEREY, 2019, p. 105.

<sup>76</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 862; Sum. Theol. IV, q.109, a9.

<sup>77</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 878; Sum. Theol. IV, q.111, a2. Há uma diferença de causa, pois, enquanto que o dom habitual é qualidade eficiente (*animam effective*), o dom atual é de qualidade formal (*animam formaliter*) (TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 879; Sum. Theol. IV, q.111, a2.). Enquanto que o dom habitual opera substancialmente, o dom atual opera potencialmente na alma humana. Assim, da causa para o efeito há uma mudança do movimento e, conseqüentemente, no movimento cooperante não há o mesmo efeito que no movimento operante. Assim escreve o padre Júlio M. Lombaerde: “Enfim, os atos da vontade são mais meritórios que os atos do espírito. Os atos da vontade são o *termo*; os do espírito são *via*.” (Lombaerde, 2015, p. 65, grifos do autor).

<sup>78</sup> Lombaerde, 2015, p. 14. Confirma também: Chautard, 2017, p. 22-23.

<sup>79</sup> TANQUEREY, 2019, p. 121, grifos do autor.

Visto que a graça santificante é progressiva, assim como a vida pessoal, faz-se necessário conservá-la eficazmente, aumentando-a em nossa vida progressivamente, porque “Deus ordenou a natureza humana para conseguir o fim da vida eterna, não pela própria capacidade, mas pelo auxílio da graça. E deste modo o seu ato pode ser de vida eterna.”<sup>80</sup> Aqui ganham espaço as obras sobrenaturais meritórias, como pontuaremos a seguir.

### 1.3 OS ATOS MERITÓRIOS

Sabendo que as graças que Deus nos dá são de combate, e não de descanso, devemos então lutar pela coroa da glória, como diz São Paulo: “Combati o bom combate, terminei a minha carreira, guardei a fé. Desde já me está reservada a coroa da justiça, que me dará o Senhor, justo juiz, naquele Dia”.<sup>81</sup> Esse caminho é o de perfeição, com o qual o homem (partícipe do organismo sobrenatural da graça), aumenta-a pelas obras que com a mesma graça coopera, e assim também garante o direito da glória celestial.<sup>82</sup>

Antes de pontuar os atos meritórios, convém adentrar na natureza daquilo que é propriamente o mérito.

#### 1.3.1 A natureza do mérito

Longe de ser uma justiça retributiva para com Deus, uma vez que Deus não é um devedor, e que “[...] a justiça absoluta só existe entre aqueles que são perfeitamente iguais”,<sup>83</sup> o mérito só pode ser compreendido dentro dessa lógica da qual viemos tratando, que é da cooperação à graça, não por justiça, mas em proporção a uma *pré-ordenação divina*, em razão do fim último do homem.<sup>84</sup>

De modo geral, o mérito é: “[...] *um direito a uma recompensa sobrenatural que resulta de uma obra sobrenaturalmente boa, feita livremente por amor a Deus, e de uma promessa divina que assegure essa recompensa.*”<sup>85</sup> Assim sendo, está relacionado à recompensa dos atos humanos, realizados pessoalmente. E que, em sentido contrário,

<sup>80</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 923; Sum. Theol. IV,q.114,a2.

<sup>81</sup> 2Tm 4,7-8a.

<sup>82</sup> TANQUEREY, 2018, p. 138; Comp. Teol. Asc. Mist. 228.

<sup>83</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 920; Sum. Theol. IV,q.114,a1.

<sup>84</sup> BOYER, Carolus. **Tractatus de gratia divina**. 3 ed. Roma: Pontificia Universidade Gregoriana, 1952b. p. 397-398.

<sup>85</sup> TANQUEREY, 2018, p. 139; Comp. Teol. Asc. Mist. 229, todo o grifo é do autor.

evidencia também o *demérito*, que ocorre de uma ação maliciosa, porque se diz “[...] mérito acerca das *boas obras*, em relação à recompensa, e que se dá o nome *demérito* aos maus atos, em relação à pena.”<sup>86</sup>

Em atenção acerca da recompensa pelas boas obras, pode-se chamar o mérito como *ex condigno*, i. e., “[...] pelo qual a recompensa é devida por direito ou justiça, porque há certa igualdade ou proporção real entre [uma] obra e a [sua] retribuição”,<sup>87</sup> proporção esta em nível de dignidades e valores.<sup>88</sup> E também o mérito pode ser *ex congruo*, i. e., de *conveniência*, em que há “[...] uma desproporção muito grande entre a obra e o prêmio recebido, que é muito maior.”<sup>89</sup>

Neste aspecto, “[...] parece congruente [conveniente] que, quando o homem age segundo a sua capacidade, Deus o recompense segundo a excelência de seu poder.”<sup>90</sup> Logo, a recompensa pela boa obra não é alcançada por justiça, mas por reconhecimento da parte de Deus, que é também misericórdia,<sup>91</sup> e nos pede obras de misericórdia<sup>92</sup> e caridade<sup>93</sup>.

Tanto por direito adquirido ou por conveniência, para que uma obra seja meritória é necessário: *ser uma obra livre*, de responsabilidade da própria pessoa e não como espécie de coação; *ser praticada em estado de graça*, uma vez que a graça santificante “[...] faz Cristo

<sup>86</sup> “[...] nomen meriti dicitur de *opere bono* in quantum relationem habet ad praemium, et tribuitur nomen demeriti actui malo in quantum relationem habet ad poenam.” (BOYER, 1952b, p. 397, tradução nossa, o grifo *demérito* é nosso.). Sobre a questão do demérito, em sua influência nos atos humanos, escreveremos oportunamente no segundo capítulo.

<sup>87</sup> TANQUEREY, 2018, p.139; Comp. Teol. Asc. Mist. 230.

<sup>88</sup> BOYER, 1952b, p. 398. Entenda-se *direito* ou *justiça* de recompensa situado naquilo que viemos apresentando.

<sup>89</sup> TANQUEREY, 2018, p.139; Comp. Teol. Asc. Mist. 230.

<sup>90</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 925; Sum. Theol. IV,q.114,a3.

<sup>91</sup> “[...] tanquam gratia filiis Dei per Christum Iesum misericorditer promissa, [...] bonis ipsorum operibus et meritis fideliter reddenda.” ([...] como graça prometida misericordiamente aos filhos de Deus por Cristo Jesus, como recompensa [...] concedida em razão de suas obras e de seus méritos. BOYER, 1952b, p. 399, tradução nossa).

<sup>92</sup> Sum. Theol. IV,q.114,a6. p. 931.

<sup>93</sup> Aqui lembramos o papel importante da caridade cristã, por meio das obras (Confira em: BENTO XVI. **Carta Encíclica *Deus Caritas est***. Vaticano: 2005. Não paginado; DCE 22.26.28.31-32. Disponível em: <[http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf\\_ben-xvi\\_enc\\_20051225\\_deus-caritas-est.html](http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est.html)>. Acesso em: 19 fev. 2021.)

habitar e viver em nós e que nos torna participantes dos seus méritos”;<sup>94</sup> *ser sobrenaturalmente boa*, ou praticada em vista do bem celestial, em proporção à boa recompensa; e *ser feita durante nossa vida mortal*, enquanto *homo viator*, “[...] postos a serviço de Deus”;<sup>95</sup> em razão da vida eterna prometida.<sup>96</sup> Esses critérios elencados são o que definem uma obra como sobrenatural e, portanto, meritória.

Por vontade de Deus mesmo, a pessoa que desse modo realiza atos sobrenaturais, adquire propriamente o mérito. Pode-se, então, afirmar as seguintes recompensas pessoais:<sup>97</sup> *crescimento da graça santificante*, como cooperação na vida da graça;<sup>98</sup> *crescimento da glória comunicada e manifestada por Deus*,<sup>99</sup> uma vez que “Deus não procura em nossas boas ações uma utilidade para si mas a sua glória”;<sup>100</sup> *aquisição da própria vida eterna*, que é a “[...] recompensa definitiva para aqueles que chegam ao momento da morte na graça de Deus”;<sup>101</sup> e *aquisição de bens temporais*, “[...] como a saúde, a amizade, [que] podem ser merecidos segundo a sabedoria divina”,<sup>102</sup> quando assim convém.

Como se vê, o mérito não é nada mais do que a recompensa pelas boas obras que o cristão é chamado a realizar, tendo em vista uma vida santa e o futuro reino celestial. Assim sendo, pode-se falar de diferentes patamares na ordem dessa recompensa já garantida, nos graus da graça e da glória.

---

<sup>94</sup> TANQUEREY, 2018, p. 230; Comp. Teol. Asc. Mist. 231.

<sup>95</sup> Rm 6,22.

<sup>96</sup> TANQUEREY, 2018, p.139-140; Comp. Teol. Asc. Mist. 231.

<sup>97</sup> DENZINGER, 2015, p. 415; DH 1582.

<sup>98</sup> CATECISMO..., 2000, p. 530; CIC 2010.

<sup>99</sup> CATECISMO..., 2000, p. 87; CIC 293.

<sup>100</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 921; Sum. Theol. IV,q.114,a.1. Ou seja, “[...] quer comais, quer bebais, quer façais qualquer coisa, fazei tudo para a glória de Deus” (1Cor 10,3).

<sup>101</sup> SANTOS, 2019, p. 125. Assim afirma Santo Tomás: “É necessário, portanto, conhecer em via o caminho pelo qual se pode alcançar o fim; e na pátria [os bem-aventurados] não dariam suficientes graças a Deus se não tivessem conhecimento do caminho pelo qual se salvaram.” (TOMÁS DE AQUINO. **Compêndio de Teologia**. Trad. Carlos Nougué. Porto Alegre: Concreta, 2015a. p. 75 (Coleção Escolástica)).

<sup>102</sup> CATECISMO..., 2000, p. 530; CIC 2010.

### 1.3.1.1 O aumento da graça e da glória

Conforme afirmado, os atos humanos, embora transitórios, são meritórios de vida eterna quando realizados sobrenaturalmente, nas devidas condições já elencadas. Nesse sentido, há que se dizer: “[...] por qualquer ato meritório o homem merece o aumento da graça, bem como a consumação dela, que é a vida eterna.”<sup>103</sup> Daí que o influxo da graça obedece às disposições pessoais de quem realiza o ato, podendo agregar maior recompensa “[...] quando alguém estiver suficientemente disposto a lhe receber o aumento.”<sup>104</sup> E assim se sucede até o fim da vida terrestre.

Para tal intento, é necessário a vontade humana cooperar com a graça divina, uma vez que: “Ao coroar nossos méritos, Deus também coroa seus dons, porque sua parte nesses mesmos méritos é muito mais significativa.”<sup>105</sup> Sendo então Deus a causa principal e primeira do mérito, coroa no homem os seus dons porque o eleva ao estado sobrenatural pela graça santificante, e o aperfeiçoa pelas graças atuais, movendo-o assim na prática do bem.<sup>106</sup> Esse bem nada mais é do que o fim para qual o homem tende, e também é a matéria para merecer o aumento da graça, levando em conta a perseverança na graça obtida pelo mesmo ato que realiza.<sup>107</sup>

*Simili modo*, assim como se cresce na vida da graça, aumenta-se o grau da glória eterna, devido à busca pela perfeição, uma vez que: “Uma alma perfeita dá mais glória a Deus do que mil almas comuns (que apenas cumprem o obrigatório).”<sup>108</sup> Isto porque “[...] da glória que está em Deus depende a bem-aventurança humana”,<sup>109</sup> assim sendo, pela participação na vida da graça e realização de atos meritórios, a pessoa desenvolve e frutifica em si o gérmen da glória.<sup>110</sup>

Aqui se mostra claramente a dimensão sobrenatural da graça no homem, porque só coopera devido a adoção filial divina na graça santificante (habitual) e, por meio dos dons e virtudes infusas em suas

<sup>103</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 934; Sum. Theol. IV,q.114,a9.

<sup>104</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 934; Sum. Theol. IV,q.114,a9.

<sup>105</sup> TANQUEREY, 2018, p.140; Comp. Teol. Asc. Mist. 232.

<sup>106</sup> TANQUEREY, 2018, p.140; Comp. Teol. Asc. Mist. 232.

<sup>107</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 935; Sum. Theol. IV,q.114,a9.

<sup>108</sup> TANQUEREY, 2018, p. 183; Comp. Teol. Asc. Mist. 365.

<sup>109</sup> TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Tomo III. Trad. Aldo Vannucchi et al. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009. p. 51; Sum. Theol. III,q.2,a.3. Entenda-se da glória que contém em Deus (nota nossa).

<sup>110</sup> GONZÁLEZ ARINTERO, 2019, p. 187.

faculdades, seus atos são permeados de graças atuais. Sendo, pois, atos deiformes, há proporção real com a graça e a glória, ainda que na dimensão natural, i. e., na ordem natural e finita dos atos. Assim sendo, na ordem natural os atos que são finitos produzem hábitos e estados de alma infinitos, duradouros. E, sendo que a alma humana é imortal, convém a ela esta recompensa infinita.<sup>111</sup>

Além do mais, mesmo que não conviesse a Deus a recompensa dos atos meritórios, Ele prometeu a plenitude celeste para quem junto n'Ele habitar, por meio da Igreja.<sup>112</sup> Por isso, “[...] pela observância dos mandamentos de Deus e da Igreja, [os homens] crescem e tornam-se mais justos na mesma justiça recebida pela graça de Cristo”,<sup>113</sup> e assim, nos méritos do próprio Cristo, “[...] segundo a promessa de Deus mesmo, [a recompensa] será fielmente outorgada em razão de suas boas obras e de seus méritos.”<sup>114</sup>

Destarte, o aumento da graça e glória é algo pessoal, assim como o próprio mérito é algo pessoal, *ex condigno*.<sup>115</sup> Assim sendo, “[...] por mérito de pleno direito, ninguém, salvo Cristo, pode merecer para outrem a primeira graça [incriada].”<sup>116</sup> Realizar um ato meritório para que a recompensa seja a outrem, ou então para que os efeitos da graça santificante sejam aplicados as outras pessoas, não é possível. Contudo, por conveniência (*ex congruo*) pode-se merecer algo por outrem, ainda que os atos cumulem a graça pessoal naquele que realiza o ato.<sup>117</sup> Como que rendendo graças a si em favor alheio, “[...] é congruente que Deus, por uma amizade proporcional, cumpra a vontade do homem relativa à salvação do outro.”<sup>118</sup> Como, e. g., na oração.

Não menos importante é a livre vontade do homem em colaborar com Deus para o seu crescimento e dos demais, sob o influxo da graça e pelas virtudes adquiridas. Mesmo sendo uma reação à mesma graça por

---

<sup>111</sup> TANQUEREY, 2018, p.140; Comp. Teol. Asc. Mist.. 233.

<sup>112</sup> DENZINGER, 2015, p. 1139; DH 4814.

<sup>113</sup> DENZINGER, 2015, p. 405; DH 1535.

<sup>114</sup> DENZINGER, 2015, p. 410; DH 1545.

<sup>115</sup> TANQUEREY, 2018, p.141; Comp. Teol. Asc. Mist. 235.

<sup>116</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 930; Sum. Theol. IV,q.114,a6. Sobre a *graça primeira*, assim diz o Catecismo da Igreja Católica: “Como a iniciativa pertence a Deus na ordem da graça, *ninguém pode merecer a graça primeira*, na origem da conversão, do perdão e da justificação.” (CATECISMO..., 2000, p. 530; CIC 2010, o grifo é do próprio texto.).

<sup>117</sup> BOYER, 1952b, p. 418-419.

<sup>118</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 930; Sum. Theol. IV,q.114,a6.



meio dos atos meritórios que faz, não deixam de ser verdadeiramente atos pessoais, reais e eficazes, porque ele colabora livremente com Deus nesse processo.<sup>119</sup> Daí que a caridade cristã tem grande importância na cooperação com Deus.

O princípio para que se aumente a graça e a glória é o da caridade, uma vez que é ela quem governa os atos virtuosos, sendo também princípio do mérito.<sup>120</sup> Assim sendo, crescendo a caridade, cresce também a graça no homem, porque os atos de caridade são também meritórios,<sup>121</sup> e conduzem a santidade.<sup>122</sup> Convém, pois, aplicar este princípio caritativo na doutrina do mérito, uma vez que esta virtude teologal faz a diferença nas obras realizadas.<sup>123</sup>

### 1.3.2 As condições necessárias para lucrar o mérito

Conforme se considerou, os atos meritórios dependem primeiramente de Deus e, subsequentemente, da pessoa que os realiza. Uma vez que “Deus coopera em tudo para o bem daqueles que o amam”,<sup>124</sup> é preciso então voltar-se para as disposições humanas, nas suas condições.

#### 1.3.2.1 As condições do sujeito

São quatro as condições atribuídas à pessoa, para lucrar o mérito: 1 *O grau de graça habitual e de caridade*; 2 *A união com Jesus Cristo*; 3 *A pureza de intenção*; 4 *O fervor*.<sup>125</sup>

Quanto à primeira, não cabe especular a quantidade de graça que um ato pode possuir na pessoa que o realiza. A questão é que o estado de graça se faz necessário para as obras meritórias, como já se afirmou. Assim sendo, a dignidade pessoal é diferente em grau de graça e

<sup>119</sup> TANQUEREY, 2018, p.140; Comp. Teol. Asc. Mist. 233. Também: “Qui non facit libere quod debet non meretur, *conc.* Qui hoc facit libere, non meretur, *nego.*” (“*Concordamos que: não se merece o que não se faz de modo livre. Negamos que: o que aqui se faz de modo livre, não há merecimento.*” BOYER, 1952b, p. 397, tradução nossa, grifos do autor.).

<sup>120</sup> CATECISMO..., 2000, p. 530; CIC 2011. TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 926-927; Sum. Theol. IV,q.114,a4.

<sup>121</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018a, p. 164.

<sup>122</sup> CHAUTARD, 2017, p. 71.

<sup>123</sup> A caridade voltará oportunamente no capítulo 3, junto as demais virtudes teologais (nota nossa).

<sup>124</sup> Rm 8,28.

<sup>125</sup> TANQUEREY, 2018, p.141; Comp. Teol. Asc. Mist. 237.

caridade no ato praticado,<sup>126</sup> uma vez que, quanto mais se colabora com a graça, “[...] nossas ações serão mais dignas, mais agradáveis a Deus e, portanto, mais meritórias.”<sup>127</sup> Em suma, é o grau de santidade pessoal que influencia no lucro do mérito,<sup>128</sup> e. g., os santos intercessores de causas próprias, que se dispuseram a praticar a caridade devido as particularidades das situações vividas.

Quanto à segunda, é Jesus a causa meritória dos atos pessoais sobrenaturais, como se descreveu. Logo, é importante o *grau de união* para com Ele. Eis que o próprio Salvador diz: “Aquele que permanece em mim e eu nele produz muito fruto.”<sup>129</sup> Buscar a união íntima com Jesus é viver inspirado em seus pensamentos, desejos e ações para que nele comece e termine “[...] tudo aquilo que fizemos”.<sup>130</sup> Assim sendo, quando se leva em conta Cristo, tem-se o sustento e o remédio das fraquezas humanas naquilo que se realiza em vista do bem eterno.<sup>131</sup>

Quanto à terceira, é importante a *pureza da intenção* que leva à prática de uma obra, para que seja boa. Aqui, a virtude é *conditio sine qua non* para lucrar o mérito, porque ela reina sobre todas as faculdades naturais humanas,<sup>132</sup> e a caridade impera sobre elas.<sup>133</sup> Assim sendo, a intenção do ato é a chave para que uma obra tenha o real valor perante Deus.<sup>134</sup>

Quanto à quarta, é importante que todas as ações sejam feitas por amor, para que se convertam em obras caritativas e, assim, participem

<sup>126</sup> Como diz Santo Tomás de Aquino: “Deus não dá a graça senão aos dignos [...] porque ele os faz dignos pela graça.” (TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 929; Sum. Theol. IV,q.114,a5.). Sobre esta questão, confira: CATECISMO..., 2000, p. 466ss; CIC 1700ss.

<sup>127</sup> TANQUEREY, 2018, p. 142; Comp. Teol. Asc. Mist. 237.

<sup>128</sup> BOYER, 1952b, p. 420-41.

<sup>129</sup> Jo 15,5.

<sup>130</sup> CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS NO BRASIL. **Indulgências:** orientações litúrgico-pastorais. Tradução do Decreto da *Paenitentiaría Apostólica Enchiridion Indulgentiarium*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 65; MI con. 26.

<sup>131</sup> TANQUEREY, 2018, p.142; Comp. Teol. Asc. Mist. 238.

<sup>132</sup> Todas as virtudes são princípio de mérito (TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 926; Sum. Theol. IV,q.114,a4.).

<sup>133</sup> “[...] deve-se dizer que a caridade, tendo o fim último como objeto, move as outras virtudes a agirem.” (TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 927; Sum. Theol. IV,q.114,a4.).

<sup>134</sup> TANQUEREY, 2018, p. 143; Comp. Teol. Asc. Mist. 239.

do mérito.<sup>135</sup> Até mesmo as ações mais essenciais, como comer e dormir, podem ser meritórias quando realçadas pela caridade em favor das almas ou de Deus mesmo. Assim, pode-se falar do  *fervor* da obra, na caridade espontânea que motiva a alma ao agir.<sup>136</sup>

Além dessas disposições necessárias ao sujeito, que não se dão de modo igual entre um e outrem, há que se levar também em conta as circunstâncias em que cada pessoa se encontra ao realizar um ato meritório.

### 1.3.2.2 As condições do ato

O principal nesta matéria é: “[...] o mérito consiste menos na dificuldade da prática de um ato, do que na intensidade de caridade com que o ato é praticado.”<sup>137</sup> Assim sendo, depende primeiramente das disposições do sujeito. Contudo, as condições em que se realiza um ato podem contribuir para que seja mais perfeito. Para isso, há que se levar em conta: *a excelência do ato praticado; a quantidade de ações; a duração da ação; e a dificuldade do ato.*<sup>138</sup> Isto é relativo a cada pessoa, e é o exercício da caridade que vai regular esses pressupostos.

*Ad exemplum*, entre a pobre viúva e os ricos que no templo ofertavam moedas,<sup>139</sup> foi ela quem possuiu maior *excelência* no seu ato de doar as duas moedinhas que tinha, embora a *quantidade* de sua ação deva ter sido menor do que daqueles que mais ofertavam e, embora tenha sido uma obra de curta *duração*, para ela foi de grau maior de exigência ou *dificuldade* que todos os outros daquele lugar.

Destarte, importa saber que as condições exercem influência para que um ato seja mais meritório, haja vista a disposição do sujeito.<sup>140</sup> Insistindo que essas condições são circunstanciais e, portanto, na frequência da repetição, intensidade e duração uma obra ganha o devido valor meritório pessoal. “Em suma, a dificuldade aumenta o mérito, não enquanto obstáculo a ser vencido, mas na medida em que suscita *mais entusiasmo e amor.*”<sup>141</sup>

---

<sup>135</sup> BOYER, 1952b, p. 410-411.

<sup>136</sup> TANQUEREY, 2018, p. 143; Comp. Teol. Asc. Mist. 240-241.

<sup>137</sup> CHAUTARD, 2017, p. 92.

<sup>138</sup> TANQUEREY, 2018, p. 144; Comp. Teol. Asc. Mist. 244.

<sup>139</sup> Mc 12,41-44.

<sup>140</sup> TANQUEREY, 2018, p. 144-145; Comp. Teol. Asc. Mist. 244.

<sup>141</sup> TANQUEREY, 2018, p. 145; Comp. Teol. Asc. Mist. 245, grifo do autor.

Pode-se dizer que, colocando-se sob o auxílio divino, a graça frutifica no homem qualquer ato, de modo que “[...] até mesmo os instrumentos mais fracos e inconstantes tornam-se capazes de atos heroicos.”<sup>142</sup> Sobre essa questão e outras, importa fazer um aceno naquilo que é relacionado ao mérito, e que interessa a essa explanação.

### 1.3.3 Outras questões ligadas ao mérito

Convém mencionar nesse campo do mérito e do lucro advindo das boas obras três questões pertinentes. A saber, os *bens temporais*, as *obras indulgenciadas* e o *martírio*, embora possam haver outros mais.

Sobre os *bens temporais*, que se mostrou ser uma recompensa pessoal, conforme se abordou, Santo Tomás escreve que “[...] considerados enquanto úteis à prática da virtude, que nos conduz à vida eterna, podem ser direta e absolutamente merecidos.”<sup>143</sup> Aqui, parece não se estar falando de recompensa sobrenatural, mas temporal. Contudo, Deus pode proporcionar o bem a todos, sem nenhum problema de ser direto e absoluto. Parece haver uma razão maior, possivelmente sobrenatural, aos que “[...] são movidos por Deus à prática de certos atos temporais, pelos quais, com o favor divino, conseguem o que se propuseram.”<sup>144</sup>

No que toca às obras sobrenaturais, não podem passar despercebidas as *obras indulgenciadas*, que “[...] é o valor infinito e inesgotável que têm junto de Deus as expiações e os méritos de Cristo Senhor, oferecidos para que a humanidade toda seja libertada do pecado e chegue à comunhão com o Pai”.<sup>145</sup> É um tesouro concedido à Igreja militante, sob a autoridade eclesiástica, que une aos bens celestes o *homo viator*,<sup>146</sup> a fim de ajudá-lo no cumprimento de sua pena temporal e também incitá-lo “[...] ao exercício das obras de piedade, de penitência e de caridade e, particularmente, das obras que conduzem ao progresso na fé e ao bem geral.”<sup>147</sup> Contudo, sob o ponto de vista do mérito, afirma o doutor comum da Igreja que “[...] outras obras satisfatórias são

<sup>142</sup> CHAUTARD, 2017, p. 91.

<sup>143</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 937; Sum. Theol. IV,q.114,a10.

<sup>144</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 938; Sum. Theol. IV,q.114,a10.

<sup>145</sup> PAULO VI. **Constituição Apostólica *Indulgentiarum Doctrina***. Trad. CNBB. Vaticano: 1967. Não paginado; ID 5. In: CNBB, 2005, p. 92.

<sup>146</sup> DENZINGER, 2015, p. 327-328; DH 1025-1027.

<sup>147</sup> PAULO VI, 1967, não paginado; ID 8.

mais meritórias para se ganhar o prêmio essencial – o que é infinitamente melhor que a remissão da pena temporal [do pecado].”<sup>148</sup>

Não menos pertinente é a questão do *martírio*, supremo “[...] testemunho de Cristo, morto e ressuscitado, ao qual está unido pela caridade.”<sup>149</sup> Embora não seja uma condição desejada ordinariamente pela pessoa *a priori*,<sup>150</sup> encaixa-se como um ato virtuoso e, portanto, meritório.<sup>151</sup> Há que se mencionar também do martírio sem sofrer a morte, senão pela renúncia de uma vida mundana em vista da perfeição e do testemunho da fé cristã.<sup>152</sup> Neste ou naquele sentido, o martírio obedece às condições necessárias para se obter o mérito e, não obstante, é uma atitude heroica pessoal, porque “[...] manifesta no mais alto grau a perfeição da caridade.”<sup>153</sup>

#### 1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que foi refletido, bem se delineou ao correto entendimento dos atos humanos como *meritórios*, sendo o foco principal nesse abrangente campo do organismo sobrenatural da graça. Tal esforço, por esse caminho, quis afirmar o primado absoluto da graça sobre o homem justificado em Cristo. E, assim, seguramente se buscou tratar dos seus atos como meritórios, sem que se incorresse nas mais variadas heresias doutrinárias.<sup>154</sup>

---

<sup>148</sup> TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*. Suplemento da 3ª parte (Questões 1-40). Trad. Alexandre Correia. São Paulo: Sapientiae, 1959. p. 482; Sum. Theol. Suppl.,q.25,a2.

<sup>149</sup> CATECISMO..., 2000, p. 637; CIC 2473.

<sup>150</sup> Aqui estamos falando do martírio de sangue.

<sup>151</sup> IRABURU, José M. *El martírio de Cristo y de los cristianos*. Pamplona: Gratis Date, 2003. p. 45-46.

<sup>152</sup> TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*. Tomo VII. Trad. Aldo Vannucchi et al. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2015d. p. 75; Sum. Theol. VII,q.124,a4.

<sup>153</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015d, p. 73; Sum. Theol. VII,q.124,a3.

<sup>154</sup> Embora não seja o foco do trabalho, citamos e. g. o gnosticismo, neognosticismo e pelagianismo, que atualmente são causas de novas heresias (CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ. *Carta Placuit Deo aos bispos da Igreja Católica sobre alguns aspectos da salvação cristã*. Brasília: CNBB, 2018. p. 11-12; PD 3. (Coleção Documentos da Igreja, n. 42). Mas há também o luteranismo, baianismo e jansenismo, entre outras heresias condenadas (GROSSI, Vitorino.; SESBOÛÉ, Bernard. *Graça e justificação*: do concílio de Trento à época contemporânea. In: SESBOÛÉ, 2003. p. 275-312. p. cit. 299-306.).

A doutrina do mérito, além de ser consideravelmente situada, também foi sistematizada na ação do homem que coopera com a graça. Assim, torna-se evidente que nem *toda boa obra produz um fruto meritório*, senão que obedecendo certas condições e aspectos relativos ao sujeito e ao ato. Convém, pois, tornar claro o ato meritório pela seguinte prática:

[...] recolher-se um instante antes de cada ação, *renunciar positivamente* a qualquer intenção natural ou má, *unir-se* a Nosso Senhor, modelo e mediador, reconhecendo a própria incapacidade, e *oferecer a ação, por meio Dele*, a Deus, *para a sua glória e para o bem das almas.*”<sup>155</sup>

Assim, qualquer ato, até mesmo o mais comum, ganha o valor meritório que viemos afirmando. Que sejam, pois, santificadas todas as ações, fazendo brotar e crescer na alma o gérmen da graça intrínseco nelas, e assim também edificando o princípio da glória, em relação à bem-aventurança celestial.<sup>156</sup> E é sobre essa realidade celestial que se faz mister investigar.

Contudo, uma consideração importante deve ser feita: *perdido o estado de graça, o mérito das boas obras perde seu valor*. Isto porque “[...] o pecado sobreveniente impede o mérito precedente de produzir o seu efeito.”<sup>157</sup> Isto significa que, uma vez pecando gravemente, os atos meritórios antecedentes são perdidos, pois o mérito não é um direito adquirido (ainda que *ex condigno*), senão que é dom divino gratuito, conforme se considerou.

Sobre essa realidade da perda da graça, da qual o *homo viator* não está isento, abordaremos no próximo capítulo, nos seus efeitos. Pois, parece que a bem-aventurança celestial pode não ser merecida, conforme esse raciocínio.

---

<sup>155</sup> TANQUEREY, 2018, p. 146; Comp. Teol. Asc. Mist. 248, grifo do autor.

<sup>156</sup> TANQUEREY, 2018, p. 145; Comp. Teol. Asc. Mist. 247.

<sup>157</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 932-933; Sum. Theol. IV,q.114,a7. Confira também a nota h.

## 2 O MÉRITO DOS ATOS HUMANOS FRENTE AO JUÍZO PARTICULAR

Situados os atos meritórios no âmbito da vida da graça, convém dar seguimento aos seus efeitos sobrenaturais produzidos no homem. Para isso, queremos neste capítulo tratar da *alma humana*<sup>158</sup> diante de sua realidade última, mais especificamente no seu juízo escatológico particular, em três movimentos com os quais se desdobra essa realidade: a morte, como a realidade que conduz ao interno (*ad intra*) dessa dinâmica do juízo; o julgamento da alma, como elemento central de tal dinâmica; e o resultado a que incorre este juízo (*ad extra*), como realidade decorrente dessa mesma dinâmica. Nosso foco será em virtude do mérito lucrado em tempo oportuno, ou então de seu desaproveito, no que toca a participação na vida divina.

### 2.1 AD INTRA IVDICII: A MORTE

Partimos do elemento comum da experiência humana em geral, o fim da vida. Esta realidade foge à subsistência humana, pelo fato de que o homem é um *ser mortal*,<sup>159</sup> e abre espaço para considerar um sentido

---

<sup>158</sup> A *alma* é a forma do corpo (CATECISMO..., 2000, p. 105; CIC 365.). É necessário empregar este termo, consagrado pelas Sagradas Escrituras e pela Tradição, para sustentar a fé cristã (confira em: DENZINGER, 2015, p. 1100; DH 4653). Respectivamente, “A Igreja afirma a sobrevivência e a subsistência depois da morte de um elemento espiritual, dotado de consciência e de vontade, de tal modo que o *eu humano* subsista. Para designar esse elemento, a Igreja emprega a palavra *alma*”. (CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Carta sobre algumas questões respeitantes à escatologia**. Vaticano: 1979. Não paginado. Disponível em: [https://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19790517\\_escatologia\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19790517_escatologia_po.html)>. Acesso em: 17 set. 2020, grifos presentes no texto.). Segundo Renato Oliveira, esta carta da Congregação para a doutrina da fé reafirma a permanência da alma separada do corpo, tendo como consequência “[...] a reabilitação do estado intermediário como ínterim entre a morte do cristão e a ressurreição final.” (OLIVEIRA, Renato A. Ressurreição na morte ou no *último dia*?: o estado intermediário no debate escatológico do século XX. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 49, n. 3, p. 653-680, set/dez. 2017, p. 671.). Convém salientar também que o conceito de *alma imortal*, indestrutível, já está contido nas Sagradas Escrituras, e não é propriamente um termo grego (COSTA, Henrique Soares da. **Escatologia sobre o fim do mundo**. 3. ed. Lorena: Cléofas, 2018. p. 114.).

<sup>159</sup> Seguimos aquilo pressuposto na nota 3 deste trabalho, sobre o ponto de partida antropológico. Interessa aqui, sobretudo, a concepção cristã do homem

maior à própria vida, para além da morte.<sup>160</sup> Neste aspecto, continuemos com a jornada do *homo viator*, em que “[...] a morte agora está iluminada pelo brilho da graça”.<sup>161</sup>

### 2.1.1 A morte como estado definitivo

A vida do *homo viator* só encontra sentido à luz do seu fim, ao qual já busca parcialmente por meio de seus atos, e que o transcende quando feito de modo sobrenatural. É uma busca de união a Deus, em corpo e alma. Uma vez que a ordem sobrenatural pressupõe a natureza, e a eleva, não cabe ao homem o julgamento adequado de sua trajetória neste mundo, pois “[...] já por sua natureza, o homem não tem razão de ser senão a de constituir imagem de Deus que proclame a perfeição do Criador”.<sup>162</sup> Assim, esta capacidade de julgar a si mesmo é parcial, e somente a Deus comporta a totalidade.

Antes, porém, de pontuar critérios ao fim que se dispõe em julgamento, faz-se mister abordar o estado definitivo do homem, na sua condição de subsistência em Deus. Pois a pessoa busca a sua realização na plenitude do Ser,<sup>163</sup> que está para além de sua vida natural,<sup>164</sup> e é no fato da morte que “[...] o enigma da condição humana mais se adensa.”<sup>165</sup>

Tal enigma está ligado intrinsecamente à compreensão da vida humana,<sup>166</sup> e que a fé cristã alcança um sentido mais abrangente do que o meramente biológico.<sup>167</sup> Além de ser um fenômeno natural, pois a

---

*corpore et anima unus*, i. e., “[...] um ser ao mesmo tempo corporal e espiritual.” (CATECISMO..., 2002, p. 104; CIC 362.). Confira também em: TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Tomo II. Trad. Aldo Vannucchi et al. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2015b. p.362-363; Sum. Theol. II,q.75,a4.

<sup>160</sup> Não é o foco deste trabalho discutir sobre a lei do débito universal para com a morte.

<sup>161</sup> RATZINGER, 2008, p. 247.

<sup>162</sup> BETTENCOURT, Estêvão. **A vida que começa com a morte**. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1963. p. 28. (Em citação direta, conservou-se a ortografia original do texto).

<sup>163</sup> BETTENCOURT, 1963, p. 39-40.

<sup>164</sup> FERNÁNDEZ, 2009, p. 980.

<sup>165</sup> CONCÍLIO..., 1967a, p. 557; GS 18.

<sup>166</sup> RATZINGER, 2008, p. 240.

<sup>167</sup> RATZINGER, Joseph. **Escatologia, morte e vida eterna**. 2. ed. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Molokai, 2020. p. 94-95.



natureza humana é composta e, portanto, sujeita a decompor-se,<sup>168</sup> é também sobrenatural.<sup>169</sup> Para além disso, a morte afeta de modo dramático a existência humana, anulando o instinto de permanência em seu ser individual, e também sobrelevando a uma ânsia de saber se existe ou não um futuro adiante.<sup>170</sup> Enfim, nenhuma técnica humana consegue resolver esse drama, acalmando a ansiedade e assegurando o *ser* próprio do homem.<sup>171</sup> É a fé cristã que garante, pois, um fim sobrenatural, de continuidade de sua existência, um fim feliz.

A morte lembra ao *homo viator* que não tem na terra sua cidade permanente,<sup>172</sup> e que existe além de seu *habitat* um estado de plena realização.<sup>173</sup> Contudo, a solicitude pelo progresso terreno é fundamental para entrar no Reino prometido por Deus,<sup>174</sup> uma vez que a perseverança na graça é o que realiza a salvação do homem.<sup>175</sup> Neste aspecto, o tempo de provação do homem, com o qual desfruta de sua liberdade, é a vida terrena, em que “[...] ou seus atos são meritórios e definitivamente tendem a Deus como o fim último, ou então definem-se diferentemente como atos demeritórios.”<sup>176</sup>

Sobre tais atos, convém analisar aquilo que influencia o homem em vista de sua salvação, levando em conta a realidade do pecado e a redenção em Cristo, que influenciam a conduta humana. Também considerando a realidade da morte, que não deve ser encarada, ela própria, como um merecimento do homem.

---

<sup>168</sup> Com o fim da vida corporal também se dissipa o pecado, que é condição propriamente humana, e que se submete à morte. Confira em: DENZINGER, 2015, p. 398; DH 1512.

<sup>169</sup> BETTENCOURT, 1963. p. 32-33.

<sup>170</sup> FERNÁNDEZ, 2009, p. 995.

<sup>171</sup> CONCÍLIO..., 1967a, p. 558; GS 18.

<sup>172</sup> Hb 13,14.

<sup>173</sup> FERNÁNDEZ, 2009, p. 981.

<sup>174</sup> CONCÍLIO..., 1967a, p. 583; GS 39.

<sup>175</sup> GARRIGOU-LAGRANGE. **O homem e a eternidade**: a vida eterna e a profundidade da alma. Trad. José Eduardo C. de Barros Carneiro. Campinas: CEDET; Ecclesiae, 2018b. p. 68.

<sup>176</sup> “[...] suis actibus meritoriis ad Deum ut finem suum ultimum definitive tendere, aut ab ipso actibus demeritoriis se definitive avertere.” (SAGÜES, Iosepho F. De novissimis seu de Deo consummatore. Tractatus VI. In: ALDAMA, Iosepho A. et al. **Sacrae Theologiae Summa**: De sacramentis; De novissimis. Tomo IV. 3. ed. Madri: Biblioteca de Autores Cristianos, 1956. p. 859-1062. p. cit. 867; Sac. Theol. Sum. L.1,C.1.,a1,n.3, tradução nossa).

### 2.1.1.1 A influência do pecado e o demérito

Entende a sagrada doutrina que a morte é consequência do pecado, e não vontade de Deus,<sup>177</sup> como o “[...] último inimigo a ser destruído”.<sup>178</sup> Contudo, o homem é portador da vida sobrenatural pela graça santificante. Deste modo, possui dentro de si o germe da vida futura, que vai desabrochando progressivamente até a ressurreição gloriosa.<sup>179</sup>

*Mutatis mutandis*, é verdade também que Deus não criou o homem para viver eternamente neste mundo,<sup>180</sup> porque “[...] *mesmo sem o pecado, nossa comunhão com o Senhor somente seria plena na Glória.*”<sup>181</sup> O projeto inicial de Deus era que o homem vivesse eternamente de corpo e alma. Mas, pelo pecado, o homem perdeu a graça da imortalidade corporal:<sup>182</sup>

Deus [...] libertou o homem ao criá-lo da necessidade de morrer, resultante da matéria que o constituía. Mas esse privilégio foi supresso pelo pecado dos primeiros pais. E, assim, a morte é natural pela condição da matéria [corruptível] e é um castigo, pela perda do favor divino, que dela nos preservava.<sup>183</sup>

Assim sendo, a morte é uma realidade imposta à condição humana, cujo salário provém do pecado.<sup>184</sup> Isto porque tal realidade causa uma desarmonia ontológica no homem,<sup>185</sup> uma divisão ao seu interno radicada no coração,<sup>186</sup> que o faz “[...] inclinado também para o

---

<sup>177</sup> CATECISMO..., 2000, p. 284; CIC 1008. DENZINGER, 2015, p. 398; DH 1512, p. 399; DH 1514.

<sup>178</sup> 1Cor 15,26.

<sup>179</sup> BETTENCOURT, 1963, p. 35.

<sup>180</sup> Chamado também *vale de lágrimas*, na conhecida oração da Salve Rainha (nota nossa).

<sup>181</sup> SOARES, 2018, p. 94, o grifo todo é do autor.

<sup>182</sup> SAGÜES, 1956, p. 865; Sac. Theol. Sum. L.1,C.1,a1,n.1

<sup>183</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015d, p. 431; Sum. Theol. VII,q.164,a1.

<sup>184</sup> Rm 6, 23a.

<sup>185</sup> BOFF, Clodovis M. **Escatologia**: breve tratado teológico-pastoral. 3. ed. São Paulo: Ave Maria, 2017. p. 21.

<sup>186</sup> CONCÍLIO..., 1967a, p. 549; GS 10.

mal, e imerso em muitos males, que não podem provir de seu Criador, que é bom.”<sup>187</sup>

Não obstante, o estado definitivo e imutável do homem se dá pela morte, que não deve ser encarada como um merecimento, haja vista que é consequência do pecado original *originado*.<sup>188</sup> Essa condição afeta o homem em sua dimensão pessoal, no sentido de ser “[...] próprio a cada um [...] [ainda que não tenha] um caráter de falta pessoal.”<sup>189</sup> E, deste modo, afeta o homem em suas ações livres, pois aquilo “[...] que ultrapassa os limites da razão, é contra a natureza do homem. Tal é a concupiscência do pecado original.”<sup>190</sup>

A consequência dessa realidade pecaminosa é a morte do corpo e da alma,<sup>191</sup> porque “[...] a morte da alma fica como que subsumida pela morte do corpo.”<sup>192</sup> O que permite, então, afirmar: “[...] ninguém mereceria estar em Deus, senão por meio da graça, que primeiro nos reconciliou.”<sup>193</sup> É, pois, a graça em sua amplitude e desenvolvimento sobrenatural que permite ao homem o lucro das suas obras temporais ou, do contrário, a punição pelo débito em vista das mesmas obras desassociadas da graça.<sup>194</sup>

Por conseguinte, pela morte e ressurreição de Cristo, o homem foi libertado do domínio absoluto do pecado original *originado*, causa da mesma morte.<sup>195</sup> Ele nos libertou desta realidade vencendo-a,<sup>196</sup> e

<sup>187</sup> CONCÍLIO..., 1967a, p. 553; GS 13.

<sup>188</sup> BETTENCOURT, 1963, p. 40. Sobre essa consequência, já discurremos no capítulo primeiro, mais especificamente no título secundário *1.2.1*, da justificação.

<sup>189</sup> CATECISMO..., 2000, p. 115; CIC 405.

<sup>190</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 438; Sum. Theol. IV,q.82,a3. Confira também em: TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 468-470; Sum. Theol. IV,q.85,a6.

<sup>191</sup> DENZINGER, 2015, p. 398; DH 1512. CATECISMO..., 2000, p. 114; CIC403. Ou seja, mesmo que uma pessoa não tenha pecado *pessoal*, está sujeita à morte do corpo e também da alma, caso não tenha participado na vida da graça pelo Batismo (Confira em: CATECISMO..., p. 114; CIC 403).

<sup>192</sup> BOFF, 2017, p. 52.

<sup>193</sup> “[...] nequit apud Deum merereri, nisi per gratiam ei prius reconcilietur.” (BOYER, 1952b, p. 408, tradução nossa.).

<sup>194</sup> CATECISMO..., 2000, p. 530; CIC 2008. Como descrevemos no primeiro capítulo, mais precisamente naquilo que toca à natureza do mérito, no título terciário *1.3.1*, da natureza do mérito.

<sup>195</sup> FERNÁNDEZ, 2009, p. 998.

<sup>196</sup> Hb 2,15.

assim também dando a esta um novo sentido: “[...] se tornou o começo da vida.”<sup>197</sup> Portanto, além do que já fora afirmado anteriormente, cabe pontuar esta graça especial adquirida na condição do *homo viator*, uma vez que “[...] a grandeza da sua condição não se deve atribuir aos próprios méritos, mas a uma graça especial de Cristo”.<sup>198</sup>

#### 2.1.1.2 Jesus, o Homem final

A morte, consequência do pecado, é transformada por Cristo de maldição em bênção.<sup>199</sup> Ele veio ser o novo Adão, que comunica a vida eterna, diferente do primeiro, que transmitira a morte.<sup>200</sup> “[...] assim como todos morrem em Adão, em Cristo todos receberão a vida.”<sup>201</sup> Isto Ele realizou pelo mistério da Encarnação, em que tomou sobre si a morte em sua realidade derradeira<sup>202</sup> e, consumando a própria vida pela Paixão, Morte e Ressurreição, libertou o homem do domínio absoluto do pecado original *originado*,<sup>203</sup> causante da mesma morte.<sup>204</sup>

Contudo, a morte do cristão não é anormal em sua dimensão biológica, senão que “Sofrer e morrer significa, para um membro de Cristo, estender à sua carne os sofrimentos e a morte vitoriosos de Cristo”.<sup>205</sup> Aqui, a morte e os algozes sofridos em vida ganham uma outra significação, que é positiva e meritória, “E assim, por Cristo e em Cristo, esclarece-se o enigma da dor e da morte, o qual, fora do seu Evangelho, nos esmaga.”<sup>206</sup>

Destarte, Jesus é “[...] a chave, o centro e o fim de toda a história humana”.<sup>207</sup> Ele é o próprio Homem final,<sup>208</sup> plenamente realizado e,

---

<sup>197</sup> BOFF, 2017, p. 53.

<sup>198</sup> CONCÍLIO..., 1967b, p. 122; LG 14.

<sup>199</sup> CATECISMO..., 2000, p. 284; CIC 1008-1009.

<sup>200</sup> BETTENCOURT, 1963, p. 34.

<sup>201</sup> 1Cor 15,22.

<sup>202</sup> BETTENCOURT, 1963, p. 33.

<sup>203</sup> Bem como continua a libertar o homem do pecado original *originado*, no sacramento da Reconciliação, pois “Deus ouve os pecadores que pedem o perdão dos pecados que não merecem [em Cristo].” (TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 935; Sum. Theol. IV, q.114, a9.).

<sup>204</sup> FERNÁNDEZ, 2009, p. 998.

<sup>205</sup> BETTENCOURT, 1963, p. 34.

<sup>206</sup> CONCÍLIO..., 1967a, p. 565; GS 22.

<sup>207</sup> CONCÍLIO..., 1967a, p. 550; GS 10.

<sup>208</sup> 1Cor 15,45 (Jesus como o *último Adão*).

com Ele, o *homo viator* está no tempo do *fim*,<sup>209</sup> que é a vida eterna: “[...] visto que a morte veio por um homem, também por um homem [Jesus] vem a ressurreição dos mortos.”<sup>210</sup> Assim, para o cristão, a morte é desejável, pois “[...] partimos para estar com Cristo!”<sup>211</sup>

Sabendo disso, convém ao *homo viator* a correspondência dessa graça especial de Cristo em tudo aquilo que pensa, afirma e realiza em obras. Pois, do contrário, em vez de alcançar a vida eterna, incorrerá “[...] num juízo mais severo.”<sup>212</sup> E Deus Pai conferiu seu Filho como o “[...] juiz dos vivos e dos mortos”,<sup>213</sup> assim, Ele salienta ao homem que: “Nem todo aquele que diz Senhor, Senhor entrará no Reino dos Céus, mas sim aquele que pratica a vontade de meu Pai que está nos céus.”<sup>214</sup> É preciso, portanto, decidir-se pela realidade da morte, como um *fim* em Cristo ou, do contrário, persistir na mortalidade da vida pecaminosa. E aqui convém algumas palavras.

### 2.1.1.3 A vida do homem e seus atos de morte ou de mortificação

Jesus, verdadeiro homem, experimentou pavor e angústia quando sua hora se aproximava.<sup>215</sup> Contudo, Ele não se limitou ao medo da morte, mas ensinou *de facto* o cristão a morrer, i. e., revelou que “Para nós, cristãos, é necessário olhar [...] sua morte e ressurreição para aprendermos a morrer, para dar um novo sentido à morte.”<sup>216</sup>

Esse novo sentido da morte se dá pela participação na vida de Cristo pela graça santificante, desde o Batismo.<sup>217</sup> Uma vez que o homem é adotado como filho de Deus em Cristo, adquire uma nova vida e caminha para a plenitude dela, que se dá na união com Deus: “[...] a morte (tomada cada vez como um todo) é a realização do nosso batismo.”<sup>218</sup>

---

<sup>209</sup> *Fim* aqui entendido como “[...] qualitativo e existencial. De fato, o Reino da graça já chegou em Cristo e é a todos acessível.” (BOFF, 2017, p. 27.).

<sup>210</sup> 1Cor 15,21.

<sup>211</sup> COSTA, 2018, p. 106.

<sup>212</sup> CONCÍLIO..., 1967b, p. 122; LG 14.

<sup>213</sup> CONCÍLIO..., 1967a, p. 594; GS 45.

<sup>214</sup> Mt 7,21.

<sup>215</sup> Mc 14,33.

<sup>216</sup> COSTA, 2018, p. 97.

<sup>217</sup> Como já descrito no primeiro capítulo, mais precisamente no título terciário I.2.2, da vida cristã e o influxo da graça.

<sup>218</sup> RATZINGER, 2008, p. 249.

Tal processo de *mors in vitam* é experimentado a cada dia, superando a condição de ser uma fatalidade biológica pura e simplesmente, e dando ao homem o sentido de vida nova em Cristo.<sup>219</sup> Há, pois, um entrelaçamento de vida e morte na existência humana que, enquanto se vai morrendo biologicamente, pode-se avivar a mesma existência espiritualmente:<sup>220</sup> “[...] embora em nós, o homem exterior vá caminhando para a sua ruína, o homem interior se renova dia a dia.”<sup>221</sup>

Isso é possível porque, incorporado ao organismo sobrenatural da graça, faz-se parte da Igreja, que “[...] já possui na terra uma santidade verdadeira, embora imperfeita.”<sup>222</sup> A perfeição do homem, incorporado a Cristo neste organismo sobrenatural, dar-se-á plenamente com a manifestação da glória, no fim dos tempos:<sup>223</sup> “[...] desde já somos filhos de Deus, mas o que nós seremos ainda não se manifestou.”<sup>224</sup> Portanto, é a plena realização que, desde já, deve ser buscada. Isto mediante a mortificação dos sofrimentos e misérias,<sup>225</sup> que são “[...] as de um membro de Cristo [...] e, quanto mais êsse corpo [do homem] se configura ao de Jesus pelo padecimento, tanto mais também se lhe assemelhará na glória futura”.<sup>226</sup>

Contudo, entre as angústias que sofre o homem, pode-se dizer que a maior delas é o pecado, uma vez que este “[...] significa justamente a separação de Deus, da vida eterna, a condenação a uma morte que não foi, nem podia ser, resgatada, já que é a antítese de Deus, a morte simplesmente dita.”<sup>227</sup> Por estar ainda na imperfeição, pode o homem ofender a Deus pecando, mesmo que participante na vida divina.<sup>228</sup> De acordo com a gravidade do ato pecaminoso, pode a pessoa anular tal participação na graça em decorrência do pecado mortal,<sup>229</sup> que a priva da vida da graça santificante.<sup>230</sup> Isto porque “O *pecado mortal* destrói a caridade no coração do homem [...], desvia o homem de Deus,

<sup>219</sup> COSTA, 2018, p. 100.

<sup>220</sup> BOFF, 2017, p. 25.

<sup>221</sup> 2Cor 4,16.

<sup>222</sup> CONCÍLIO..., 1967b, p. 173; LG 48.

<sup>223</sup> BOFF, 2017, p. 28.

<sup>224</sup> 1Jo 3,2.

<sup>225</sup> CATECISMO..., 2000, p. 532; CIC 2015.

<sup>226</sup> BETTENCOURT, 1963, p. 34.

<sup>227</sup> BETTENCOURT, 1963, p. 37.

<sup>228</sup> CATECISMO..., 2000, p. 498-499; CIC 1850-1851.

<sup>229</sup> TANQUEREY, 2019, p. 91.

<sup>230</sup> TANQUEREY, 2018, p. 307; Comp. Teol. Asc. Mist. 719b.

que é seu fim último e sua bem-aventurança, preferindo um bem inferior.”<sup>231</sup>

Essa preferência causa um suicídio espiritual:

[...] porque perdemos a graça que é a *vida da nossa alma*; perdemos as *virtudes e os dons* que a acompanhavam; [...] também os *méritos passados*, tesouros acumulados à custa de muitos esforços; perdemos até mesmo o poder de merecer a vida eterna.<sup>232</sup>

Desse modo, incorre-se a separação da pessoa da união com Deus, pela prática de atos demeritórios, e se corrompe a caridade ordenada por Deus,<sup>233</sup> contrariando a Cristo, que “[...] não somente morreu como fez de sua morte um ato de amor”,<sup>234</sup> Considerando que “[...] o pecado mortal acarreta a morte eterna”,<sup>235</sup> a pessoa se priva voluntariamente da amplitude da graça e do seu próprio desenvolvimento sobrenatural,<sup>236</sup> porque ela é livre e responsável por seus atos.<sup>237</sup>

Não obstante, “Se dissermos: *Não temos pecado*, enganamo-nos a nós mesmos, e a verdade não está em nós.”<sup>238</sup> Portanto, iluminada a situação de pecado (por graça), Deus dá a força de novamente participar da vida sobrenatural,<sup>239</sup> arrependendo-se das faltas cometidas e procurando a conversão de seus atos.<sup>240</sup> Isto se dá mediante a graça divina que, misericordiosamente, restaura a pessoa na comunhão com Deus e reconcilia a pessoa da privação ocasionada, concedendo o perdão e a graça santificante pelo sacramento da Penitência.<sup>241</sup>

Ademais, é preciso viver em estado de graça, porque a morte é incerta ao tempo da vida humana, e também é única, i. e., morre-se uma

<sup>231</sup> CATECISMO..., 2000, p. 497; CIC 1855, grifo presente no texto.

<sup>232</sup> TANQUEREY, 2019, p. 120, grifos do autor.

<sup>233</sup> CATECISMO..., 2000, p. 501; CIC 1874.

<sup>234</sup> COSTA, 2018, p. 96.

<sup>235</sup> CATECISMO..., 2000, p. 501; CIC 1874.

<sup>236</sup> DENZINGER, 2015, p. 1120; DH 4752.

<sup>237</sup> CATECISMO..., 2000, p. 474; CIC1739-1740.

<sup>238</sup> CATECISMO..., 2000, p. 495; CIC 1847, grifo presente no texto.

<sup>239</sup> CATECISMO..., 2000, p. 395; CIC 1432.

<sup>240</sup> CATECISMO..., 2000, p. 395-396; CIC 1435.

<sup>241</sup> CATECISMO..., 2000, p. 391-392; CIC 1422-1424. p. 410; CIC 1486.

só vez e, portanto, incorre-se em um único juízo.<sup>242</sup> Sobre esta realidade, convém adentrar naquilo que se nos interessa.

### 2.1.2 Para além da morte

A morte imprime o fim das limitações espaço-temporais da alma, porque se separa do corpo. Tal separação implica aquilo que movia o homem ao seu fim último, por meio das faculdades e inclinações corporais, e colocando-o num estado diferente.<sup>243</sup> Levando em conta a Sagrada Escritura,<sup>244</sup> assim manifesta a fé da Igreja: “Na morte, que é a separação da alma e do corpo, o corpo do homem cai na corrupção, ao passo que sua alma vai ao encontro de Deus, ficando à espera de ser novamente unida a seu corpo glorificado.”<sup>245</sup> Neste estado de *espera*,<sup>246</sup> ela já possui “[...] acesso à visão beatífica, ou seja, à comunhão essencial com Deus.”<sup>247</sup>

Uma vez que a morte separa a alma do corpo, ela é o caso-limite que descompassa a unidade do homem,<sup>248</sup> mas não a sua identidade,<sup>249</sup> porque “[...] a alma tem um modo de existir diferente quando está unida ao corpo, e [de] quando dele separada, embora sua natureza permaneça a mesma.”<sup>250</sup> Logo, o homem preserva sua identidade mesmo após a morte, ainda que seja somente alma, e não corpo e alma. Isto porque a

---

<sup>242</sup> CATECISMO..., 2000, p.285-286; CIC 1013-1014. AQUINO, Felipe Rinaldo Q. de. **Os dogmas da fé – a doutrina católica**. 5. ed. Lorena: Cléofas, 2018. p. 300-301.

<sup>243</sup> BETTENCOURT, 1963, p. 40.

<sup>244</sup> A compreensão de morte nas Sagradas Escrituras é profunda. Embora não negligencie o fato da morte biológica, ela atesta a morte eterna do homem. Resumidamente, envolve a concepção do *sheol* (mansão dos mortos) do AT, como uma situação de espera até a consumação final, com a vinda do Messias. No NT, Cristo vem trazer os tempos finais com a sua ressurreição. Ele abre as portas do Paraíso para os cristãos, com sua morte e ressurreição (SOARES, 2018, p. 104-105.).

<sup>245</sup> CATECISMO..., 2000, p. 281; CIC 997.

<sup>246</sup> Sobre tal estado de espera, confira a nota 265 deste mesmo capítulo.

<sup>247</sup> BOFF, 2017, p. 55.

<sup>248</sup> BOFF, 2017, p. 18-19.

<sup>249</sup> Sobre a questão da identidade do homem após a morte, confira: TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Suplemento da 3ª parte (Questões 69-86). Trad. Alexandre Correia. São Paulo: Sapientiae, 1961a. p. 434-470; Sum. Theol. Suppl. q.78,a3-79,a3. (Em citação direta, conservou-se a ortografia original do texto).

<sup>250</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015b, p.573; Sum. Theol. II,q.89,a1.



morte é natural ao homem enquanto matéria (corpo), e não enquanto forma (alma).<sup>251</sup>

*Simili modo*, pode-se afirmar a subsistência do eu humano, como *peossoal*.<sup>252</sup> Isto porque, após a morte, a alma não se dissocia do seu ser individual, *peossoal*,<sup>253</sup> ainda que desaparecido o corpo.<sup>254</sup> Isto se faz importante porque, do contrário, dificultaria a afirmação do seu fim último pela ressurreição (de corpo e alma), e do estado em que já se encontra, de acesso a comunhão com Deus, como se afirmou.

Sucedese-se, pois, que a alma - princípio vital - continua a vida da pessoa no plano espiritual, imortal. Pois ela não somente dá subsistência ao eu humano, como continua “[...] a existir no tempo intermédio do próprio *eu humano*, carecendo porém, de complemento do corpo,”<sup>255</sup> porque continua dotada de consciência e vontade.<sup>256</sup>

Assim sendo, a realidade que se abre ao *homo viator* para além da morte é a do estado de imutabilidade e de permanência, naquilo que aspirou sobre a terra. Isto porque “[...] com a morte se finaliza o tempo de merecer ou desmerecer”,<sup>257</sup> portanto, “[...] depois da morte, ou está em estado de receber o prémio final ou de ser privado dêle.”<sup>258</sup>

É, pois, um mistério para o homem, *in status viatoris*, conceber as grandes realidades que o esperam *post mortem*. Pouco ajuda a experiência sensível, que se torna carente e deficitária na busca de um sentido novo e superior.<sup>259</sup> É preciso, então, encontrar respostas na fé.<sup>260</sup>

<sup>251</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015d, p. 430; Sum. Theol. VII,q.164,a1.

<sup>252</sup> Pressupõe-se, pois, que a alma separada do corpo não é pessoa, porque fere sua essência (sobre isso, confira: TOMÁS DE AQUINO, 2016a. p. 526-529; Sum. Theol. I,q.29,a.1 [também veja a nota c].).

<sup>253</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2016a. p. 527; Sum. Theol. I,q.29,a.1, p. 531; Sum. Theol. I,q.29,a.2.

<sup>254</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015b, p.378; Sum. Theol. II,q.76,a1. Mesmo que destruindo o corpo, conserva seu ser imutável, ainda que em potência (TOMÁS DE AQUINO, 2015b, p.419; Sum. Theol. II,q.78,a8.). Portanto, conservando a alma sua aptidão e inclinação natural de se unir ao corpo (TOMÁS DE AQUINO, 2015b, p.378; Sum. Theol. II,q.76,a1.).

<sup>255</sup> DENZINGER, 2015, p. 1100; DH 4653, grifo do autor.

<sup>256</sup> CONGREGAÇÃO..., 1979, não paginado.

<sup>257</sup> FERNÁNDEZ, 2009, p. 998.

<sup>258</sup> TOMÁS DE AQUINO, 1961a, p. 49; Sum. Theol. Suppl. q.69,a7.

<sup>259</sup> O que se pode afirmar, pela experiência sensível, é que “[...] a morte dos outros deve recordar-nos que também nós morreremos!” (COSTA, 2018, p. 92.).

Frente a isso, desenvolve-se o estudo da *escatologia*, i. e., da área da teologia sagrada em que se estuda a vida futura do homem, depois da morte, acerca daquilo que se pode esperar para si, e o destino último de toda a criação divina.<sup>261</sup> Convém, então, associar-se a esta abordagem, naquilo que se nos faz importante.

### 2.1.2.1 O esforço da escatologia

Este estudo permite distinguir as últimas realidades do homem em: aquelas impostas a ele, que são a *morte* e o *juízo particular*; e aquelas impostas de modo singular e diverso, acerca do mérito ou demérito (para além da morte e frente ao juízo particular), que são a *glória eterna* ou *céu*, o *purgatório*, e o *inferno*. Pode-se, também, distinguir as últimas realidades impostas ao mundo, que são: as últimas realidades do gênero humano – *ressurreição dos mortos*, *juízo universal*; e as últimas realidades do mundo material, que são destruídas e renovadas pelo fogo.<sup>262</sup>

No que toca às últimas realidades impostas ao homem, de imediato ou precedente a elas, é foco desta abordagem. Antes de tudo, deve-se levar em conta que “[...] as realidades últimas e definitivas dizem respeito tanto ao indivíduo como à humanidade e [o] universo.”<sup>263</sup> Portanto, deve-se sempre considerar a escatologia na sua integridade, de modo que, “[...] para entender a escatologia individual[,] é preciso contemplá-la à luz da escatologia universal e última.”<sup>264</sup> Isto porque, entre a morte imediata e o juízo final ou universal, a situação do homem é definitiva, implicando um *estado*, conforme já afirmado.<sup>265</sup>

---

<sup>260</sup> FERNÁNDEZ, 2009, p. 986. São os místicos as testemunhas autorizadas que melhor falam com clareza do mundo futuro (FERNÁNDEZ, 2009, p. 986).

<sup>261</sup> FERNÁNDEZ, 2009, p. 981-982. *Escatologia* deriva do termo grego ἔσχατον (*éschaton*), que significa a realidade das *coisas últimas*. Também chamada, em latim, *novissima* (última, inédita), que evoca o *mais novo* que ainda não se há experimentado. O essencial da escatologia está traduzido no Símbolo da Fé (a *segunda vinda de Cristo*, o *juízo final*, a *ressurreição* e a *vida eterna*). (BOFF, 2017, p. 11-12.).

<sup>262</sup> SAGÜES, 1956, p. 859-1062. p. cit. 861; *Sacr. Theol. Sum.* [Introdução]. *Fogo*, aqui, entendido como uma energia transformadora, pela ação do Espírito Santo. Sobre isso, confira: CATECISMO..., 2000, p. 201-202; CIC 696.

<sup>263</sup> BOFF, 2017, p. 30.

<sup>264</sup> FERNÁNDEZ, 2009, p. 1001.

<sup>265</sup> Há uma condição *intermediária* entre a morte e a ressurreição (BENTO XVI. **Carta Encíclica *Spe Salvi* sobre a Esperança Cristã**. São Paulo: Paulus;

Uma vez que Cristo é o Salvador do homem, tal condição humana é um *estar com Cristo*, em que a alma imortal continua *sobrevivendo* n'Ele, ainda que separada do corpo mortal, e à espera da ressurreição final (dos corpos).<sup>266</sup> Essa sobrevivência é possível graças ao organismo sobrenatural da graça que, pela Igreja, mantém o *homo viator* vivo neste Corpo de Cristo.<sup>267</sup> Assim sendo, “O cristão não morre só, mas cercado pela Comunidade de fé e acompanhado pelas preces de toda a Igreja, inclusive pelos sacramentos”.<sup>268</sup> Então, duas coisas são importantes: “(1) estaremos com Cristo no momento da morte e (2) no entanto, o momento final da Vinda do Senhor será importante para todos e para cada um.”<sup>269</sup>

Por conseguinte, as realidades escatológicas após a morte visam a eternidade pelos méritos de Cristo.<sup>270</sup> Por tamanha graça divina, “[...] alguns dos seus discípulos peregrinam na terra, outros, já passados desta vida, estão se purificando, e outros vivem já glorificados”.<sup>271</sup> Portanto, a condição existencial que o *homo viator* assume, como pessoa que continua sendo, é de união íntima com Deus, ainda que imperfeita.<sup>272</sup>

*Mutatis mutandis*, essa mesma graça divina pode ser recusada, implicando, pois, no destino da alma, “[...] que pode ser diferente para

Loyola, 2007. p. 55; SS 44 (Coleção Documentos do Magistério).). Contudo, parece que essa afirmação não está explícita *a priori* na doutrina do magistério (conforme se confere em: CATECISMO..., 2000, p. 192-196; CIC 668-682, p. 279-297; CIC 988-1060.) Assim sendo, entende-se tal posição como um *estado*, ou um *estar em Cristo*, conforme se descreve no parágrafo. O próprio Papa Bento XVI, enquanto Cardeal Ratzinger, afirma “[...] que a Teologia mais recente exclui uma *situação intermediária*.” (RATZINGER, Joseph C. **Escatologia**: morte e vida eterna. Trad. Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Molokai, 2020. p. 143, grifo do autor (Coleção Ratzinger).). Contudo, ele manifesta que a ideia de *provisoriedade* “[...] não é totalmente eliminada.” (RATZINGER, 2020, p. 162). Portanto, considera-se essa *condição provisória*, como *estágio intermediário*, quando se tratará do purgatório.

<sup>266</sup> SOARES, 2018, p. 111. CATECISMO..., 2000, p. 281-282; CIC 999. Com a exceção de Maria, assunta ao céu, que é uma antecipação da glorificação corpórea reservada a todos os eleitos (CONGREGAÇÃO..., 1979, não paginado [ponto 6].).

<sup>267</sup> SOARES, 2018, p. 111.

<sup>268</sup> BOFF, 2017, p. 50.

<sup>269</sup> SOARES, 2018, p. 107.

<sup>270</sup> FERNÁNDEZ, 2009, p. 998.

<sup>271</sup> CONCÍLIO..., 1967b, p. 175; LG 49.

<sup>272</sup> CONCÍLIO..., 1967b, p. 173; LG 49.

uns e outros.”<sup>273</sup> Logo, a fé da Igreja também manifesta a morte eterna do homem não somente em vista da glória, como de sua condenação.<sup>274</sup> Santo Tomás, assim, afirma: “[...] as almas perfeitamente participantes da divindade, no céu as colocamos; e as privadas dessa participação dizemos que lhe são destinados os lugares opostos.”<sup>275</sup>

Convém, pois, adentrar nessa questão do destino último da alma, uma vez que o juízo dela é importante nesta abordagem. Conforme nosso propósito, seguimos no plano individual deste juízo. Para, assim, poder falar das realidades meritórias ou demeritórias além da morte, e desse respectivo juízo particular da alma.

## 2.2 O MÉRITO NO JUÍZO DA ALMA

Como o assunto do mérito e do juízo da alma se relacionam intimamente, não convém subdividir o desenvolvimento da questão. Procuremos, então, focar num primeiro momento naquilo que condiz mais ao mérito e, subsequentemente, ao juízo.

### 2.2.1 A alma em relação ao mérito

Como já se discorreu, o estado último e definitivo da existência humana é a eternidade. Com ela, permanecem também aquilo que se sobrenaturalizou por atos de vida eterna,<sup>276</sup> que são propriamente meritórios, enquanto possíveis de se realizar na vida presente. Também o contrário, pois os atos podem não ser sobrenaturalizados, e sim demeritórios, conforme já descrito.<sup>277</sup> Destarte, em ambas as situações, pode-se afirmar que, após a morte, não se é capaz de aumentar o mérito, nem o demérito.<sup>278</sup>

A condição para se receber – ou não – o mérito, é o de ser *homo viator*, “[...] porque o mérito e o demérito não pertencem à alma

<sup>273</sup> CATECISMO..., 2000, p. 288; CIC 1021.

<sup>274</sup> FERNÁNDEZ, 2009, p. 998. Tal morte da alma, aqui, dá-se em vista à desorientação do coração do homem ao seu fim último (CONCÍLIO..., 1967a, p. 553; GS 13.), que tem o pecado original *originado* como causa, e não a natureza humana propriamente (TOMÁS DE AQUINO, 2015d, p. 431; Sum. Theol. VII,q.1164,a1.).

<sup>275</sup> TOMÁS DE AQUINO, 1961a, p. 12; Sum. Theol. Suppl. q.69,a1.

<sup>276</sup> Conforme descrito no capítulo primeiro, mais precisamente no título terciário 1.2.3, do influxo da graça: o modo operante e cooperante.

<sup>277</sup> Mais precisamente no título quaternário 2.1.1.1, da influência do pecado e o demérito.

<sup>278</sup> SAGÜES, 1956, p. 876; Sac. Theol. Sum. L.1,C.1,a1,n.19.

sozinha, mas ao homem *viator*; ora, no primeiro instante do estado de separação [da alma do corpo], o homem não existe mais, não está mais lá para merecer”.<sup>279</sup> É, pois, a subsistência do eu humano pela alma que continua na eternidade, aderindo “[...] *imutavelmente ao que ela escolheu*.”<sup>280</sup>

Tal escolha do homem, feita enquanto peregrino sobre a terra, e em vista dos méritos ou deméritos de suas ações, “[...] se ordenam à ulterior consecução de um bem ou um mal.”<sup>281</sup> Ainda que, após a morte, a alma não perca o sentido de sua liberdade, essa mesma liberdade já é remota, porque sem as faculdades e aptidões corporais necessárias para realizar o bem ou o mal.<sup>282</sup> Assim sendo, “[...] têm as almas o seu mérito e o seu demérito, pelos quais alcançam o prêmio ou a pena, fins das ações delas.”<sup>283</sup>

Se “[...] a alma é a dimensão que garante a continuidade do indivíduo com sua identidade *pessoal* após a morte”,<sup>284</sup> então o estado de eternidade, meritório ou não, equivale a uma assinatura definitiva daquilo que pende dos méritos e deméritos, sem aumento ou perda.<sup>285</sup> Logo, a alma “[...] pode ser sujeito de retribuição, de prêmio ou de castigo.”<sup>286</sup> E, mesmo que a alma retome o seu corpo, tal estado aderido não muda, porque não mudará sua escolha, “[...] já imobilizou a si mesma na sua escolha; e não aprenderá nada de novo sobre o fim último, retomando ao seu corpo.”<sup>287</sup>

---

<sup>279</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 82, grifo do autor. Embora o homem não exista mais de corpo e alma, ele preserva sua identidade na alma, conforme descrito acima, no subtítulo terciário 2.1.2, para além da morte.

<sup>280</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 83, grifo do autor. Neste parágrafo, o autor citado se baseia em Santo Tomás de Aquino, na sua obra *De Veritate* (nota nossa).

<sup>281</sup> TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Suplemento da 3ª parte (Questões 87-99). Trad. Alexandre Correia. São Paulo: Sapientiae, 1961b. p. 471-472; Sum. Theol. Suppl. q.98,a1. (Em citação direta, conservou-se a ortografia original do texto).

<sup>282</sup> SAGÜES, 1956, p. 875; Sac. Theol. Sum. L.1,C.1,a1,n.16-17.

<sup>283</sup> TOMÁS DE AQUINO, 1961a, p. 17; Sum. Theol. Suppl. q.69,a2.

<sup>284</sup> SOARES, 2018, p. 108, grifo nosso.

<sup>285</sup> SAGÜES, 1956, p. 868; Sac. Theol. Sum. L.1,C.1,a1,n.3.

<sup>286</sup> “[...] puede ser sujeto de retribución, de premio y de castigo.” (FERNANDÉZ, 2009, p. 993.)

<sup>287</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 83. Escolha da alma que condiz tanto para o bem quanto para o mal (nota nossa).

Intercalando essa questão do mérito da alma, convém salientar que se pode merecer a glória eterna, como fim último ao qual o homem está ordenado, porém, não se pode merecer a perseverança final, i. e., “[...] o estado de graça conservado por Deus no momento da morte”.<sup>288</sup> Isto porque depende somente de Deus, e não dos méritos humanos, “[...] é claro que a perseverança da glória [...] pode ser merecida. Mas a perseverança, nesta vida, não pode ser merecida por depender somente da moção divina, princípio de todo o mérito.”<sup>289</sup> Em outras palavras, pode-se merecer a vida eterna porque, ao contrário da perseverança final, ela não é princípio, mas circunstância e fim do mérito.<sup>290</sup>

Assim sendo, o estado de graça se faz importante. *A fortiori*, deve-se por primeiro levar em conta que “[...] a salvação, no mais fundo, sempre se baseia na graça, na dádiva maravilhosa do amor misericordioso de Deus.”<sup>291</sup> E o *homo viator* somente progride no bem com o auxílio divino, uma vez que a realidade do pecado interfere em suas livres escolhas.<sup>292</sup>

A figura pessoal de Cristo, nos méritos de sua redenção, comunica a verdade das boas obras ao homem, não como simples tarefa ética de escolha, mas de amor “[...] e que só como amor torna suportável o mundo.”<sup>293</sup> Isto porque as boas obras são caritativas, pois “O amor é a única realidade eterna; [...] Ele [o homem] continuará existindo porque ele mesmo pode amar. [...] da medida e do modo do seu amor depende a medida e o modo da sua eternidade.”<sup>294</sup>

Essa continuação da vida, assegurada pelo amor, leva em conta a Igreja, “O lugar onde recebemos a salvação trazida por Jesus [...], comunidade daqueles que, tendo sido incorporados à nova ordem de relações inaugurada por Cristo, podem receber a plenitude do Espírito de Cristo”.<sup>295</sup> Assim, aquilo que o homem realiza, está inserido em algo maior, que o ajuda nesta peregrinação à morada eterna,<sup>296</sup> ajuda esta que é:

<sup>288</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 69.

<sup>289</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 935; Sum. Theol. IV, q.114, a9.

<sup>290</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 69.

<sup>291</sup> RATZINGER, 2008, p. 267.

<sup>292</sup> DENZINGER, 2015, p. 407-408; DH 1540-1541, p.413; DH 1565-1566. 1572.

<sup>293</sup> RATZINGER, 2020, p. 124.

<sup>294</sup> RATZINGER, 2008, p. 255.

<sup>295</sup> CONGREGAÇÃO..., 2018, p. 21; PD 12.

<sup>296</sup> CONCÍLIO..., 1967b, p. 173; LG 48.

[...] essencial para superar qualquer tendência reducionista. De fato, a salvação que Deus nos oferece não é alcançada apenas pelas forças individuais, como gostaria o neopelagianismo, mas através das relações nascidas do Filho de Deus encarnado e que formam a comunhão da Igreja.<sup>297</sup>

Assim sendo, a obra de Cristo não terminou quando ascendeu ao céu, mas continua na sua Igreja, que se faz peregrina com o homem até “Quando o Filho do Homem vier em sua glória”,<sup>298</sup> para julgar vivos e mortos.<sup>299</sup> Julgamento este que será, como se pode perceber, com base na vivência do seu amor.<sup>300</sup> Convém, então, adentrar na questão do juízo, naquilo que se faz mister ao julgamento da alma.

### 2.2.2 O juízo em relação ao mérito da alma

Cristo, que tem o poder de julgar “[...] as obras e os corações dos homens”,<sup>301</sup> ainda não tem todas as coisas deste mundo submetidas a Si, de modo consumado,<sup>302</sup> mas já se está em processo: “[...] começou já em Cristo, foi impulsionada com a vinda do Espírito Santo, e continua por meio da Igreja”.<sup>303</sup> Então, neste percurso escatológico, o estado de vida em que ao homem é judicialmente atribuído uma condição de merecer ou desmerecer, acontece antes do seu fim último.<sup>304</sup> Não obstante, o julgamento propriamente dito é depois da morte, “[...] como é fato que os homens devem morrer uma só vez, depois do que vem um julgamento, do mesmo modo, Cristo [...] aparecerá a segunda vez, com exclusão do pecado”.<sup>305</sup>

---

<sup>297</sup> CONGREGAÇÃO..., 2018, p. 21; PD 12.

<sup>298</sup> Mt 25,31.

<sup>299</sup> Conforme a fé da Igreja, presente no Credo desde o Concílio de Nicéia (confira em: DENZINGER, 2015, p. 51; DH 125.).

<sup>300</sup> CATECISMO... 2000, p. 288; CIC 1022.

<sup>301</sup> CATECISMO..., 2000, p. 195; CIC 679.

<sup>302</sup> CATECISMO..., 2000, p. 196; CIC 680.

<sup>303</sup> CONCÍLIO..., 1967b, p. 172; LG 48.

<sup>304</sup> SAGÜES, 1956, p. 882; Sac. Theol. Sum. L.1,C.2,n.27. GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 77.

<sup>305</sup> Hb 9,27. Sobre a questão do juízo, confira também outras passagens das Sagradas Escrituras: Lc 16, 19-3; Lc 23,46; 2Cor 5,6-8; Fl 1,23; 1Ts 5,10 *et reliqua*.

Sendo a justiça um atributo divino, o tribunal de Cristo acontecerá antes da glória eterna, ainda que o mundo não esteja consumado:

[...] a fim de que cada um receba a retribuição do que tiver feito durante a sua vida no corpo, seja para o bem, seja para o mal (2Cor 5,10); e no fim do mundo sairão os que tiverem feito o bem para uma ressurreição de vida; os que tiverem praticado o mal para uma ressurreição de julgamento (Jo 5,29; cf. Mt 25,46).<sup>306</sup>

Desse modo, aqueles que morrem na graça e na amizade de Deus e, estando totalmente purificados, tem o céu por garantia.<sup>307</sup> Da mesma forma, a condenação daqueles que praticaram o mal em vida já se dá por plena consciência das más obras realizadas, porque somos “[...] julgados por Deus no espelho de nossa própria consciência. Essa é como um livro onde estão registradas nossas boas e más ações.”<sup>308</sup> Portanto, esse caráter do juízo escatológico já se dá no decorrer da vida de cada um, em vista dos atos e dos méritos lucrados ou desprezados na prática de uma verdadeira união a Deus, em Jesus Cristo Nosso Senhor: “É no tempo de nossa vida, que se dá o Juízo divino, sendo que o *Juízo final* será apenas a declaração de uma sentença que já foi *passada* durante nossa vida terrestre.”<sup>309</sup> Mas, *in status viatoris*, o homem ainda não está sob a declaração de sentença, ainda que seus atos sinalizem para a condenação ou salvação.

Convém, pois, esclarecer que o juízo é um só, embora possua uma dupla dimensão escatológica: imediata/particular e geral/final. Isto porque “[...] o caráter salvador da ideia de Juízo, [...] para a fé cristã significa isso: a Verdade que julga o homem saiu em busca dele para salvá-lo e lhe deu uma nova verdade”,<sup>310</sup> que é eterna. Logo, a eternidade é o ponto chave para justificar tal juízo, porque “[...] não se

---

<sup>306</sup> CONCÍLIO..., 1967b, p. 174; LG 48.

<sup>307</sup> CATECISMO..., 2000, p. 288; CIC 1023. DENZINGER, 2015, p. 405; DH 1533-1534.

<sup>308</sup> BOFF, 2017, p. 61.

<sup>309</sup> BOFF, 2017, p. 62, grifos do autor.

<sup>310</sup> RATZINGER, 2020, p. 229.



pode fazer um julgamento perfeito do homem enquanto sua vida não terminar, [...] pode haver mudança do bem para o mal ou vice-versa”.<sup>311</sup>

Então, o juízo do homem é um só, como também a sua morte. Porém, é uma única sentença “[...] proferida em duas ocasiões diferentes da História, em conformidade com o duplo aspecto do homem, indivíduo e membro da sociedade.”<sup>312</sup> Daí que faz sentido a espera da alma pela ressurreição do seu corpo, uma vez que “[...] a Morte se produz pela separação do composto humano, e a Ressurreição, pela união das partes separadas.”<sup>313</sup>

Essas duas ocasiões do mesmo juízo referem-se às obras de cada um (*operi gubernationis*), donde provém a diferenciação do prêmio ou da pena singular, dado a cada um. E, também, às obras coletivas, donde provém a necessidade de uma sanção universal, no último complemento do mundo (*gubernationi universi*), daquilo que é de participação de cada um.<sup>314</sup> Esses dois modos podem ser traduzidos no homem de modo “*Explícito*[,] enquanto primeira afirmação ou a retribuição imediata, e *implícito* enquanto a uma outra afirmação, ou da existência do juízo particular, com atribuição de prêmio ou pena, pressuposto o juízo.”<sup>315</sup>

Nesta dinâmica em que se desenrola o juízo, a Igreja ensina que há um julgamento para cada alma,<sup>316</sup> que se dá de modo imediato após a morte da pessoa, e que imputa à alma aquele *estado* de espera do juízo final da História.<sup>317</sup> Em outras palavras, “[...] logo após a morte, na

<sup>311</sup> TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Tomo VIII. Trad. Aldo Vannucchi et al. São Paulo: Loyola, 2017. p. 829; Sum. Theol. VIII,q.59,a5.

<sup>312</sup> BETTENCOURT, 1963, p. 57. Note-se que a palavra *História* está impregnada com inicial maiúscula, referindo-se à História da Salvação (nota nossa).

<sup>313</sup> CATECISMO..., 2000, p. 187; CIC 650. Reforça-se que não é objeto de discussão, deste trabalho, a identidade do corpo, ressuscitado. A respeito disso, confira: DENZINGER, 2015, p. 212; DH 574.

<sup>314</sup> TOMÁS DE AQUINO, 1961b, p. 29; Sum. Theol. Suppl. q.87,a1.

<sup>315</sup> “*Explicite*, quoad primum assertum seu immediatam retributionem. *Implicitite*, quoad alterum assertum, seu existentiam iudicii particulares, cum assignatio praemii vel poenae praesupponat iudicium.” (SAGÜES, 1956, p. 886; Sac. Theol. Sum. L.1,C.2,n.32, tradução nossa, grifos do autor.).

<sup>316</sup> SAGÜES, 1956, p. 876; Sac. Theol. Sum. L.1,C.2,n.28. DENZINGER, 2015, p. 1008; DH 4317-4318. Na tradição, os santos padres tinham por certo o juízo particular da alma. Pode-se conferir este assunto em: SAGÜES, 1956, p. 888-892; Sac. Theol. Sum. L.1,C.2,n.35-39.

<sup>317</sup> FERNÁNDEZ, 2009, p. 1001.

nossa alma, veremos a Deus e, no final dos tempos, nossos corpos ressuscitarão.”<sup>318</sup>

Ademais, não havendo esse juízo imediato, permanecerá a alma numa incerteza até o juízo final, uma vez que “[...] antes do juízo, tenha já um conhecimento certo da sua condenação ou do seu prêmio”,<sup>319</sup> como que se estivesse impedida de desfrutar do amor de Deus testemunhado, ou então de privar-se dele. Por isso, a vida da alma consiste já “[...] no começo da vida nova do espírito, ao qual seguirá o juízo particular, com o subsequente estado de felicidade ou condenação que merece sua vida terrena.”<sup>320</sup>

Por conseguinte, não se deve equiparar o julgamento divino da alma aos moldes da justiça humana. Primeiro, porque não há um processo jurídico, supondo a “[...] averiguação de uma causa mais ou menos desconhecida, o que não tem cabimento em Deus onisciente.”<sup>321</sup> Segundo, porque não há acusação e defesa da alma, nem muito menos reservado este papel ao demônio e aos anjos, porque Deus não necessita de testemunhas pró e contra. Ele “[...] conhece a alma por intuição imediata, e a alma, no instante em que foi separada de seu corpo, vê-se imediatamente e fica iluminada de um modo decisivo e inevitável sobre todos os seus méritos e deméritos.”<sup>322</sup>

O juízo particular da alma é, pois, uma tomada de consciência, imediata, à do sentido e do valor que possui perante Deus, que se fez Homem.<sup>323</sup> Uma visão clara da vocação individual à qual era chamada.<sup>324</sup>

Sabendo que o “Filho não veio para julgar, mas para salvar”,<sup>325</sup> entende-se que, por esta dinâmica, o homem torna-se seu próprio juiz após a morte. Não que Deus esteja se omitindo, porque a tomada de consciência é sob luz divina,<sup>326</sup> mas porque o homem “[...] se identifica

<sup>318</sup> SOARES, 2018, p. 110.

<sup>319</sup> TOMÁS DE AQUINO, 1961b, p. 32-33; Sum. Theol. Suppl. q.88,a1. GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 89.

<sup>320</sup> “[...] en el comienzo de la vida nueva del espíritu, al que seguirá el juicio particular, con el subsiguiente estado de felicidad o de condena que merece su vida terrena.” (FERNÁNDEZ, 2009, p. 1001, tradução nossa.).

<sup>321</sup> BETTENCOURT, 1963, p. 57.

<sup>322</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 90.

<sup>323</sup> BETTENCOURT, 1963, p. 58.

<sup>324</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 90.

<sup>325</sup> CATECISMO..., 2000, p. 195; CIC 679.

<sup>326</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 90.

finalmente com o juízo retíssimo que Deus a todo e qualquer momento forma a seu respeito.<sup>327</sup> Deste modo, o juízo particular não é um julgamento de Cristo, unicamente, mas também do indivíduo que julga a si, sob iluminação divina. E isto é possível à alma que, como já afirmado, mantém a identidade pessoal e única.

Pode-se notar que tal juízo é como que um arremate daquilo que fez o homem na terra,<sup>328</sup> ainda que sua consciência não esteja em plena luz divina. *Ad exemplum*, o *homo viator* que antecipa o seu juízo quando busca a confissão sacramental, que é propriamente a busca pela justiça de Deus, beneficiando-se da misericórdia concedida, penitenciando-se das culpas assumidas.<sup>329</sup> É, então, uma aplicação da justiça divina a si mesmo, enquanto ainda peregrina sobre a terra: “A verdade do homem, que se faz definitiva no juízo, é aquela verdade que no todo de sua vida e de seus caminhos converteu-se em direção fundamental de sua existência.”<sup>330</sup>

Da mesma forma, “É pela recusa da graça nesta vida que cada um já se julga a si mesmo”,<sup>331</sup> mesmo que Cristo já tenha alcançado a salvação de todos. Aqui, faz-se importante ressaltar que, se o juízo fosse somente graça “[...] torna irrelevante tudo o que é terreno, Deus ficar-nos-ia devedor da resposta à pergunta acerca da justiça [...]. E, se fosse pura justiça, o Juízo em definitivo poderia ser para todos nós só motivo de temor.”<sup>332</sup> Não obstante, reitera-se que há uma separação das almas, i. e., não se encaminharão todas para o mesmo lugar, conforme já descrito.

Destarte, desse claro conhecimento que a alma faz de Deus e de si mesma, procede a sentença do julgamento.<sup>333</sup> Tal sentença corresponde, sem demora, à recompensa devida pelos seus méritos ou deméritos, que “[...] vão em direção ao fim de seus próprios atos.”<sup>334</sup> Convém, então, pontuar estes resultados consequentes do julgamento particular.

---

<sup>327</sup> BETTENCOURT, 1963, p. 58.

<sup>328</sup> DENZINGER, 2015, p. 409-410; DH 1545.

<sup>329</sup> BETTENCOURT, 1963, p. 58.

<sup>330</sup> RATZINGER, 2020, p. 230-232.

<sup>331</sup> CATECISMO..., 2000, p. 195; CIC 679.

<sup>332</sup> BENTO XVI, 2007, p. 57; SS 47.

<sup>333</sup> BETTENCOURT, 1963, p. 58.

<sup>334</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 90.

## 2.3 AD EXTRA IVDICII: O RESULTADO

Antes de tudo cabe afirmar que, no momento do juízo particular, “[...] a alma não vê a Deus intuitivamente; de outro modo, já seria beata.”<sup>335</sup> A alma vê a si mesma, mas não a face esplêndida de Cristo ou da Santíssima Trindade neste movimento de iluminação. Isto porque Jesus já se faz presente ao homem na terra pela graça, necessitando-se da fé para n’Ele crer, por graça concedida.<sup>336</sup> E, após a morte, essa presença se dá de outra maneira por certo, pois a presença divina é “[...] incompatível com a mínima sombra de imperfeição.”<sup>337</sup> É preciso, então, que a alma se encontre em uma “[...] vida perfeita com a Santíssima Trindade”,<sup>338</sup> para vê-Lo em essência e até intuitivamente, sem mediações.<sup>339</sup>

Assim, resulta a primeira realidade com a qual o homem se ordena, que é a glória eterna ou o *céu*.<sup>340</sup> Contudo, nem sempre os atos do homem atingem a perfeição necessária para ver a Deus, implicando um *estágio* indispensável para obter a santidade necessária,<sup>341</sup> que é o *purgatório*.<sup>342</sup> De modo análogo, a opção de não amar a Deus, pela permanência na gravidade do que é pecado mortal, sem o arrependimento, resulta no *inferno*.<sup>343</sup> Essas realidades últimas, chamadas *novísimos*, são inéditas ao homem acerca de sua existência futura, pós-morte,<sup>344</sup> e determinam o seu fim último.<sup>345</sup>

### 2.3.1 Céu, purgatório e inferno

Antes de tudo é necessário levar em conta que, além da separação das almas de acordo com o julgamento, a *duração temporal* de cada uma também é diferenciada.<sup>346</sup> Isto porque, nessas realidades, o tempo e a eternidade não se concatenam:

---

<sup>335</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 91.

<sup>336</sup> CATECISMO..., p. 470; CIC 1721-1722.

<sup>337</sup> BETTENCOURT, 1963, p. 58.

<sup>338</sup> CATECISMO..., 2000, p. 289; CIC 1024.

<sup>339</sup> CATECISMO..., 2000, p. 289; CIC 1023.

<sup>340</sup> CATECISMO..., 2000, p. 289; CIC 1024.

<sup>341</sup> BETTENCOURT, 1963, p. 59.

<sup>342</sup> CATECISMO..., 2000, p. 290; CIC 1030.

<sup>343</sup> CATECISMO..., 2000, p. 291; CIC 1033.

<sup>344</sup> FERNÁNDEZ, 2009, p. 982.

<sup>345</sup> SAGÜES, 1956, p. 895; Sac. Theol. Sum. L.1,C.2,n.45.

<sup>346</sup> BOFF, 2017, p. 36.

O tempo contínuo flui sem cessar; seu presente (*nunc fluens*) se derrama sempre entre o passado e o futuro [...]. A eternidade, ao contrário, é um perpétuo presente (*nunc stans*) sem passado nem futuro, o único instante de uma vida que se possui todo de uma vez (*tota simul*).<sup>347</sup>

Assim sendo, a alma imortal, julgada particularmente, diferencia-se em grau na glória eterna,<sup>348</sup> devido à união a Deus enquanto *homo viator*,<sup>349</sup> pela excelência da caridade praticada e dos méritos a ela atribuídos.<sup>350</sup> Pois já na terra ele se abre à eternidade da vida pela graça,<sup>351</sup> ainda que ocultada de sua plenitude até a morte.<sup>352</sup> Contudo, esse grau diz respeito ao acréscimo de perfeição, tendo em vista a ressurreição final, em que a alma reassume o corpo e cresce em extensão, e não em intensidade.<sup>353</sup>

Por conseguinte, o fim último e a realização do *homo viator* se encontra na glória do céu, de onde é originalmente cidadão.<sup>354</sup> Porque perseverou na graça e na amizade de Deus, e não tendo nada para purificar,<sup>355</sup> permanece em comunhão perfeita com a Santíssima Trindade, vendo a Deus tal como é,<sup>356</sup> junto da Virgem Maria, dos anjos e santos,<sup>357</sup> por uma perfeita incorporação a Cristo.<sup>358</sup> E assim continua “[...] a cumprir com alegria a vontade de Deus em relação aos outros

<sup>347</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 108, grifos do autor.

<sup>348</sup> Parece que, em relação ao suplício eterno, também há graus. *Ad exemplum*, confira: DENZINGER, 2015, p. 302; DH 858, p. 359; DH 1306.

<sup>349</sup> FERNÁNDEZ, 2009, p. 1049. DENZINGER, 2015, p. 415; DH 1582. Assim confirma São Paulo: “E até de estrela para estrela há diferenças de brilho. O mesmo se dá com a ressurreição dos mortos.” (1Cor 15,41-42.).

<sup>350</sup> TOMÁS DE AQUINO, 1961b, p. 322-326; Sum. Theol. Suppl. q.96,a1.

<sup>351</sup> BENTO XVI, 2007. p. 22-23; SS 10-11.

<sup>352</sup> RATZINGER, 2020, p. 256. 294.

<sup>353</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2009, p. 89; Sum. Theol. III,q.4,a.5.

<sup>354</sup> Fl 3,20-21. Ap 21,9. FERNÁNDEZ, 2009, p. 1043.

<sup>355</sup> DENZINGER, 2015, p. 323; DH 1000. p. 405; DH 1533-1534. CATECISMO..., 2000, p. 288; CIC 1023.

<sup>356</sup> CATECISMO..., 2000, p. 288; CIC 1023. DENZINGER, 2015, p. 323-324; DH 1001. Para um maior aprofundamento sobre a visão beatífica, confira: BETTENCOURT, 1963, p. 64-70. 73-75. GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 239-248.

<sup>357</sup> CATECISMO..., 2000, p. 289; CIC 1024.

<sup>358</sup> CATECISMO..., 2000, p. 289; CIC 1026. RATZINGER, 2020, p. 257-258.

homens e à criação inteira.”<sup>359</sup> É o céu, pois, a recompensa do mérito buscado na terra, o tesouro ajuntado,<sup>360</sup> “[...] no céu todos serão plenamente saciados por Deus, cada um em sua dimensão, segundo os méritos adquiridos nesta vida”.<sup>361</sup> Dimensão esta que varia no grau de perfeição alcançado,<sup>362</sup> e que consiste “[...] em reproduzir em si a imagem e a vida de Deus”,<sup>363</sup> glorificando-O com o seu *ser* eternamente.<sup>364</sup>

Contudo, “Só podem entrar no gôzo da felicidade, que é o sumo bem, os que foram purificados de todo o mal”,<sup>365</sup> que mancha a carne e o espírito humano.<sup>366</sup> Por vários motivos o homem pode não ter alcançado o estado de perfeição para desfrutar da glória eterna, devido à corrupção moral em suas ações, decorrentes das consequências do pecado original *originado* ao qual se expõe, e a falta de virtude pessoal conquistada, “[...] de modo que, tanto sua dignidade humana e, sobretudo a altura da vida divina de que participa pelo Batismo, perderam a *densidade sobrenatural*; ou seja, estão danificadas pelo pecado.”<sup>367</sup>

Assim sendo, é necessário uma “[...] força transformadora do Senhor, que derrete e refunde nosso coração fechado”,<sup>368</sup> para instalar-se no organismo vivente de Cristo em perfeição.<sup>369</sup> A fé da Igreja<sup>370</sup> denomina *purgatório* “[...] esta purificação final dos eleitos, que é completamente distinta do castigo dos condenados.”<sup>371</sup> Essa purificação

<sup>359</sup> CATECISMO..., 2000, p. 290; CIC 1029.

<sup>360</sup> Mt 6,19-21. Mt 19,21.

<sup>361</sup> AQUINO, 2018, p. 320.

<sup>362</sup> DENZINGER, 2015, p. 359; DH 1305. BETTENCOURT, 1963, p. 76-77.

<sup>363</sup> BETTENCOURT, 1963, p. 78.

<sup>364</sup> SAGÜES, 1956, p. 920-921.923-924; Sac. Theol. Sum. L.1,C.3,a5,n.97.103-105. GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 254. 257-258.

<sup>365</sup> TOMÁS DE AQUINO, 1961a, p. 53; Sum. Theol. Suppl. q.69,a7.

<sup>366</sup> 2Cor 7,1.

<sup>367</sup> “[...] por lo que tanto su dignidad humana y sobre todo la altura de la vida divina de la que participa por el bautismo han perdido *densidad sobrenatural*; es decir, están dañadas por el pecado.” (FERNÁNDEZ, 2009, p. 1051, tradução nossa, grifo do autor.)

<sup>368</sup> RATZINGER, 2020, p. 256. 294.

<sup>369</sup> SAGÜES, 1956, p. 1003-1004; Sac. Theol. Sum. L.1,C.5,n.232.

<sup>370</sup> Definidos nos Concílios de Lyon (DENZINGER, 2015, p. 302; DH 856), Florença (DENZINGER, 2015, p. 359; DH 1304.), e de Trento (DENZINGER, 2015, p. 414; DH 1580, p. 458; DH 1820.).

<sup>371</sup> CATECISMO..., 2000, p. 290; CIC 1030.

é por graça de Deus,<sup>372</sup> que faz tomar consciência e se arrepende dos erros cometidos, na ânsia de se unir a Deus eternamente.<sup>373</sup> Portanto, não é um momento de conversão, pois “[...] com a morte acaba a nossa possibilidade de escolha: o purgatório é para quem escolheu a Cristo, viveu com ele, mas ainda tinha as pequenas incoerências de cada dia!”<sup>374</sup> Por isso, nesta situação não é possível realizar atos meritórios, e se faz salutar “[...] orar pelos defuntos para serem libertos dos seus pecados”,<sup>375</sup> ou da pena desses.<sup>376</sup>

Ademais, a alma imortal continua vivendo mesmo ao dizer não à união com Cristo em seu amor.<sup>377</sup> É certo que Deus “[...] quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade”,<sup>378</sup> mas o homem pode recusá-la em sua liberdade.<sup>379</sup> Assim, continua sua imortalidade no *inferno*, um “[...] estado de auto-exclusão definitiva da comunhão com Deus e com os bem-aventurados”.<sup>380</sup> Tal exclusão se dá “[...] somente [para] aqueles que não se arrependem e perseveram até a morte em pecado mortal.”<sup>381</sup> É, pois, um castigo eterno,<sup>382</sup> consequência das más ações,<sup>383</sup> dos atos desordenados em relação à vontade divina e

<sup>372</sup> DENZINGER, 2015, p. 333; DH 1066.

<sup>373</sup> BOFF, 2017, p. 66-67.

<sup>374</sup> SOARES, 2018, p. 121.

<sup>375</sup> CONCÍLIO..., 1967b, p. 174; LG 51. Sobre a oração pelos defuntos, confira: CATECISMO..., 2000, p. 291; CIC 1032. DENZINGER, 2015, p. 359; DH 1304, p. 458; DH 1820.

<sup>376</sup> DENZINGER, 2015, p. 414; DH 1580. Para que sejam libertos da pena temporal, porque o purgatório também é temporal. A pena eterna é o inferno (nota nossa).

<sup>377</sup> SOARES, 2018, p. 115.

<sup>378</sup> 1Tm 2,3.

<sup>379</sup> BOFF, 2017, p. 95.

<sup>380</sup> CATECISMO..., 2000, p. 291; CIC 1033.

<sup>381</sup> FERNÁNDEZ, 2009, p. 1037. DENZINGER, 2015, p. 227; DH 627, p. 297; DH 839, p. 359; DH 1306.

<sup>382</sup> CATECISMO..., 2000, p. 292; CIC 1035. TOMÁS DE AQUINO, 1961b, p. 491; Sum. Theol. Suppl. q.99,a1. Convém notar que tal *eternidade* do inferno difere-se da do céu, porque não é um lugar de ser/estar com Deus, um fim *querido* para o homem lá existir (FERNÁNDEZ, 2009, p. 1040-1041.). Como não provém de Deus, nem de sua esperança, este mesmo estado escapa propriamente da compreensão (BENTO XVI, 2007, p. 57; SS 47.).

<sup>383</sup> “[...] así como la persona se obstina em acciones que es sabedora de que le perjudican seriamente y sin embargo las realiza, también opta por el pecado hasta la condenación.” (FERNÁNDEZ, 2009, p. 1038, tradução nossa.).

ao seu amor.<sup>384</sup> Tal desordem resulta em penas próprias a cada alma, em vista da carência própria de sentido para o amor.<sup>385</sup>

Destarte, daquilo que toca ao juízo da alma, e também daquilo que dele se desdobra, resulta a eternidade do *homo viator*. De imediato, o seu estado eterno é definido à luz divina, que o faz enxergar os frutos de suas ações, meritórias ou não. O céu, ou então o estado do purgatório, e o inferno são essas novas realidades, até que o mesmo juízo se complete na consumação final. Tal consumação atende outras realidades, em que o mérito também se faz presente, e que convém assinalar.

### 2.3.2 Outras questões ligadas ao mérito e ao juízo

Embora esse não seja o foco principal do capítulo, é necessário dizer que as realidades do juízo geral/final resultam: na vinda gloriosa de Cristo, ou *parusia*, na *ressurreição da carne*, nos *novos céus e nova terra*, e no *juízo da história*.<sup>386</sup> Estes quatro acontecimentos futuros da revelação são “[...] *quatro grandes realidades* da existência pós-mortal do homem e que, formuladas doutrinariamente, constituem as verdades contidas no Credo cristão”.<sup>387</sup>

Assim sendo, o juízo universal é necessário para tornar público a sentença do juízo particular, unindo todos os seres humanos tanto para o bem esperado quanto para o mal aceitado, e assim também “[...] repor em julgamento as *consequências* que nossos atos tiveram na história ulterior à nossa vida privada.”<sup>388</sup> Afinal, só se pode bem julgar depois que a ação se consumou, “Portanto, é necessário que haja um juízo final, no último dia, em que tudo o que diz respeito a cada homem sob todos os aspectos será perfeita e notoriamente julgado.”<sup>389</sup>

Uma vez mais, convém atestar que “É *todo* o homem que alcança a salvação e é *todo* o mundo que participa dela.”<sup>390</sup> Portanto, tal

<sup>384</sup> BENTO XVI, 2007, p. 55; SS 45. DENZINGER, 2015, p. 162; DH 443.

<sup>385</sup> FERNÁNDEZ, 2009, p. 1042. DENZINGER, 2015, p. 302; DH 858, p. 359; DH 1306.

<sup>386</sup> FERNÁNDEZ, 2009, p. 1000-1001. CATECISMO..., 2000, p. 280-83; CIC 992-1004, p. 293-296; CIC 1038-1050.

<sup>387</sup> “[...] *cuatro grandes realidades* de la existencia posmortal del hombre y que, formuladas doctrinalmente, constituyen las verdades contenidas em el Credo cristiano”. (FERNÁNDEZ, 2009, p. 1001, tradução nossa, grifo do autor.).

<sup>388</sup> BOFF, 2017, p. 126, grifo do autor.

<sup>389</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2017, p. 830; Sum. Theol. VIII,q.59,a5.

<sup>390</sup> RATZINGER, 2008, p. 265, grifos do autor.



dinâmica ordena o homem para o seu fim último, refletindo a sua atividade humana em âmbito pessoal e coletivo, no exercício da fé.<sup>391</sup> O mérito, então, adquire sentido conforme as ações terrenas, e se evidencia como resultado final da condição humana diante de Deus e de seu amor. Portanto os atos meritórios, abordados conforme o primeiro capítulo, aqui refletem o agir do *homo viator*, e o seu estado final junto de Deus, na glória (ou privado dela).

## 2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa elaboração, quisemos alcançar o tema do juízo da alma humana, deveras particular, diante desse vasto campo escatológico das realidades últimas do homem. Parece que, no labor da argumentação, o caminho *ad intra e ad extra iudicii* abriu a temática para maiores indagações, do que realmente se restringiu à questão do juízo e do mérito no estado final da alma humana, até a consumação do mesmo juízo. Contudo, tais questões tratadas são propensas ao fervor especulativo, e não podia ser diferente, senão que resguardada por uma fundamentação de cunho escatológico essencial, fundamental e restrito a esta abordagem. Portanto, a passos largos, procurou-se evidenciar pela realidade da morte, do juízo imediato da alma e do resultado final deste mesmo juízo, aquilo que condiz ao mérito das ações humanas. E, não se nega, a contextualização foi exigente, o ambiente degradingolou em várias outras questões que não se pode abarcar *sic et simpliciter*.

*Ad exemplum*, resguardando-se do desenvolvimento de questões limite, devido à extensão dos assuntos, convém mencionar duas demandas. A primeira, sobre a questão do *Limbo das crianças*, i. e., “[...] a situação ou estado dos que morreram sem receber o Batismo antes do uso da razão”<sup>392</sup>, este *lugar/estado* não está qualificado como verdade de fé atestada pela Igreja, ainda que seja uma dedução teológica plausível.<sup>393</sup> Sem desenrolar esse tema, apenas se assinala que é da vontade de Deus que todos sejam salvos, mas o único caminho é o da incorporação a Cristo, no organismo sobrenatural da graça, pelo

---

<sup>391</sup> FERNÁNDEZ, 2009, p. 1003.

<sup>392</sup> “[...] la situación o estado de los que han muerto sin recibir el Bautismo antes del uso de razón”. (FERNÁNDEZ, 2009, p. 1057, tradução nossa.).

<sup>393</sup> Sobre esta questão, confira: NOUGUÉ, Carlos. Se o Limbo é eterno. In: [NOUGUÉ, Carlos.] **Estudos tomistas**: opúsculos II. Formosa: Edições Santo Tomás, 2020. p. 392-393.

Batismo.<sup>394</sup> E também que a Igreja confia a salvação dos que não foram batizados, sobretudo, à misericórdia divina.<sup>395</sup> A segunda questão é a de Maria, em sua Assunção ao Céu de corpo e alma, que também rompe com as linhas deste trabalho. Apenas se ressalte que ela foi exaltada “[...] para que se conformasse mais plenamente com o seu Filho”.<sup>396</sup> Mas há outras questões, como a necessidade de rezar pelos mortos, a intercessão dos santos, a eviternidade, *et reliqua*.

Do mérito lucrado em tempo oportuno, pôde-se considerar aquilo que resulta o fim do homem imediatamente após a sua morte, ainda que resguardado em sua identidade como alma, sem o corpo. Resultado este que, *a priori*, é aquele para qual está ordenado, i. e., o *céu*, ainda que os seus atos não alcançaram a perfeição, precisando do estágio do *purgatório*. Ou então do resultado ao qual o homem se desordenou da vida em Cristo e, por suas próprias atitudes pecaminosas, mereceu o *inferno*.

Esta argumentação só é possível devido à participação do homem na vida da graça, por ser ela um organismo vivo, conforme já abordado. Assim sendo, o homem é chamado a “[...] crescer sem cessar, até se consumir naquele dia em que os homens, salvados pela graça, darão perfeita glória a Deus”.<sup>397</sup> E é nesta dinâmica que o *homo viator* se insere, i. e., a realidade última dos tempos em que vive, na Igreja peregrina que se encaminha para a consumação final.<sup>398</sup>

Neste sentido, convém escrever como se dá tal articulação do *homo viator*, que se ordena ou se desordena por seus atos, em vista do seu fim. Pois parece que a sua salvação não implica só no ato de fé ou de crer, por causa mesma do mérito, que o insere num caminho de

---

<sup>394</sup> CONCÍLIO..., 1967c, p. 442; AG 7 (Aqui, a necessidade do Batismo é afirmada para os que tiveram a oportunidade de conhecer, pela Igreja, a salvação (nota nossa)).

<sup>395</sup> CATECISMO..., 2000, p. 350; CIC 1261. Neste campo, recomenda-se vivamente a leitura do seguinte documento publicado pela Comissão Teológica Internacional: COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. **A esperança da salvação para as crianças que morrem sem Batismo**. Vaticano: 2007. Não paginado. Disponível em: <[https://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/cti\\_documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_20070419\\_un-baptised-infants\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_con_cfaith_doc_20070419_un-baptised-infants_po.html)>. Acesso em: 27 mai. 2021.

<sup>396</sup> CONCÍLIO..., 1967b, p. 185; LG 59.

<sup>397</sup> CONCÍLIO..., 1967a, p. 575; GS 32.

<sup>398</sup> CONCÍLIO..., 1967b, p. 173-174; LG 48.

cooperação com a graça, em busca da conformidade com Nosso Senhor Jesus Cristo.



### 3 OS ATOS MERITÓRIOS COMO FRUTOS DO PRÓPRIO JUÍZO NA VIDA DA GRAÇA

Situado o mérito dentro da dinâmica da graça sobrenatural e, sabendo dos seus efeitos no juízo escatológico da alma, convém articular em *que* consiste o progresso do *homo viator*, à vista do seu fim. Em outras palavras, é um aceno à maneira com que se dá a participação na vida da graça, lucrando méritos para a glória eterna, e também à forma com que se incorre na prévia antecipação do seu próprio juízo particular. Em suma, este capítulo quer apontar para a prática cristã na vida cotidiana, tendo os atos meritórios como conduta da alma que anseia pela eternidade, e sujeita ao juízo imediato após a morte.

O itinerário adotado para a abordagem do assunto é o mais próximo da via mística, i. e., de união espiritual com Deus,<sup>399</sup> pela prática do amor. É um caminho importante para manifestar os assuntos fundamentados nos capítulos anteriores, pois “[...] as verdades cristãs, penetram na alma mais pela vontade reta que pelo puro raciocínio, muito mais pelos atos de virtudes que pelas mais sábias lições.”<sup>400</sup> Nesta direção, trataremos do cultivo sobrenatural do mérito; da elevação no caminho de perfeição cristã; e da eternidade da alma pela chancela do juízo.

#### 3.1 O AMOR, CULTIVO SOBRENATURAL DO MÉRITO

Os atos humanos, por mais simples que sejam, atingem um valor maior que o resultado ao qual sua obra se limita. Como todas as coisas incorrem a um fim limitado, pela razão de buscar a perfeição de *ser* daquilo ao qual se limitam,<sup>401</sup> o homem, do contrário, é capaz de transcender o valor de suas ações. Por mais que ele almeje as coisas do mundo, e busque realizá-las por atos, o fim de sua realização está em Deus, pois “[...] só Deus pode satisfazer a vontade humana, [...] só em Deus consiste a bem aventurança do homem”.<sup>402</sup>

Partindo dessa consideração, a vida da graça santificante possui um bem espiritual que não se limita ou se encerra no próprio ato que o

---

<sup>399</sup> Assim se usa o termo *mística*, neste capítulo. A definição é nossa. Contudo, não será focado nos graus de perfeição do edifício espiritual, porque não é propriamente o centro do tema deste capítulo.

<sup>400</sup> SANDREAU, Auguste. **Manual de espiritualidade**. São Caetano do Sul: Santa Cruz, 2021. p. 337, n. 211.

<sup>401</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2009, p. 45-46; Sum. Theol. III,q.1,a.8. p. 61; Sum. Theol. III,q.2,a.8.

<sup>402</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2009, p. 61; Sum. Theol. III,q.2,a.8.

homem realiza, mas transcende a sua própria capacidade natural de operação.<sup>403</sup> Isto é, pois, fruto da graça, porque “[...] sem a graça, nosso fim último teria sido *conhecê-Lo naturalmente* pelo reflexo de suas perfeições nas criaturas e amá-Lo eficazmente acima de tudo.”<sup>404</sup> Todavia, a eficácia do amor divino (sobrenatural) não está preenchida naturalmente no homem, é pelo caminho sobrenatural da graça que este consegue saciar a profundidade de sua vontade.<sup>405</sup>

Desse modo, pode-se afirmar que “[...] a vida do verdadeiro cristão [*homo viator*] é uma vida mística, isto é, oculta e incompreensível ao homem natural [sem a graça *gratum faciens*].”<sup>406</sup> Tal caminho da graça é um caminho de amor sobrenatural, porque não se dá pelas próprias forças humanas, mas é fruto da própria graça divina enxertada no homem.<sup>407</sup> E esse caminho “[...] *leva em conta*, na distribuição de suas graças, *a fidelidade* com que são aceitas e as *resistências* que se lhe fazem.”<sup>408</sup>

Não obstante, tendo em Deus o fim último de seus atos, e participando da vida divina pela graça, o homem já anseia pelo céu nesta terra, ainda que “[...] as nebulosas na imensidade do firmamento.”<sup>409</sup> Tal aspiração pela felicidade eterna, quando elevado pela vida da graça, enobrece a alma humana, porque assume a condição de *ser imortal*.<sup>410</sup> Com essa condição, também se assume o empenho da alma, o buscar merecer essa felicidade imperecível, ainda que seja graça concedida por Deus mesmo.<sup>411</sup> É nesta direção que se fundamenta, pois, a vida espiritual do *homo viator*.<sup>412</sup> Justificado em Cristo, participa

---

<sup>403</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2009, p. 387; Sum. Theol. III,q.31,a.5. p. 411; Sum. Theol. III,q.33,a.2.

<sup>404</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 27, grifo do autor.

<sup>405</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 27.

<sup>406</sup> SCHEEBEN, Matthias Joseph. **As maravilhas da graça divina**. Trad. Maria Lúcia Almeida. São Paulo: Cultor de Livros, 2015. p. 472.

<sup>407</sup> SCHEEBEN, 2015, p. 356.

<sup>408</sup> SANDREAU, 2021, p. 89, n. 42, grifos do autor.

<sup>409</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 28.

<sup>410</sup> SCHEEBEN, 2015, p. 319.

<sup>411</sup> ROYO MARÍN, António. **Jesus Cristo e a vida cristã**. Trad. Ricardo Harada. Campinas: Ecclesiae, 2020. p. 564-565, n. 402. DENZINGER, 2015. p. 70; DH 173. p. 144; DH 388-392.

<sup>412</sup> SCHEEBEN, 2015, p. 390-391.

agora da natureza divina e, portanto, leva uma “[...] *vida espiritual*, verdadeira e perfeita, isto é, acima de toda a vida natural.”<sup>413</sup>

Uma vez que o homem tomou o caminho da opção definitiva por Cristo, “Propõe-se ser, tanto quanto a fraqueza humana lhe permitir, uma assimilação tão perfeita quanto possível ao rosto de Cristo Jesus”.<sup>414</sup> Esta assimilação se dá pela graça sobrenatural, daquilo que Cristo é por natureza, ao ponto de não ser mais a vida do homem, mas o próprio Cristo vivendo nele.<sup>415</sup> Assim, “Jesus Cristo permanece em nós com o Pai que nos ama, com o Espírito Santo que nos guia por suas inspirações. Isto será [é] fonte de um progresso contínuo e fecundo para o céu.”<sup>416</sup> Tal progresso “[...] tende à união sempre mais íntima com Cristo. Esta união recebe o nome de *mística*, pois ela participa no mistério de Cristo pelos sacramentos [...] e, n’Ele, no mistério da Santíssima Trindade.”<sup>417</sup>

Nesse sentido, convém salientar o papel de uma vida virtuosa,<sup>418</sup> para que a graça aja de forma muito mais eficiente naquilo que fazemos. Pois o viver virtuosamente “[...] se segue do cumprimento (com o auxílio da graça) da lei natural.”<sup>419</sup> Então, sendo uma condição intermediária, contribui para a elevação da vida interior ao âmbito do sobrenatural.

---

<sup>413</sup> SCHEEBEN, 2015, p. 391-392, grifo nosso.

<sup>414</sup> CALLENS, 2014, p. 18.

<sup>415</sup> Gl 2,20.

<sup>416</sup> MARMION, 2017, p. 279.

<sup>417</sup> CATECISMO..., 2000, p. 531-532; CIC 2014, grifo presente no texto.

<sup>418</sup> Aqui consideramos, sobretudo, as virtudes teológicas (fé, esperança e caridade – esta última acima de tudo), infusas pelo Espírito Santo na alma, desde o Batismo. Não obstante, levamos em conta as virtudes cardeais (justiça, prudência, fortaleza e temperança), como faculdades que o homem possui e as desenvolve. E também as virtudes de religião (como a humildade, pureza, paciência, obediência, entre outras). Para maior aprofundamento destas instâncias, confira: TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 93-102; Sum. Theol. IV,q.55., p. 129-130; Sum. Theol. IV,q.58,a1., p. 161-179; Sum. Theol. IV,q.61-62., p. 459-460; Sum. Theol. IV,q.85,a1. TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Tomo VI. Trad. Aldo Vannucchi et al. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2013. p. 281-295; Sum. Theol. VI,q.81.

<sup>419</sup> NOUGUÉ, 2020, p. 42.

### 3.1.1 O cultivo da vida interior sobrenatural

*A priori*, para que a prática das virtudes renda méritos, é preciso sobrenaturalizar as obras pela intenção, levando em conta as condições do sujeito e da obra.<sup>420</sup> Assim sendo, não é pelo ato natural produzido que se alcançará um efeito sobrenatural, mas sim pelo ato de virtude sobrenatural, ou infusa pelos dons do Espírito Santo, que mudam o efeito na *forma* e não na *matéria* do ato.<sup>421</sup>

Para que essa mudança sobrenatural ocorra, faz-se necessário a intenção do sujeito, ao realizar uma obra como meritória, sobrenaturalizando-a,<sup>422</sup> e a sua disposição à graça.<sup>423</sup> E, para que obtenha o progresso sobrenatural, é necessário também a intensidade e o fervor da prática virtuosa.<sup>424</sup> Assim, “Cada ato de virtude [sobrenatural] proporciona uma alegria intensa ao coração de Deus, porque ele é uma flor e um fruto da graça”.<sup>425</sup>

De modo sintetizado, o *homo viator* reúne em seus esforços pessoais a elevação de sua vida à eternidade, pela graça. E que participa dessa dinâmica atuando ou cooperando em seus atos, porque é de sua condição também o merecimento. Assim sendo, “[...] todo ato deliberado que não é mau, é bom e meritório; vai em direção a Deus e nos aproxima dele.”<sup>426</sup> É, então, um *gérmen da glória*,<sup>427</sup> que lucrará o gozo do fruto supremo e eterno, se não o matarmos.<sup>428</sup>

---

<sup>420</sup> Conforme já descrito no capítulo primeiro, no título terciário 1.3.2, das condições necessárias para lucrar o mérito.

<sup>421</sup> ROYO MARÍN, 2020, p. 684-685, n. 483.

<sup>422</sup> SANDREAU, 2021, p. 264-265, n. 166. A intenção aqui pode ser: *atual* ou expressa naquele que opera; *virtual* ou presente na lembrança de quem executa, ainda que não expressa (ROYO MARÍN, 2020, p. 685, n. 483.).

<sup>423</sup> SHEEBEN, 2015, p. 276. Note-se que falamos de *disposição*, e não de *posse* da graça. Não admitimos a graça como propriedade sobrenatural *dominada* pelo homem. Esse imenso organismo lhe foi *dado*, e não é original de sua fabricação, mas sim de Deus (nota nossa).

<sup>424</sup> ROYO MARÍN, 2020, p. 688-689, n. 484.

<sup>425</sup> MARMION, 2017, p. 275. TANQUEREY, 2019, p. 66. SANDREAU, 2021, p. 294, n. 183.

<sup>426</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 33. Sobre a medida da recompensa pelo mérito, pode-se ler mais em: TOMÁS DE AQUINO, 2015b, p. 660-661; Sum. Theol. II,q.95,a4.

<sup>427</sup> Ou uma semente de eternidade (*semina aeternitatis*). (SANDREAU, 2021, p. 21, n. 6.).

<sup>428</sup> SCHEEBEN, 2015, p. 453.



Nesta dinâmica, atribui-se ao *homo viator*, pela sua liberdade, a correspondência ou rejeição do chamado divino a esta vida regenerada pela graça.<sup>429</sup> E, nesta atitude, está contido o esforço pessoal<sup>430</sup> que, por juízo próprio, ele pode fazer as suas escolhas em vista de um bem maior para si, como “[...] *uma resposta gratuita*”.<sup>431</sup>

De modo implícito, o juízo particular da alma – ainda por vir – aqui assume suas bases fundamentais.<sup>432</sup> Pois, se o caminho do *homo viator* se dá pela graça, incluso o mérito de sua participação, então já está estabelecendo *per se* a sua condição final, o seu estado definitivo na eternidade. Portanto, já está acumulando a devida recompensa para o dia do seu próprio juízo, diante de Deus e de sua luz esclarecedora. Note-se que é ainda de modo implícito, e não clarividente, porque o homem é limitado, imperfeito e sofre as influências do pecado. E também porque a totalidade do juízo compete somente a Deus.<sup>433</sup>

Dito que as obras adquirem um caráter *pessoal*, incorre afirmar que cada um julga o que é bom ou contém a vontade de Deus em seus atos, a partir dos fundamentos contidos na Escritura, Tradição e Magistério da Igreja.<sup>434</sup> Convém, pois, reconhecer que esse caráter pessoal precede do cultivo da união com Deus, de modo que “[...] quanto mais tivermos estado unidos a Deus na atividade (dom do coração), mais aspiraremos encontrar-nos a sós com ele (dom do ser).”<sup>435</sup> Aqui, a vida interior transparece a imagem do próprio Deus, porque é preciso *ser* um com Deus para que se possa *fazer* aquilo que Ele pede.<sup>436</sup>

<sup>429</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 918; Sum. Theol. IV,q.113,a10.

<sup>430</sup> CATECISMO..., 2000, p. 22; CIC 29.

<sup>431</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 31, grifo do autor.

<sup>432</sup> Não negamos o que diz respeito às bases do juízo como um todo, em sua dimensão também *coletiva*, porque o homem é um ser de relações, não vive isolado. Pois “[...] o pecado de uns repercute nos outros e os conduz ao sofrimento. Mas a fidelidade de uns beneficia outros, e pode levá-los à salvação.” (CALLEN, 2014, p. 25.).

<sup>433</sup> Conforme salientado no capítulo segundo, no título secundário 2.1.1, da morte como estado definitivo.

<sup>434</sup> DENZINGER, 2015, p. 986; DH 4214. CATECISMO..., 2000, p. 34-36; CIC 78. 84-85.

<sup>435</sup> CALLEN, 2014, p. 61.

<sup>436</sup> Importa, neste sentido, considerar: “[...] que ele cresce e eu diminua.” (Jo 3,30).

Por esse motivo, numa obra sobrenatural, cada um possui a sua personalidade própria, que não é divina, mas humana.<sup>437</sup> E a vida da graça respeita a natureza humana, nos seus dons, talentos e beleza natural particular, para então acrescentar o brilho divino sobrenatural: “Deus, na sua operação santificante, respeita a obra que criou, pois foi Ele quem quis essa diversidade: cada alma traduz um pensamento divino, e tem o seu lugar particular no coração de Deus.”<sup>438</sup>

Aqui, pode-se ressaltar que é neste caminho que as obras, inclusive de apostolado, são eficazes.<sup>439</sup> Há, pois, o perigo de cair num ativismo de fazer ao modo próprio tudo o que se julga bom, sendo que “[...] o essencial é encontrar, entre as atividades que enchem nossa vida, ocasiões renovadas de nos unirmos a Deus e lhe provarmos nosso amor”.<sup>440</sup> É preciso, então, colocar o coração em tudo aquilo que se busca fazer,<sup>441</sup> de modo que não se guie pela quantidade dos atos praticados, pois “[...] não é o trabalho, em si mesmo que santifica, mas sim o amor com que a ele nos entregamos.”<sup>442</sup>

Desse modo, o *homo viator* consegue o progresso terreno em vista da herança eterna,<sup>443</sup> porque “[...] a importância das tarefas terrenas não é diminuída pela esperança escatológica, mas que esta antes reforça com novos motivos a sua execução.”<sup>444</sup> É, pois, tarefa humana construir um mundo melhor,<sup>445</sup> na “[...] pretensão de realizar o mundo perfeito no contexto deste mundo imperfeito.”<sup>446</sup> Tal construção de um mundo melhor se dá na santificação cotidiana, “[...] nas diversas condições de sua vida, nas suas ocupações e circunstâncias”.<sup>447</sup>

---

<sup>437</sup> Porque “Em nós, o divino não é substância, mas as operações. Somos participantes não da *personalidade* divina, mas da *natureza* divina; não somos homens-deuses, mas homens divinizados...” (ROYO MARÍN, 2020, p. 565, n. 403, grifos do autor).

<sup>438</sup> MARMION, 2017, p. 244.

<sup>439</sup> CHAUTARD, 2017, p. 106.

<sup>440</sup> CALLENS, 2014, p. 137.

<sup>441</sup> SCHEEBEN, 2015, p. 409.

<sup>442</sup> CALLENS, 2014, p. 63.

<sup>443</sup> CONCÍLIO..., 1967a, p. 582-583; GS 39.

<sup>444</sup> CONCÍLIO..., 1967a, p. 561; GS 21.

<sup>445</sup> CONCÍLIO..., 1967b, p. 153; LG 35. 1967a, p. 577; GS 34. 1967c, p. 447-448; AG 11.

<sup>446</sup> BOFF, 2012, p. 112.

<sup>447</sup> CONCÍLIO..., 1967b, p. 163; LG 41.

Nesse sentido, a peregrinação para a felicidade eterna se dá de modo progressivo, de acordo com a capacidade de cada pessoa,<sup>448</sup> levando em conta que “Esses frutos de boas obras podem parecer muito amargos quando ainda não estão maduros”.<sup>449</sup> É verdade também que pode ser uma retroação, de modo decadente, conforme a liberdade e a ação de cada um na correspondência da graça.

Ademais, considerando a orientação do *homo viator* à vida eterna, aquilo que concede o seu crescimento na vida sobrenatural são, sobretudo: a *vida sacramental*, a *prática das virtudes* e a *oração*.<sup>450</sup> Convém, pois, abordar o que condiz propriamente à função do mérito nesse crescimento, e o que coincide no juízo particular futuro, que desde já se fundamenta. Delimitando este campo, sobretudo, à prática das virtudes, porque “A prática das virtudes a aumenta [a graça] em nossas almas por via de mérito sobrenatural.”<sup>451</sup> Neste campo da prática das virtudes, concentrando especial atenção à virtude sobrenatural da caridade, que é o ponto fulcral da prática cristã e de lucro do mérito.

### 3.1.2 A caridade, indústria da vida eterna

Participando na vida da graça, “Cada um, segundo os dons e as funções que lhe foram confiados, deve enveredar sem hesitação pelo caminho da *fé viva*, que excita a *esperança* e opera pela *caridade*.”<sup>452</sup> Essas virtudes teológicas estão para além das forças naturais,<sup>453</sup> e são de combate, de luta pelo progresso da vida sobrenatural.<sup>454</sup>

Ainda que o *homo viator* recaia no pecado, Deus conserva na sua alma “[...] a força de produzir atos de fé e de esperança.”<sup>455</sup> Para que, assim, possa retornar à união íntima com Deus, pois “Somente a fé nos faz buscar a graça, e somente ela no-la faz encontrar”.<sup>456</sup> E também

---

<sup>448</sup> Pois a graça é sempre proporcional à capacidade da pessoa em se dispor à ela. (SANDREAU, 2021, p. 378-379, n. 227.).

<sup>449</sup> GONZÁLEZ ARINTERO, 2019, p. 325.

<sup>450</sup> ROYO MARÍN, 2020, p. 673, n. 476.

<sup>451</sup> ROYO MARÍN, 2020, p. 673, n. 476.

<sup>452</sup> CONCÍLIO..., 1967b, p. 160; LG 41, grifos nosso.

<sup>453</sup> ROYO MARÍN, 2020, p. 565-566, n. 403.

<sup>454</sup> SANDREAU, 2021, p. 62-63, n. 25. p. 96, n. 46

<sup>455</sup> SANDREAU, 2021, p. 97, n. 47.

<sup>456</sup> SCHEEBEN, 2015, p. 365. Note-se que a fé é *conditio sine qua non* para se adquirir a graça, contudo, ela não pode ser dissociada das obras, como afirma São Tiago: “[...] o homem é justificado pelas obras e não simplesmente pela fé. [...] é morta a fé sem obras”. (Tg 2,24b.26c).

porque a esperança mantém acesa a chama da vida eterna, que somente em união aos méritos de Cristo se pode alcançar.<sup>457</sup> Assim sendo, os atos de fé e esperança não nos garantem o mérito *sic et simpliciter*, mas garantem a conversão e a justiça, que são “[...] a força e a vida da fé, pela qual buscamos a graça junto de Deus e a esperamos de sua bondade, apoiando-nos nos méritos de Cristo.”<sup>458</sup>

A caridade cristã, princípio do mérito,<sup>459</sup> é onde se dá o crescimento da graça,<sup>460</sup> o progresso espiritual, sendo o dom principal e mais necessário que o Espírito Santo concede,<sup>461</sup> e que “[...] rege todos os meios de santificação, dá-lhes forma e os conduz à perfeição.”<sup>462</sup> A caridade é a aplicação do amor gratuito de Deus, por isso deve ser praticada, por obras, com base na humildade e abnegação de si, à semelhança do Salvador.<sup>463</sup>

É pela caridade que o homem coopera na salvação e adquire a eternidade, porque ela “[...] jamais passará”,<sup>464</sup> i. e., durará *ad aeternum*. Após a morte, a fé dará lugar à visão de Deus, a esperança à posse de Deus, mas a caridade durará como graça santificante, “É por isso que no justo a vida da graça e da caridade já é vida eterna começada.”<sup>465</sup> Assim, Deus “[...] faz-nos justamente dignos de seu amor e nos comunica a força de pagar-lhe com amor, o que nenhum outro amor pode fazer.”<sup>466</sup>

Nesta correspondência ao amor divino, “Quando dois homens emitem, com o mesmo esforço, um ato de amor a Deus, pode o ato de um deles ser muito mais profundo e perfeito do que o outro, porque com a graça intensifica-se a faculdade de amar.”<sup>467</sup> É, pois, na abertura à

<sup>457</sup> SANDREAU, 2021, p. 116-117, n. 61.

<sup>458</sup> SCHEEBEN, 2015, p. 369.

<sup>459</sup> Conforme afirmado neste trabalho (nos pontos 1.3.1.1, da natureza do mérito; e 2.2.1, da morte como estado definitivo).

<sup>460</sup> A graça é fonte de crescimento da caridade porque eleva o *ser* e, então, a caridade “[...] transforma a nossa *atividade* [fazer].” (MARMION, 2017, p. 245, grifo do autor.).

<sup>461</sup> TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Tomo V. Trad. Aldo Vannucchi et al. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2016b. p. 304; Sum. Theol. V,q.23,a.6.

<sup>462</sup> CONCÍLIO..., 1967b, p. 164; LG 42.

<sup>463</sup> SANDREAU, 2021, p. 141, n. 76. CONCÍLIO..., 1967c, p. 448-449; AG 12. 1967a, p. 660; GS 93.

<sup>464</sup> 1Cor 13,8.

<sup>465</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 41.

<sup>466</sup> SCHEEBEN, 2015, p. 397.

<sup>467</sup> SHEEBNEN, 2015 p. 277.

ação da graça, na prática do amor, que se dá o valor meritório. E também Deus leva em conta o caráter *peçoal*, “Sem nada mudar do que há de bom na nossa individualidade, do que requer o nosso estado de vida particular”.<sup>468</sup>

Por certo, requer-se uma vida virtuosa de cada um para responder com amor no combate às adversidades e provações da vida terrena, e alcançar a vida eterna.<sup>469</sup> Do contrário, incorre-se numa vida desvirtuada, que aceita o pecado e se opõe às virtudes teológicas, que se deslocam “[...] à *blasfêmia*, oposta à confissão de fé; ao *desespero*, oposto à esperança; ao *ódio de Deus e do próximo*, oposto à caridade.”<sup>470</sup>

Ademais, a caridade, nos faz “[...] amar cada vez mais todas as almas da Terra, do Purgatório e do Céu, e nos faz participar da imensidade do Coração de Deus.”<sup>471</sup> Ela é “[...] o telefone de ouro que põe em comunicação íntima os três estágios da única Igreja de Cristo: a *militante, purgativa e triunfante*, isto é, a terra, o purgatório e o céu.”<sup>472</sup>

Assim sendo, no fim da vida, no declinar da vida mortal, o *homo viator* será examinado pelo amor que praticou: “[...] a caridade será a assinatura única - ou, pelo menos, a mais importante - da qual teremos de responder ao examinador supremo (cf. Mt 25,34-40).”<sup>473</sup> Por isso, convém examinar o caminho que se eleva pelo amor, em seus frutos de eternidade.

### 3.2 O CAMINHO DE PERFEIÇÃO NA VIDA DA GRAÇA

É comum o perigo de buscar uma vida virtuosa e não se dispor à ação da graça, pois as pessoas “Julgam-se virtuosas por admirarem a virtude e não percebem que suas veleidades estão longe de ser resoluções.”<sup>474</sup> Assim, não estão no caminho de perfeição, e nem na dinâmica do mérito propriamente. *Simili modo*, há o perigo do juízo próprio, que relativiza o pecado e se acomoda às adversidades do mundo, e por isso sofre constantemente com as enfermidades da alma, causadas pelo mal.<sup>475</sup> Às vezes, não se leva em conta o fim da vida, o

---

<sup>468</sup> MARMION, 2017, p. 249.

<sup>469</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 37.

<sup>470</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 36, grifos do autor.

<sup>471</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 40.

<sup>472</sup> ROYO MARÍN, 2020, p. 750, n. 533, grifos do autor.

<sup>473</sup> ROYO MARÍN, 2020, p. 557, n. 394.

<sup>474</sup> SANDREAU, 2021, p. 74, n. 31.

<sup>475</sup> CATECISMO..., 2000, p. 413; CIC 1505.

julgamento divino, as penas temporais do pecado e a aplicação das obras meritórias nesta vida, para assim alcançar a bem-aventurança.<sup>476</sup>

É necessário, pois, um amor decidido pelo Reino dos céus, pois “Quem ama sua vida a perde e quem odeia sua vida neste mundo guardá-la-á para a vida eterna.”<sup>477</sup> É a exigência do amor cristão, que “[...] leva consigo, quando se trata de sua afeição a Deus, a aversão por tudo o que lhe é contrário”.<sup>478</sup> Esse *estreitamento* do amor dispõe o *homo viator* a ser em Deus “[...] um só coração e uma só alma.”<sup>479</sup>

Jesus, o Homem perfeito,<sup>480</sup> “[...] pregou a todos e a cada um dos seus discípulos, de qualquer condição que fossem, a santidade de vida, de que ele próprio é autor e consumidor: *Sede perfeitos, como é perfeito o vosso Pai Celeste* (Mt 5,48).”<sup>481</sup> Ele, que “[...] fez tudo bem”,<sup>482</sup> convida o *homo viator* a imitá-Lo, e assim “[...] com a ajuda de Deus, conservar e aperfeiçoar na sua vida a santidade”.<sup>483</sup>

Esse caminho de perfeição não está reservado às obras extraordinárias, mas à simplicidade e retidão.<sup>484</sup> Do mesmo modo como o mérito das obras não está na quantidade, mas na qualidade daquilo que se faz com amor, assim também é o caminho da perfeição.<sup>485</sup> Tal caminho está para o cotidiano da vida, na santificação do momento presente, na disposição em fazer a vontade de Deus continuamente,<sup>486</sup> com uma “[...] intenção pura, renovada frequentemente”.<sup>487</sup>

*De facto*, esse processo é gradual, e só alcançará a plenitude na glória.<sup>488</sup> É, pois, um caminho espiritual, em busca da perfeição, sendo que “O caminho da perfeição passa pela cruz.”<sup>489</sup> Do contrário, quando o *homo viator* não está mais centrado neste ideal, “[...] perde o controle

<sup>476</sup> CATECISMO..., 2000, p. 407; CIC 1473.

<sup>477</sup> Jo 12,25.

<sup>478</sup> CALLENS, 2014, p. 30.

<sup>479</sup> SANDREAU, 2021, p. 119, n. 64. Isto “[...] porque largo e espaçoso é o caminho que conduz à perdição.” (Mt 7,13).

<sup>480</sup> Ef 4,13.

<sup>481</sup> CONCÍLIO..., 1967b, p. 159; LG 40, grifo presente no texto.

<sup>482</sup> Mt 7,37.

<sup>483</sup> CONCÍLIO..., 1967b, p. 159; LG 40.

<sup>484</sup> TANQUEREY, 2019, p. 67.

<sup>485</sup> SANDREAU, 2021, p. 295, n. 184.

<sup>486</sup> ROYO MARÍN, 2020, p. 634-635; n. 456.

<sup>487</sup> MARMION, 2017, p. 272.

<sup>488</sup> GONZÁLEZ ARINTERO, 2019, p. 333.

<sup>489</sup> CATECISMO..., 2000, p. 532; CIC 2015.

de seus gestos, de seus atos e cai numa espécie de confusão mental, que o leva a perder a direção de sua vida.<sup>490</sup> Assim, ele assume a critério do próprio juízo aquilo que lhe convém, não comunicando o amor verdadeiro, de união mística em Deus.

Não é que o *homo viator* incorra no pecado, e assim se desordene da participação na graça. A dificuldade é de habituar-se a uma vida *imperfeita*, i. e., uma “[...] preferência refletida, querida de um ato menos bom, contudo bom ainda, ou a omissão de um ato bom, mas não mandado, que a graça nos inspira.”<sup>491</sup> Entenda-se que as disposições são essencialmente diferentes para o pecado e para a imperfeição,<sup>492</sup> pois o imperfeito não busca a ruptura com Deus, ele só não alcança a disposição necessária para realizar uma boa ação que agradaria mais Àquele.

Contudo, o que conduz a imperfeição é também o que conduz ao pecado: a *vontade própria*. Ela é

[...] a fonte não só de todo o pecado, mas ainda de toda a imperfeição; vicia até nossas boas obras que, não sendo mais feitas unicamente para agradar a Deus, perdem, pelo menos, uma parte de seus merecimentos e, às vezes, perdem-nos inteiramente.<sup>493</sup>

Eis, então, a grande importância de procurar uma união com Deus no caminho de perfeição da vida cotidiana. A graça, se não cultivada, enfraquece sua eficácia.<sup>494</sup> E a tendência ao pecado, em matéria leve, venial, conduz sempre para o enfraquecimento da caridade.<sup>495</sup> Sem extinguir também as fortes provações, os sofrimentos maiores, que exigem uma resposta de amor ou, então, uma desunião com Deus.<sup>496</sup>

---

<sup>490</sup> CALLENS, 2014, p. 119.

<sup>491</sup> SANDREAU, 2021, p. 90-91, n. 42 (nota de rodapé 115).

<sup>492</sup> SCHEEBEN, 2015, p. 445-447.

<sup>493</sup> SANDREAU, 2021, p. 167, n. 96.

<sup>494</sup> SCHEEBEN, 2015, p. 449.

<sup>495</sup> CATECISMO..., 2000, p. 498; CIC 1863.

<sup>496</sup> Não convém ao caso o *por quê* Deus permitiria maiores sofrimentos e provações a uns e não a outros. O importante é que “Nosso amor é [...] sempre mais puro e mais generoso quando sofremos [...] e, por conseguinte, muito maiores os nossos méritos.” (SANDREAU, 2021, p. 182, n. 105.). Contudo, Deus permite o mal, inclusive aos que Ele ama (Confira: Pr 3,11-12. Hb 12,6.).

Assim sendo, “Aceite, pois, o cristão as misérias cotidianas (doença, cansaço, calor e frio, penúria...) em união bem consciente com Cristo; e tais misérias lhe serão a via para a maior intimidade com Deus!”<sup>497</sup> E também se disponha a fazer diferente, testemunhando o amor em proporção maior que as penúrias enfrentadas.<sup>498</sup> Elas elevam o *homo viator* no caminho de perfeição, e lhe permitem um juízo que não é próprio do proceder de sua vontade.

Ademais, embora a graça divina seja *estática*, i. e., não operada enquanto dada ao homem na ordem do *ser*, a participação na vida divina – do contrário – ordena o homem ao *fazer*. E, portanto, ou ele progride ou regressa em suas ações.<sup>499</sup> Assim sendo, as obras não devem ser encaradas como obstáculo ao progresso, porque seria também um obstáculo à santificação, que é desejo divino.<sup>500</sup> Então, para que a prática do amor se dê pelas obras meritórias, a vontade humana precisa ser redirecionada sempre, porque “[...] não basta orientá-la para Deus somente uma vez, ainda que o façamos todos os dias, pois logo as paixões humanas e as influências de fora a afastarão da linha reta.”<sup>501</sup>

Convém, então, ponderar algumas ações enriquecidas de méritos, que frutificam esse caminho de união com Deus, de perfeição na graça divina.

### 3.2.1 A elevação da prática sobrenatural

Conforme já afirmado anteriormente,<sup>502</sup> a vida da graça cresce em nós quando nos predispomos à ela por uma vida virtuosa, pela qual praticamos os atos sobrenaturais e meritórios, e também pelo cultivo da oração e dos sacramentos. Estando mais voltados ao ser com Deus, a oração e os sacramentos são indispensáveis para o alimento e progresso sobrenatural, assim como a vida virtuosa, em que se dá mais o fazer.<sup>503</sup>

---

<sup>497</sup> BETTENCOURT, 1963, p. 46.

<sup>498</sup> Disposição esta que o Senhor nos pede em: Mt 5,38-42.

<sup>499</sup> ROYO MARÍN, 2020, p. 569, n. 405, p. 571, n. 406. Aqui, só o progresso é devido à graça, o regresso é devido à recusa dela (SCHEEBEN, 2015, p. 335.).

<sup>500</sup> CHAUTARD, 2017, p. 69.

<sup>501</sup> CHAUTARD, 2017, p. 69.

<sup>502</sup> No título secundário 3.1, do amor, cultivo sobrenatural do mérito.

<sup>503</sup> Aqui lembramos que os sacramentos agem *ex opere operato ecclesiae*, e ajudam a pessoa a progredir conforme seu crescimento natural (conforme descrito no primeiro capítulo, no título terciário 1.2.2, da vida cristã e o influxo da graça).



Nessa dinâmica, o *homo viator* é conduzido ao ideal da perfeição cristã, testemunhando que é filho de Deus.<sup>504</sup>

Inserido na Igreja, ele caminha certo de “[...] que a esperança teologal do Reino celeste não pode ser pretexto para fugir do reino terrestre, mas deve antes levar ao envolvimento e em sua transformação”,<sup>505</sup> e assim elevando a humanidade já redimida.<sup>506</sup> Isto porque a vida espiritual do *homo viator*, configurada a Cristo, depende da vida da Igreja peregrina, “[...] que rejubila por encontrar no seu seio muitos homens e mulheres que [...] querem conformar-se mais plenamente com Cristo obediente.”<sup>507</sup> Por mais que o mundo veja “[...] a cruz, e não a unção”,<sup>508</sup> é preciso testemunhar o Reino por uma fé ativa, cumprindo os deveres terrestres.<sup>509</sup> E isto “[...] nem sempre aparece aos olhos do mundo. [...] o seu brilho sobrenatural é muitas vezes velado pelas aparências grosseiras da existência cotidiana.”<sup>510</sup>

Sendo a Igreja a portadora e administradora deste organismo sobrenatural da graça e, considerando sua realidade transcendental,<sup>511</sup> ela permite ao *homo viator*

[...] reproduzir em si todos os mistérios de sua cabeça divina. Deve *configurar-se com Ele* em seu nascimento, crescimento e desenvolvimento, em sua vida oculta, em sua vida pública e, finalmente, em sua Paixão e morte, para se configurar mais tarde em sua gloriosa ressurreição e em seu triunfo definitivo à direita do Pai (cf. Fl 3,10-11).<sup>512</sup>

Salvo os demais sacramentos e suas operações, convém destacar a vida eucarística, porque na Eucaristia estão as fontes do mérito, que são “[...] o alimento divino e o amor que se sacrifica para cumprir a vontade de Deus.”<sup>513</sup> Por isso, não há vida meritória sem Eucaristia,

---

<sup>504</sup> Rm 8,14-17.

<sup>505</sup> BOFF, 2012, p. 111.

<sup>506</sup> CONCÍLIO..., 1967a, p. 581; GS 38.

<sup>507</sup> CONCÍLIO..., 1967b, p. 165-166; LG 42.

<sup>508</sup> GONZÁLEZ ARINTERO, 2019, p. 325, grifos do autor.

<sup>509</sup> CONCÍLIO..., 1967a, p. 590-591; GS 43.

<sup>510</sup> MARMION, 2017, p. 276.

<sup>511</sup> CONCÍLIO..., 1967a, p. 587; GS 42.

<sup>512</sup> ROYO MARÍN, 2020, p. 786, n. 563.

<sup>513</sup> GONZÁLEZ ARINTERO, 2019, p. 383.

porque esta “[...] é o sacramento do amor”.<sup>514</sup> E, quando se traduz o amor em obras caritativas, conservam e aumentam o mérito.<sup>515</sup> Também o sacramento da reconciliação é importante para voltar à união íntima com Deus na vida da graça,<sup>516</sup> em que “Deus, com imenso amor, abraça-nos de novo, acolhendo-nos novamente em seu colo de Pai, pois é misericordioso e nos quer consigo”.<sup>517</sup>

Além disso, a graça, que pressupõe a natureza e a capacita para a vida celestial,<sup>518</sup> requer do *homo viator* a vigilância contra as imperfeições,<sup>519</sup> e a prudência para fugir das ocasiões de pecado.<sup>520</sup> Isto porque, “Expondo-se ao perigo para cumprir algum dever, pode-se contar com a graça divina que dará força para escapar; mas, indo, sem razão, ao encontro do pecado, não se pode esperar acréscimo da graça”.<sup>521</sup>

A graça também “[...] não manifesta sua força tornando mais forte os já fortes, mas antes, unindo-se à maior fraqueza.”<sup>522</sup> É preciso, então, a humildade para se reconhecer frágil e limitado, e encarar as fragilidades com mansidão e paciência, “[...] pois é na fraqueza que a força manifesta seu poder.”<sup>523</sup> A humildade tira todo o motivo de orgulho pessoal,<sup>524</sup> e aponta para a graça recebida, fazendo com que o *homo viator* suporte os males da vida,<sup>525</sup> busque uma vida escondida em Deus sendo fiel nas pequenas coisas,<sup>526</sup> e permaneça reto no caminho divino.<sup>527</sup>

---

<sup>514</sup> CUTTAZ, F. **Amar**: mística e prática da caridade. Trad. Maria Cecília M. Duprat. São Paulo: 1961. p. 347. (Em citação direta, conservou-se a ortografia original do texto).

<sup>515</sup> CHAUTARD, 2017, p. 159. GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 44.

<sup>516</sup> Deveras, “Por mais excelsa e elevada que seja a graça, por mais profundo que pareça o abismo do pecado a que descemos, podemos estar certos de que nos é sempre possível recuperá-la.” (SCHEEBEN, 2015, p. 377.).

<sup>517</sup> REIS, Ernani Maia dos. **Indulgências**: esse tesouro é seu! Campinas: Raboni, 2011. p. 28-29.

<sup>518</sup> SCHEEBEN, 2015, p. 299.

<sup>519</sup> CHAUTARD, 2017, p. 228. SHEBEN, 2015, p. 279.

<sup>520</sup> SANDREAU, 2021, p. 150, n. 85.

<sup>521</sup> SANDREAU, 2021, p. 68, n. 28.

<sup>522</sup> SCHEEBEN, 2015, p. 300.

<sup>523</sup> 2Cor 12,9.

<sup>524</sup> SCHEEBEN, 2015, p. 415.

<sup>525</sup> CONCÍLIO..., 1967a, p. 581; GS 38.

<sup>526</sup> ROYO MARÍN, 2020, p. 635-636, n. 4457-458.

<sup>527</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 42. SCHEEBEN, 2015, p.412-416.

Também, a graça é “[...] mais forte do que a natureza; por seu influxo, arma-se a natureza contra si mesma, podendo renunciar-se, mortificar-se, fazer-se uma santa violência.”<sup>528</sup> Na verdade, essa *mortificação* se torna verdadeira *vivificação*, pois “[...] aos fiéis de Deus a vida não é tirada, mas apenas mudada; e em troca do que é seu, humano e terrestre, é-lhes dado algo divino.”<sup>529</sup> Assim sendo, a penitência, e. g., é uma forma de mortificação, que faz “[...] as almas entrarem nas alturas de Deus.”<sup>530</sup> Da mesma forma o jejum, a esmola e até a dor que, suportada cristãmente, faz “[...] desejar uma vida superior àquela dos prazeres sensíveis, [...] nos convida a recorrer a Deus, único que pode nos restituir a paz, dando-se a nós.”<sup>531</sup>

Outras formas de vivificação, que pertencem à perfeição da vida sobrenatural, são as bem-aventuranças,<sup>532</sup> que não só alcançam o mérito como orientam a vontade humana ao sobrenatural.<sup>533</sup> Também os conselhos evangélicos (pobreza, obediência e castidade), atuantes como um sinal no mundo, que “[...] pode e deve atrair eficazmente todos os membros da Igreja a cumprirem com diligência os deveres da vocação cristã.”<sup>534</sup> E ainda as obras de misericórdia corporais e espirituais,<sup>535</sup> que são um augusto caminho para aplicação do amor,<sup>536</sup> por meio de ações que “[...] não se encontram nos atos produzidos pelo raciocínio.”<sup>537</sup> Assim, elevam o homem no ideal da perfeição cristã, “[...] ao mesmo

---

<sup>528</sup> SCHEEBEN, 2015, p. 299.

<sup>529</sup> BETTENCOURT, 1963, p. 47.

<sup>530</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 43.

<sup>531</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 47.

<sup>532</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2016b, p. 264; Sum. Theol. V,q.19,a.12. Sobre as bem-aventuranças, confira: Mt 5,3-11. Lc 6, 20-35.

<sup>533</sup> TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 265-267; Sum. Theol. IV,q.69,a2. GONZÁLEZ ARINTERO, 2019, p. 326-327.

<sup>534</sup> CONCÍLIO..., 1967b, p. 168; LG 44.

<sup>535</sup> As obras de misericórdia corporal são: visitar os doentes; dar de comer aos famintos; dar de beber aos sedentos; vestir os nus; dar pousada aos peregrinos; redimir os cativos; e enterrar os mortos. As obras de misericórdia espiritual são: ensinar aquele que não sabe; dar bom conselho àquele que precisa; corrigir ao que erra; perdoar as injúrias; consolar os tristes; sofrer com paciência os defeitos de nossos próximos; rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos. (ROYO MARÍN, 2020, p. 754-760, n. 537-550.).

<sup>536</sup> SANDREAU, 2021, p. 141, n. 77.

<sup>537</sup> SANDREAU, 2021, p. 375, n. 226.

tempo que aponta[m] como causa única de condenação dos réprobos a negligência destas obras.”<sup>538</sup>

Por conseguinte, pode-se dizer que essas formas contêm, *ex condigno*, o mérito de quem aplica com as devidas condições exigidas, porque são perfeitas em si mesmas.<sup>539</sup> Mas, na dinâmica do progresso espiritual, precisam ser elevadas pelo *homo viator* ao valor suplementar, de vivificação na graça, de estreitamento no amor.<sup>540</sup> Assim, passa-se da morte para a vida, verdadeira, que está em Cristo: “Porque a morte de Cristo só se completa com a nossa. [...] O que falta à morte de Cristo em minha própria carne, estou cumprindo para seu corpo, que deve morrer inteiramente com Ele.”<sup>541</sup>

Logo, “[...] só a morte porá termo a *essas ascensões do coração que se realizam neste vale de lágrimas* (Sl 83,6-7).”<sup>542</sup> Morte esta que começa na vida nova pela graça, na participação dos méritos de Cristo, e que atingirá sua plenitude no dia do juízo. É, pois, a morte um lucro para o *homo viator*, que vive em Cristo.<sup>543</sup> Nesta direção, convém pontuar algumas considerações, em vista do fim do progresso sobrenatural humano e do seu estado definitivo na glória.

### 3.3 O GOZO ETERNO DA ALMA PELA CHANCELA DO JUÍZO

Sendo que a morte, em sua dimensão sobrenatural, conduz o *homo viator* à união mística com Deus, também a morte natural consoma essa união *ad infinitum*, “[...] porque se viver com Ele é bom, amá-lo até a morte [corporal] é melhor. É a porta aberta que domina o Céu, porque o túnel escuro no qual o moribundo entra abre-se para a grande revelação.”<sup>544</sup> A porta aberta, i. e., o amor, é o que nos insere nessa união infinita com Deus na eternidade, e o merecimento que lucrou a prática desse amor, virá no momento do julgamento final.<sup>545</sup>

---

<sup>538</sup> SCHEEBEN, 2015, p. 409.

<sup>539</sup> CALLENS, 2014, p. 57.

<sup>540</sup> CALLENS, 2014, p. 57.

<sup>541</sup> ROYO MARÍN, 2020, p. 789, n. 568.

<sup>542</sup> MARMION, 2017, p. 282, grifo do autor.

<sup>543</sup> Fl 1,21.

<sup>544</sup> ROYO MARÍN, 2020, p. 792-793, n. 571.

<sup>545</sup> Conforme afirma São Paulo: “[...] não julgueis prematuramente, antes que venha o Senhor. Ele porá às claras o que está oculto nas trevas e manifestará os desígnios dos corações. Então cada um receberá de Deus o louvor que lhe foi devido.” (1Cor 4,5).

Contudo, naquilo que acontecerá imediatamente após a morte, i. e., no juízo imediato da alma, pode-se já antecipá-lo pela vida da graça, porque “[...] a justiça do reino de Deus não é outra coisa senão a justiça da graça, com a qual, como filhos de Deus, nos adornamos.”<sup>546</sup> Pois Cristo já morreu para a salvação do homem, então, quando regenerado pela graça da justificação, o *homo viator* peregrina para “[...] morrer até o fim do mundo com a mesma e única morte do seu Chefe.”<sup>547</sup> Esse processo *mors in vitam* se dá “[...] na mesma proporção em que vemos e experimentamos o pesado jugo das paixões e a miséria de nossa natureza”,<sup>548</sup> porque a graça a pressupõe.

Nesse sentido, “[...] é norma de prudência crer que cada qual morre como viveu.”<sup>549</sup> Logo, não seria prudente lançar à misericórdia divina a salvação de uma alma que viveu desordenada do progresso sobrenatural, pois “Deus não nos salva sem nós.”<sup>550</sup> Também, Deus quer que todos sejam salvos, contudo, faz parte deste mesmo querer que alguns sejam condenados, segundo a exigência de sua justiça.<sup>551</sup> Por isso, deve-se entender o julgamento divino da alma como *justiça* e *misericórdia*, mas em vista do querer da vontade divina, que é causa e consequência do que se fez ou deixou de se fazer por juízo próprio do *homo viator*.<sup>552</sup>

Nesse progresso *mors in vitam*, “[...] é a *velhice*, a idade onde o mérito chega a seu pleno desenvolvimento [ordinário], a idade que mais nos aproxima da eterna juventude do Céu.”<sup>553</sup> Ali se concilia o fim da vida biológica com a continuação da vida sobrenatural, de modo que seja uma passagem para aquilo que tanto se ansiou.<sup>554</sup> Mas, caso a morte

---

<sup>546</sup> SCHEEBEN, 2015, p. 306.

<sup>547</sup> ROYO MARÍN, 2020, p. 787, n. 565.

<sup>548</sup> SCHEEBEN, 2015, p. 294.

<sup>549</sup> BETTENCOURT, 1963, p. 47.

<sup>550</sup> CALLENS, 2014, p. 96.

<sup>551</sup> Que todos sejam salvos, é da vontade divina antecedente. Que alguns sejam condenados, é da vontade divina consequente. Logo, a condenação querida por Deus sobrevém indiretamente, por causa do pecado original *originado* (TOMÁS DE AQUINO, 2016a, p. 409-410; Sum. Theol. I,q.19,a.6. Veja também a nota e.).

<sup>552</sup> NOUGUÉ, Carlos. **Do papa herético e outros opúsculos**. 2. ed. FORMOSA: Santo Tomás, 2019. p. 357. 359.

<sup>553</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 44, grifo do autor.

<sup>554</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 71.

do corpo chegue antes da velhice, em nada prejudica quem conservou-se na vida da graça divina: “O importante é morrer bem.”<sup>555</sup>

De modo contrário, aqueles que por juízo próprio aplicaram a sua própria justiça pelo pouco bem que praticaram,<sup>556</sup> a fim de relevar a seriedade da salvação,<sup>557</sup> “[...] estarão na hora de sua morte, desprovidos de méritos e, por conseguinte, paupérrimos de amor [...], devendo eles conservar, por toda eternidade, o grau de amor que possuem no momento da morte”.<sup>558</sup>

É certo que, por uma queda do pecado e a perda da graça santificante, a boa ação deve sempre ser feita, ainda que sem o lucro do mérito. Assim, se preserva do mau caminho e se dispõe o coração para que seja novamente restituído pela misericórdia divina, animando-se novamente para o exercício da caridade.<sup>559</sup> Contudo, quanto mais acostumado à vida pecaminosa, mais se distancia de Deus, e este é “[...] o maior dos males: não saber onde está a verdadeira felicidade. E consiste o cúmulo da miséria em amá-la e não querer abandoná-la.”<sup>560</sup>

Ademais, há sempre a tentação de procurar uma liberdade não sujeitada à Lei divina, em que “[...] a dignidade da pessoa humana, em vez de se salvar, perde-se.”<sup>561</sup> Embora se torne clarividente no dia do juízo particular, o caminho já foi dado ao homem e as condições para nele progredir. Então, “Que alegria para ela [a alma], em sua última hora, constatar que não se enganou e que teve razão de imitar a seu Deus, cujo nome próprio é *Amor!*”<sup>562</sup>

Convém, pois, apontar para aquilo em que o juízo particular chancela na alma, clareando o resultado definitivo do seu estado.

### 3.3.1 O gozo, antegozo ou a *desgraça* da alma

Uma vez que ressuscitou, o *homo viator* é salvo dos males incorridos neste vale de lágrimas, para desfrutar do gozo eterno que na vida da graça esperou e teve fé.<sup>563</sup> De imediato, a alma incorre no juízo

<sup>555</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 87.

<sup>556</sup> Mt 6,1.

<sup>557</sup> SANDREAU, 2021, p. 38, n. 14.

<sup>558</sup> SANDREAU, 2021, p. 20, n. 6.

<sup>559</sup> SHEEBEN, 2015, p. 282.

<sup>560</sup> SCHEEBEN, 2015, p. 324.

<sup>561</sup> CONCÍLIO..., 1967a, p. 587; GS 42.

<sup>562</sup> CALLENS, 2014, p. 157.

<sup>563</sup> SCHEEBEN, 2015, p. 321. TOMÁS DE AQUINO, 2016b, p. 226; Sum. Theol. V,q.17,a.2.

particular divino pelos atos de amor que mereceram o fruto da glória, germinado desde o Batismo. Assim, o merecimento da glória eterna está neste tesouro que conservou em vaso delicado de argila,<sup>564</sup> i. e., ele perseverou na vida da graça em união com Deus e na prática do seu amor.

Illuminada pelo juízo divino, a alma julgada gozará da felicidade eterna de acordo com aquilo que mereceu em Cristo, porque “Também no céu há diferença na visão e no gozo de Deus, consequência da diversidade dos méritos e da graça. Mas entre os Eleitos, nenhum inveja os que têm mais.”<sup>565</sup> Isto porque alcançaram a perfeição pedida por Deus para gozar da eternidade, em que o exercício da caridade lapidou.<sup>566</sup>

Contudo, se o ideal de perfeição cristã não atingiu tal patamar, então há que se completar a purificação que, *in status viatoris*, não foi lucrada por atos meritórios suficientemente.<sup>567</sup> Com a salvação já garantida, a alma se confia às orações dos que ainda peregrinam sobre a terra, e sofrem as penas merecidas, para então desfrutar da felicidade eterna. Aquilo que lucrou ou deixou de lucrar em tempo oportuno, agora incide no grau de sua glória.<sup>568</sup>

Já os condenados, que não tiveram boa vontade de progredir na graça, viverão da pena eterna que desejaram.<sup>569</sup> Não que queiram o sofrimento de tal pena, mas porque rejeitam o caminho de união revelado por Deus, que pede a prática de um amor ordenado à perfeição, na graça. E, por isso, incorrem numa eternidade *desgraçada*, i. e., desprovida da união com Deus.

Assim sendo, Deus não tem “[...] prazer na morte do ímpio, mas antes, na sua conversão”,<sup>570</sup> por isso, “[...] importa sumamente não adiar sempre para mais tarde sua conversão; poderíamos ser surpreendidos pela morte.”<sup>571</sup> E, quem sabe, seja tarde para desfrutar da glória eterna.

<sup>564</sup> 2Cor 4,7.

<sup>565</sup> CUTTAZ, 1961, p. 331.

<sup>566</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 49.

<sup>567</sup> TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Tomo IX. Trad. Aldo Vannucchi et al. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2016c. p. 547-548; Sum. Theol. IX,q.89,a6. GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 49.

<sup>568</sup> SCHEEBEN, 2015, p. 281.

<sup>569</sup> TOMÁS DE AQUINO, 1961b, p. 456-458; Sum. Theol. Suppl. q.89,a2.

<sup>570</sup> Ez 33,11.

<sup>571</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 86.

Pode-se afirmar, então, que o estado definitivo da alma, imutável, “[...] seja no bem ou no mal, começa livremente durante a vida presente”.<sup>572</sup>

*Simili modo*, a graça da boa morte faz parte do plano divino para quem perseverou nela,<sup>573</sup> mas “[...] esse dom não pode ser merecido, [e sim] pode ser obtido por nossas súplicas.”<sup>574</sup> Uma vez que Deus é misericordioso, e nos reúne nesta *feliz esperança* do céu,<sup>575</sup> não negará este prodígio.

Muito contribui, para uma frutuosa súplica, lembrar da eternidade e do fim último do *homo viator*. A liturgia da Igreja constantemente traz à tona a realidade dos novíssimos, bem como os sufrágios e os ofícios pelos defuntos, os funerais, e as festas dos santos.<sup>576</sup> Isso também vale para o progresso espiritual, em que, a cada ato realizado, deveria o *homo viator* comportar-se como se já estivesse na hora da morte,<sup>577</sup> para que não seja surpresa “[...] que o Dia do Senhor virá como um ladrão noturno.”<sup>578</sup>

Destarte, tudo é graça. É Deus “[...] que toma todas as iniciativas. Essa é a única condição da eficácia sobrenatural; será dura, imperiosa, crucificante mesmo em certas horas da vida; mas, aceita na fé, levará à santidade.”<sup>579</sup> Mesmo que o caminho de perfeição não se eleve ao ideal sobrenatural de modo admirável, “Deus aceitará o que tivermos feito para executar a sua vontade; em sua grande indulgência”.<sup>580</sup> Também, faz parte do progresso sobrenatural o recomeçar, pois Deus “[...] conhece-nos de sobejo para saber que não deve esperar êxitos. O que observa é a qualidade do amor que pusemos em nosso labor.”<sup>581</sup> Ele quer é o nosso coração!

<sup>572</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 87.

<sup>573</sup> Sobre isto, confira: Rm 8,28-30.

<sup>574</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 68. TOMÁS DE AQUINO, 2015c, p. 935-936; Sum. Theol. IV,q.114,a9.

<sup>575</sup> CATECISMO..., 2000, p. 532; CIC 2016. NOUGUÉ, 2019, p. 340.

<sup>576</sup> CHAUTARD, 2017, p. 212. A caridade para com as almas do purgatório “Fundam-se unicamente na fé e, por isso, é muito meritória.” (SANDREAU, 2021, p. 145, n. 82.).

<sup>577</sup> SANDREAU, 2021, p. 297, n. 186.

<sup>578</sup> 1Ts 5,2.

<sup>579</sup> CALLENS, 2014, p. 110.

<sup>580</sup> CALLENS, 2014, p. 138.

<sup>581</sup> CALLENS, 2014, p. 136.



### 3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, atentamos para a prática do mérito, relacionado à vivência do amor, na peregrinação do *homo viator* para o céu. Não incorreu, pois, numa síntese daquilo que foi descrito no primeiro e segundo capítulo do trabalho, e sim num apontamento para a união a Nosso Senhor Jesus Cristo e a prática do seu amor, sobretudo na busca do ideal de perfeição cristã. Não obstante, a articulação dos temas abordados nos capítulos anteriores alcançou essa fundamentação espiritual-vivencial do mérito, em vista de sua finalidade na ordem da graça.

Não mereceu a devida atenção o homem em suas virtudes naturais, e sim as virtudes sobrenaturais do *homo viator*, sobretudo a caridade. Procurou-se, pois, afirmar que a prática cristã do amor é sobrenatural e meritória de vida eterna. Também, como a vida espiritual não é estática, argumentou-se que é preciso buscar sempre o ideal de perfeição cristã. E, assim, o juízo imediato não será uma surpresa à alma, naquilo que Deus torna clarividente pela sua prática em tempo oportuno.

Ademais, parece que hoje se vive num desequilíbrio da ordem da graça, consequência dos desequilíbrios que sofre o mundo hodierno, “[...] que se radica no coração do homem.”<sup>582</sup> Os motivos pelos quais o homem age nem sempre são claros e compreensíveis ao fim que implicam em si. Então, este capítulo procurou mostrar que é necessário comportar-se como filhos da luz, não “[...] participando das obras infrutuosas das trevas”.<sup>583</sup>

Convém, ainda, mencionar que tal caminho do *homo viator* é reconhecido e encorajado pela Igreja. Basta olhar para a realidade do martírio, que “[...] é considerado pela Igreja como doação insigne e prova suprema de caridade.”<sup>584</sup> Portanto, a malícia e perseguição aos seguidores de Cristo não deixam de “[...] resplandecer a santidade dos mártires. [...] *Sem a perseguição não há mártires, eles são uma glória da Igreja.*”<sup>585</sup> São, pois, a prova suprema de amor a Deus e, assim também, da glória eterna.

---

<sup>582</sup> CONCÍLIO..., 1967a, p. 549; GS 10.

<sup>583</sup> Ef 5,10.

<sup>584</sup> CONCÍLIO..., 1967b, p. 164-165; LG 42.

<sup>585</sup> GARRIGOU-LAGRANGE, 2018b, p. 37, grifo do autor.

Também os santos ajudam o *homo viator* nessa caminhada rumo ao céu, pelos méritos que acumularam em Cristo.<sup>586</sup> Canonizados ou ocultos, eles mostram a felicidade eterna reservada por Deus, numa vida agradável aos olhos divinos.<sup>587</sup> E, por estarem unidos a Cristo, estão em comunhão com toda a Igreja peregrina, padecente e celeste, em “[...] um laço de caridade e amplo intercâmbio de todos os bens [...], [em que] cada um se beneficia da santidade dos outros.”<sup>588</sup> O caminho que os santos percorreram é o mesmo ao qual cada um é chamado, porque “A dignidade e o destino comuns a todos os cristãos são a base sobre que elevaram os santos o edifício altíssimo de suas virtudes e graças”.<sup>589</sup>

Entre os eleitos, a Virgem Maria “[...] cooperou de modo absolutamente singular, pela obediência, pela fé, pela esperança e a caridade ardente, na obra do Salvador para restaurar a vida sobrenatural das almas.”<sup>590</sup> Por isso, “[...] ela é nossa mãe na ordem da graça”,<sup>591</sup> e sua mediação materna nos faz unir mais intimamente ao Salvador, fonte dos méritos.

Envolto neste grande mistério, a ela pedimos auxílio, e unidos a Deus rezamos:

No julgamento consegue que às chamas não seja entregue quem soube em ti se abrigar.  
Que a santa cruz me proteja, que eu vença a dura peleja, possa do mal triunfar!  
Vindo, ó Jesus, minha hora, por essas dores de agora, no céu mereça um lugar.<sup>592</sup>

---

<sup>586</sup> CATECISMO..., 2000, p. 270; CIC 956.

<sup>587</sup> CALLENS, 2014, p. 139.

<sup>588</sup> CATECISMO..., 2000, p. 407; CIC 1475.

<sup>589</sup> SCHEEBEN, 2015, p. 393.

<sup>590</sup> CONCÍLIO..., 1967b, p. 186; LG 61.

<sup>591</sup> CONCÍLIO..., 1967b, p. 186; LG 61.

<sup>592</sup> OFÍCIO Divino: Liturgia das Horas. Tempo Comum (18<sup>a</sup>-34<sup>a</sup> semana). Tomo IV. Trad. CNBB. 2. ed. São Paulo: Paulinas; Paulus; Ave Maria; Petrópolis: Vozes, 1999. p. 1284-1285.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou a articulação entre a graça santificante e o juízo escatológico particular, tendo como fio condutor a doutrina do mérito na vida do *homo viator*. Desenvolvido em três capítulos procurou-se, num primeiro momento, situar os atos meritórios na atmosfera da participação na graça divina sobrenatural. Assim, num segundo momento, abordou-se os efeitos sobrenaturais produzidos na alma humana, quanto ao lucro do mérito em tempo oportuno, e quanto ao resultado de seu estado pelo juízo particular após a morte. Então, num terceiro momento, apontou-se para a prática cristã na vida cotidiana, tendo os atos meritórios como conduta do *homo viator* em vista de seu fim último.

Imbuído de uma antropologia sobrenatural, este trabalho considerou o itinerário ordinário do homem peregrino, que caminha neste mundo rumo ao céu. Evitou-se, pois, cair numa espécie de pessimismo antropológico ou de uma vida estéril ao cotidiano, embora ponderado a face demeritória e condenatória do *homo viator*, que se desorienta em tal caminho preparado por Deus ou resiste à ação de sua graça. Da mesma forma, procurou-se manter o aspecto tradicional da linguagem escatológica, salvaguardando os elementos da fé da Igreja. Assim sendo, o tema em voga não se direcionou ao aspecto eclesial, bíblico ou histórico-doutrinal, e sim ao ambiente da teologia sistemática, com base nas verdades da fé ou sujeitas a ela, expressa principalmente nas áreas da teologia da graça e da escatologia.

Enfatizando a dimensão pessoal do *homo viator*, fundamentou-se que tal caminho de participação na vida da graça já contém as bases daquilo que se julgará imediatamente após a morte. E os atos meritórios são aquilo que possibilitam o lucro e a recompensa eterna, sobretudo na prática da caridade.

Desde a vida nova pelo Batismo, o homem é enxertado neste universo sobrenatural da graça, em que é chamado a cooperar para a sua salvação, por meio do cultivo espiritual e de união mística com Cristo, testemunhando o amor de modo singular. Tal chamado exige a mortificação do homem velho, a busca da perfeição na vida cotidiana, a vida virtuosa, a participação no corpo místico da Igreja, na vida sacramental, na oração, na tarefa de contribuir para um mundo melhor.

Essa vida nova, que exige a colaboração humana, perdura para além da morte. Por isso, o *homo viator* está ordenado a cooperar para sua morada definitiva, que é o céu. Nesta esperança e, por meio de uma fé ativa, exerce a caridade sobrenatural, unindo-se a Cristo no *ser* e no *fazer*, ainda que de modo imperfeito de sua parte, porque não abarca o

imenso organismo ao qual está enxertado e sofre a influência do pecado. Assim, assume a identidade cristã como critério para elenco da vida futura e definitiva, que se dá no cotidiano da vida terrestre, em seus esforços pessoais em cooperação à graça.

É, pois uma peregrinação, um caminho de perfeição, em que se ascende à vida sobrenatural, enquanto se declina para a morte natural. A graça, infusa nas faculdades humanas pelos dons do Espírito Santo, possibilita o bom combate, a renúncia ao pecado, o aperfeiçoamento do *homo viator*, o lucro do mérito. Esse organismo sobrenatural vem ser um auxílio à fraqueza humana, e não torna irrelevante a vida terrena, mas tempo oportuno de crescimento espiritual.

O lucro do mérito, portanto, é graça para o *homo viator* peregrinar até o céu, e na caridade testemunhar o bem, e não o mal. Não é uma retribuição a Deus pela sua salvação, ao qual nunca pagaríamos tamanho valor salvífico, mas é fruto da liberdade individual, disposta em corresponder a tamanho amor, por um estado de vida que se consolidará *ad aeternum*. Tal estado, imutável, é chancelado pelo juízo que, de modo imediato após a morte, conduz a alma ao seu fim determinado por Deus.

Nessa dimensão particular do juízo, a alma do *homo viator* é agraciada pelos méritos de Cristo Redentor da humanidade, é n'Ele iluminada sobre o que era sua vocação individual, do que rendeu o cultivo do gérmen da glória eterna, dos atos meritórios acumulados. Tendo, assim, o céu por morada definitiva, onde é originalmente cidadão, ou então precise ainda do estado de purificação dos danos causados pelo pecado, para unir-se a Deus eternamente. Contudo, pode também ter por recompensa o inferno, como autoexclusão definitiva do amor divino, quando rejeitado na vida terrestre.

Ademais, a argumentação dos temas envolvidos desperta para maiores aprofundamentos. Faz-se mister investigar a questão do mérito enxergado no campo dos bens temporais, como justiça retributiva divina nesta terra; a questão das obras indulgenciadas, que permitem um lucro com base nos méritos acumulados no tesouro da Igreja de Cristo, ou então de como os santos e a Virgem Maria contribuem para a vida sobrenatural do *homo viator*; a questão do martírio como um ato virtuoso e meritório. Também, merece aprofundamento o estudo sobre a graça na teologia hodierna, bem como da escatologia; o tema do juízo, na sua dimensão final/universal; a vida da graça que continua após a morte, *et reliqua*. Assim, a apresentação dos temas assimilados neste trabalho se abre a novas possibilidades de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Felipe Rinaldo Q. de. **Os dogmas da fé – a doutrina católica**. 5. ed. Lorena: Cléofas, 2018.

BENTO XVI. **Carta Encíclica *Deus Caritas est***. Vaticano: 2005. Disponível em: <[http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf\\_ben-xvi\\_enc\\_20051225\\_deus-caritas-est.html](http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est.html)>. Acesso em: 19 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **Carta Encíclica *Spe Salvi* sobre a Esperança Cristã**. São Paulo: Paulus; Loyola, 2007. (Coleção Documentos do Magistério).

BETTENCOURT, Estêvão. **A vida que começa com a morte**. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1963.

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

BOFF, Clodovis M. **Escatologia**: breve tratado teológico-pastoral. 3. ed. São Paulo: Ave Maria, 2017.

BOYER, Carolus. **Tractatus de gratia divina**. 3 ed. Roma: Pontifícia Universidade Gregoriana, 1952b.

\_\_\_\_\_. **De Verbo incarnato**. 2 ed. Roma: Pontifícia Universidade Gregoriana, 1952a.

CALLENS, L. J. **O mistério da nossa conformidade a Cristo**. Lorena: Cléofas, 2014.

CATECISMO da Igreja Católica. Ed. típica vaticana. São Paulo: Loyola, 2000.

CHAUTARD, Dom Jean-Baptiste. **A alma de todo apostolado**. 2. ed. São Paulo: Cultor de Livros, 2017.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. **A esperança da salvação para as crianças que morrem sem Batismo**. Vaticano: 2007. Não paginado. Disponível em: <[https://www.vatican.va/roman\\_curia/communications/cfaith/cti\\_documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_20070419\\_unbaptised-infants\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/communications/cfaith/cti_documents/rc_con_cfaith_doc_20070419_unbaptised-infants_po.html)>. Acesso em: 27 mai. 2021.

CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. Constituição dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1967b.

\_\_\_\_\_. Constituição pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo hoje. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1967a.

\_\_\_\_\_. Decreto *Ad Gentes* sobre a atividade missionária da Igreja. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1967c.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS NO BRASIL.

**Indulgências:** orientações litúrgico-pastorais. Tradução do Decreto da *Paenitentiaría Apostolica Enchiridion Indulgentiarium*. São Paulo: Paulus, 2005.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Carta *Placuit Deo* aos bispos da Igreja Católica sobre alguns aspectos da salvação cristã**. Brasília: CNBB, 2018. (Coleção Documentos da Igreja, n. 42).

\_\_\_\_\_. **Carta sobre algumas questões respeitantes à escatologia**. Vaticano: 1979. Disponível em: [https://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19790517\\_escatologia\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19790517_escatologia_po.html)>. Acesso em: 17 set. 2020.

COSTA, Henrique Soares da. **Escatologia sobre o fim do mundo**. 3. ed. Lorena: Cléofas, 2018.

DENZINGER, Heinrich. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. Atual. Johan Konings; Prep. Peter Hünermann e Helmut Hoping. 3. ed. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2015.

FERNÁNDEZ, Aurelio. **Teología dogmática:** curso fundamental de la fe católica. Madri: Biblioteca de Autores Cristianos, 2009.

FRANCISCO. **Audiência Geral**. Vaticano, 6 abr. 2017. Disponível em: <[http://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiencias/2017/documents/papa-francesco\\_20170426\\_udienzagenerale.html](http://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiencias/2017/documents/papa-francesco_20170426_udienzagenerale.html)>. Acesso em 21 set. 2020.

GARRIGOU-LAGRANGE, Reginald. **As três idades da vida interior**. Tomo I. São Paulo: Cultor de Livros, 2018a.

\_\_\_\_\_. **O homem e a eternidade**: a vida eterna e a profundidade da alma. Trad. José Eduardo C. de Barros Carneiro. Campinas: CEDET; Ecclesiae, 2018b.

GONZÁLEZ ARINTERO, Juan. **A evolução mística e o desenvolvimento e vitalidade da Igreja**. Trad. José E. Câmara. Rio de Janeiro: CDB, 2019.

GROSSI, Vitorino.; SESBOÛÉ, Bernard. **Graça e justificação**: do testemunho da Escritura ao fim da Idade Média. *In*: SESBOÛÉ, Bernard (Dir.) et al. **O homem e sua salvação**. Tomo II, séculos V-XVII. São Paulo: Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_. **Graça e justificação**: do concílio de Trento à época contemporânea. *In*: SESBOÛÉ, Bernard (Dir.) et al. **O homem e sua salvação**. Tomo II, séculos V-XVII. São Paulo: Loyola, 2003.

IRABURU, José M. **El martírio de Cristo y de los cristianos**. Pamplona: Gratis Date, 2003.

KUNRATH, Pedro A. A situação do homem pecador e a necessidade da graça: relação natureza e graça. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 38, n. 161, p. 348-359, set./dez. 2008.

LOMBAERDE, Júlio Maria de. **A contemplação sobrenatural**. Pequeno tratado prático elaborado segundo Santa Tereza, São João da Cruz, Santo Tomás e São Francisco de Sales. Itapevi: Nebli, 2015.

MARMION, Columba. **Jesus Cristo, vida da alma**. São Paulo: Cultor de Livros, 2017.

NOUGUÉ, Carlos. **Do papa herético e outros opúsculos**. 2. ed. FORMOSA: Santo Tomás, 2019.

\_\_\_\_\_. Se o Limbo é eterno. *In*: [NOUGUÉ, Carlos.] **Estudos tomistas**: opúsculos II. Formosa: Edições Santo Tomás, 2020.

OFÍCIO Divino: Liturgia das Horas. Tempo do Advento e Tempo do Natal. Tomo I. Trad. CNBB. 2. ed. São Paulo: Paulinas; Paulus; Ave Maria; Petrópolis: Vozes. (Loc cit.: Epígrafe: p. 9).

\_\_\_\_\_. Tempo Comum (18<sup>a</sup>-34<sup>a</sup> semana). Tomo IV. Trad. CNBB. 2. ed. São Paulo: Paulinas; Paulus; Ave Maria; Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Renato A. Ressurreição na morte ou no *último dia*?: o estado intermediário no debate escatológico do século XX. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 49, n. 3, p. 653-680, set/dez. 2017.

PAULO VI. **Constituição Apostólica *Indulgentiarum Doctrina***. Trad. CNBB. Vaticano: 1967. In: CNBB, 2005.

POZO, Juan F. **A vida da graça**. São Paulo: Diel, 1997.

RATZINGER, Joseph. **Dogma e anúncio**. Trad. Antônio Steffen. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **Escatologia, morte e vida eterna**. 2. ed. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Molokai, 2020.

REIS, Ernani Maia dos. **Indulgências: esse tesouro é seu!** Campinas: Raboni Editora, 2011.

RODRIGUES, Afonso. **Psicologia da graça**. São Paulo: Companhia de Jesus, 1983.

ROYO MARÍN, Antônio. **Jesus Cristo e a vida cristã**. Trad. Ricardo Harada. Campinas: Ecclesiae, 2020.

SAGÜES, Iosepho F. De novissimis seu de Deo consummatore. Tractatus VI. In: ALDAMA, Iosepho A. *et al.* **Sacrae Theologiae Summa**: De sacramentis; De novissimis. Tomo IV. 3. ed. Madri: Biblioteca de Autores Cristianos, 1956.

SANDREAU, Auguste. **Manual de espiritualidade**. São Caetano do Sul: Santa Cruz, 2021.

SANTOS, Manoel A. **Curso sobre direção espiritual**: elementos para a acompanhamento espiritual. São Paulo: Cultor de Livros, 2019.



SCHEEBEN, Matthias Joseph. **As maravilhas da graça divina**. Trad. Maria Lúcia Almeida. São Paulo: Cultor de Livros, 2015.

TANQUEREY, Adolphe. **Compêndio de Teologia Ascética e Mística**. Trad. Dalton César Zimmermann. Campinas: Ecclesiae, 2018.

\_\_\_\_\_. **Para formar almas santas**. Trad. Cristina Hulshof. 2 ed. São Paulo: Cultor de Livros, 2019.

TOMÁS DE AQUINO. **A graça**. Quaestiones disputatae De Veritate: questão 27. Trad. Paulo Faitanin e Bernardo Veiga. São Paulo: EDIPRO, 2016d.

\_\_\_\_\_. **Compêndio de Teologia**. Trad. Carlos Nougué. Porto Alegre: Concreta, 2015a. (Coleção Escolástica).

\_\_\_\_\_. **Suma Teológica**. Tomo I. Trad. Aldo Vannucchi et al. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2016a.

\_\_\_\_\_. **Suma Teológica**. Tomo II. Trad. Aldo Vannucchi et al. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2015b.

\_\_\_\_\_. **Suma Teológica**. Tomo III. Trad. Aldo Vannucchi et al. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_. **Suma Teológica**. Tomo IV. Trad. Aldo Vannucchi et al. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2015c.

\_\_\_\_\_. **Suma Teológica**. Tomo V. Trad. Aldo Vannucchi et al. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2016b.

\_\_\_\_\_. **Suma Teológica**. Tomo VI. Trad. Aldo Vannucchi et al. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

\_\_\_\_\_. **Suma Teológica**. Tomo VII. Trad. Aldo Vannucchi et al. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2015d.

\_\_\_\_\_. **Suma Teológica**. Tomo VIII. Trad. Aldo Vannucchi et al. São Paulo: Loyola, 2017.

\_\_\_\_\_. **Suma Teológica**. Tomo IX. Trad. Aldo Vannucchi et al. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2016c.

\_\_\_\_\_. **Suma Teológica**. Suplemento da 3ª parte (Questões 1-40). Trad. Alexandre Correia. São Paulo: Sapientiae, 1959.

\_\_\_\_\_. **Suma Teológica**. Suplemento da 3ª parte (Questões 69-86). Trad. Alexandre Correia. São Paulo: Sapientiae, 1961a.

\_\_\_\_\_. **Suma Teológica**. Suplemento da 3ª parte (Questões 87-99). Trad. Alexandre Correia. São Paulo: Sapientiae, 1961b.